UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO: A FAMÍLIA E A TELEVISÃO

Kaithy das Chagas Oliveira

Goiânia

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Agosto / 2007
KAITHY DAS CHAGAS OLIVEIRA

EDUCAÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO: A FAMÍLIA E A TELEVISÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa: Cultura e Processos Educacionais.
Orientadora: Profª Drª Anita C. Azevedo Resende.

Goiânia
Agosto / 2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(GPT/BC/UFG)

Oliveira, Kaithy das Chagas.

O49e Educação para a modernização e privatização: a família e a televisão / Kaithy das Chagas Oliveira. –2007.

93 f.

Orientadora: Profa. Dra. Anita C. Azevedo Resende.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação, 2007.

Bibliografia: f. 88-93.

1. Televisão na educação 2. Televisão e família – Modernização 3. Educação e cultura – Privatização I. Resende, Anita C. Azevedo II. Universidade Federal de Goiás. **Faculdade de Educação** III. Título.

CDU: 37:654.1

KAITHY DAS CHAGAS OLIVEIRA

Educação para a modernização e privatização:
a família e a televisão

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre, aprovada em 30 de agosto de 2007, pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

_____

Profª Drª Anita C. Azevedo Resende – UFG
Presidente da Banca

_____

Profª Drª Marília Gouvêa de Miranda - UFG

_____

Profª Drª Sônia Margarida Gomes Sousa - UCG

Aos meus pais, Manoel e Lourdes, que carregam e expressam as marcas da tradição, no confronto cotidiano com os aspectos inovadores e contraditórios do mundo contemporâneo. Mesmo de forma involuntária, me instigaram a buscar respostas. Algumas das quais foram contempladas nesse trabalho.

Ao Fabrício, que ofereceu todo o cuidado e suporte afetivo nesse árduo processo de pesquisa e elaboração.

A realização deste trabalho somente foi possível porque pude contar com o suporte de muitas pessoas.

Agradeço à professora Anita, minha orientadora, pela formação em seu sentido pleno, que não se restringe ao âmbito acadêmico pois se refere à amplitude da vida, especialmente nos aspectos de humanidade. Com ela aprendi a ver, pensar e agir de forma diferenciada em relação ao mundo, às coisas e às pessoas.

À professora Marília, pela sensibilidade e rigor em mostrar possibilidades e caminhos, tanto no trato acadêmico como nas questões difíceis da vida.

À Rachel(zinha), amiga tão querida. Uma pessoa tão presente em minha formação. Sempre zelosa com todas as pessoas. Sua ajuda foi imprescindível à realização deste e de outros tantos feitos.

Aos meus irmãos, Kenio e Kaio que sempre me incentivaram, e me desafiaram a buscar o conhecimento e a formação. Todo o auxílio, brincadeiras e conversas me ajudaram a valorizar ainda mais essa busca.

Às minhas "irmãs" Rose e Val, amigas de tanto tempo. Compartilhamos as alegrias e os percalços desse processo de formação, além de outras tantas aventuras.

Aos amigos Ueliton e Ednei, importantes interlocutores no debate de questões polêmicas, que tanto me auxiliaram a pensar a nossa realidade.

A todos os colegas do NEPPEC, núcleo de estudos onde tive a oportunidade de dar os primeiros passos em direção a uma formação diferenciada. Agradeço a participação nas atividades do núcleo, nas discussões dos trabalhos e obras, no acompanhamento do trabalho das pesquisas, no auxílio com o debate de questões fundamentais à compreensão da complexa realidade.

À professora Mona, pela amizade, solicitude e também rigor na leitura do(s) texto(s) e nas sugestões de melhorias. As reuniões que realizamos (Mona, Anita e eu) foram imprescindíveis para o encaminhamento de todo o processo de elaboração do trabalho.

À professora Núbia, pela amizade e confiança desde os tempos da graduação. Agradeço a você a abertura que me concedeu, possibilitando o início para a ampliação do meu universo acadêmico.

Aos amigos que não participam da vida acadêmica dessa instituição, mas mantêm um diálogo apurado sobre as diversas questões com as quais nos defrontamos. Especialmente, o Junior (Manguinha) que sempre me apoiou e polemizou comigo sobre todos os temas possíveis de se discutir (ou mesmo, outros tantos que eram impossíveis).

Ao professor José Adelson, pela leitura criteriosa do trabalho e pelas contribuições durante a banca de qualificação que foram importantes para a "finalização" do trabalho.

Aos colegas do mestrado, que contribuíram com suas discussões, questionamentos, intervenções e bate-papos de temas aleatórios e possibilitaram uma maior elaboração dos textos e conceitos tão importantes à elaboração deste trabalho.

Aos professores do programa, pela seriedade e dedicação durante as aulas, seminários, conferências e debates.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, que contribuíram enormemente com o auxílio das resoluções de todo o aparato burocrático e informativo.

À CAPES, pela bolsa de estudo concedida a mim durante boa parte de realização deste trabalho auxiliou de maneira decisiva no encaminhamento de diversas atividades acadêmicas.

OLIVEIRA, Kaithy das Chagas. **Educação para a modernização e privatização: a família e a televisão.** 93f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2007.

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa Cultura e Processos Educacionais e possui como objeto de estudo a reciprocidade constitutiva da modernização, individualização e privatização das esferas da sociabilidade. Tem como finalidade expor a constituição histórica desse processo, explicitando seus nexos fundamentais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual privilegiou-se as categorias de modernização, individualização, família e meios de comunicação, emblematicamente representado pela televisão, considerados a partir de um aporte histórico e social. Conclui-se que o processo de privatização das esferas sociais é um aspecto constitutivo da sociedade moderna em seus movimentos de consolidação e expansão. Nesse processo, a família representa um emblema significativo por constituir a sede do mundo privado. A privatização da família fornece a abertura necessária ao alojamento dos meios de comunicação de massa em seu interior, especialmente para a televisão, o que possibilita um acirramento ainda maior dessa privatização, elemento essencial no desenvolvimento do mundo capitalista.

Palavras-chaves: Modernização, privatização, família e televisão.

ABSTRACT

This work connects to the search line Culture and Educational Processes and has as an study object the reciprocity constituent of modernization, individualization and privatization of spheres of sociability. It aims to explain the formation of this historic process, explaining its fundamental connections. This is a literature search, in which emphasis is the categories of modernization, individualization, family and media, symbolically represented by television, considered the contribution from a historical and social. It is concluded that the process of privatization of the social spheres is a constitutive aspect of modern society in their movement for the consolidation and expansion. In that case, the family is a significant emblem to form the headquarters of the private world. The privatization of the family provides the necessary openness for the accommodation of the media of mass inside, especially for television, which allows an even greater emphasize that privatization, constitutive element of capitalist development.

Keywords: Modernization, privatization, family, television.

O homem da rua
Fica só por teimosia
Não encontra companhia
Mas pra casa não vai não
Em casa a roda
Já mudou, que a moda muda
A roda é triste, a roda é muda
Em volta lá da televisão
No céu a lua
Surge grande e muito prosa
Dá uma volta graciosa
Pra chamar as atenções
O homem da rua
Que da lua está distante
Por ser nego bem falante
Fala só com seus botões
O homem da rua
Com seu tamborim calado
Já pode esperar sentado
Sua escola não vem não
A sua gente
Está aprendendo humildemente
Um batuque diferente
Que vem lá da televisão
No céu a lua
Que não estava no programa
Cheia e nua, chega e chama
Pra mostrar evouções
O homem da rua
Não percebe o seu chamego
E por falta doutro nego
Samba só com seus botões
Os namorados
Já dispensam seu namoro
Quem quer riso, quem quer choro
Não faz mais esforço não
E a própria vida
Ainda vai sentar sentida
Vendo a vida mais vivida
Que vem lá da televisão
O homem da rua
Por ser nego conformado
Deixa a lua ali de lado
E vai ligar os seus botões
No céu a lua
Encabulada e já minguando
Numa nuvem se ocultando
Vai de volta pros sertões

(Chico Buarque de Holanda, A televisão, 1967)

SUMÁRIO

Introdução..... 1

Capítulo I – A constituição histórica da esfera privada..... 6
1.1 – A relação entre a esfera pública e a esfera privada..... 7
1.1.1 – No mundo medieval..... 10
1.1.2 – Na passagem do feudalismo para o capitalismo..... 13
1.1.3 – No desenvolvimento capitalista..... 19
1.2 – O acirramento da vida privatizada no século XX..... 23
1.3 – Privatização e família..... 27

Capítulo II – Modernização e privatização no Brasil..... 38
2.1 – Colônia e Império: continuidades e rupturas..... 39
2.2 – O curso da "revolução burguesa" e da modernização do Brasil..... 43
2.3 – Privatização e família no Brasil..... 56

Capítulo III – A privatização acirrada na família: a TV entra em cena..... 64
3.1 – No ciclo de modernização: os desenvolvimentos da televisão..... 64
3.2 – Televisão e modernização no Brasil..... 68
3.3 – A vida privatizada: televisão e família..... 74

Considerações finais..... 85

Referências Bibliográficas..... 88

INTRODUÇÃO

"Ao que tudo indica algumas das mais importantes variedades de sentimentos humanos vão ganhando novas cores à medida que as máquinas vão sendo criadas"

(BERMAN, 1987, p. 25)

A modernidade está referida a um amplo processo de desenvolvimento que vem do século XV e, à partir da Europa, vai instaurar progressivamente novas formas de vida individual e coletiva, material e espiritual implicando o pensamento, a realidade, a história. Estão em causa novas formas de sociabilidade e de organização social que implicam o indivíduo, a cultura, os grupos, as classes, enfim: está em causa a constituição de novas formas de ser, agir e pensar. Esses desenvolvimentos da sociedade moderna, que já nos seus primórdios constituirão as condições e as possibilidades de emergência dessas realidades, serão responsáveis pelo aparecimento do indivíduo e da sociedade tal qual os conhecemos. Está em causa o processo de individualização que é solidário do processo de constituição de um novo padrão societário que implicará a privatização das relações, das pessoas e das coisas. Dessa perspectiva pode-se afirmar a solidária e dependente relação entre modernização, individualização e privatização. Muitos nexos de diferentes ordens estão implicados nesses desenvolvimentos históricos que produzem uma realidade na qual "tudo que é sólido se esfuma no ar".

Partindo dessa relação entre modernização, individualização e privatização esse trabalho propõe analisar os nexos históricos que a constituem, privilegiando a família. Isto porque essa é uma mediação fundamental nesse processo, uma vez que expressa historicamente a sede da vida privada e, nessa perspectiva, pode ser tomada como emblema para a compreensão dos processos amplos de transformações e dos desenvolvimentos da forma mercantil no estabelecimento de novas formas e processos de sociabilidade. Fundamentalmente, está em questão o alargamento da privatização da família no processo de modernização e ainda contemporaneamente, o processo complementar e contraditório: a publicização do mundo privado.

O núcleo familiar depois de privatizado se torna espaço de invasão do suposto mundo público. Contraditoriamente, o processo de privatização, mediado pela família, se acelera com a invasão de meios "públicos" de comunicação, especialmente a televisão. Nesse sentido, é somente quando o processo de modernização se desenvolve e a privatização se torna efetiva é que os meios de comunicação, especialmente a televisão, encontra terreno fértil para se apresentar à família. A inserção dos meios de comunicação de massa no espaço familiar somente se efetiva quando, devidamente privatizada, a família está suficientemente individualizada para aderir à lógica de funcionamento do mundo público cada vez mais privatizado e privatizante.

Esse processo que se constitui historicamente inicia-se já com os primeiros sinais da modernização da sociedade e a privatização é constitutiva dessa realização. Trata-se, ao mesmo tempo de uma forma universal, por se tratar de um processo que pretende se estender para todo o mundo, em uma escala cada vez mais global; e particular, porque defronta-se com as especificidades socioeconômicas, históricas e culturais de cada região ou nação. É o que ocorreu com o Brasil que, ao mesmo tempo em que está inserido, já na colônia, no contexto mais global da modernização, também possui características próprias que fazem do processo de modernização no país um processo igual e diferente de outros desdobramentos dessa realidade em todo mundo. Assim se constitui a moderna, atrasada e tardia modernização brasileira.

Problematizando a relação entre modernização, individualização e privatização e suas implicações na família contemporânea com a introdução e desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, especialmente a TV, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que privilegiou as categorias de modernização, individualização, família, meios de comunicação à partir de um aporte histórico e social. Um prévio levantamento bibliográfico pôde auxiliar na delimitação do acervo a ser explorado pelo trabalho. Buscou-se, entretanto, selecionar as obras que tratavam dos elementos fundantes de cada categoria explorada e, nesse sentido, foram privilegiados os estudos das obras que permitiam um maior aprofundamento das questões teóricas e históricas pesquisadas, enfatizando a escolha de obras e autores "clássicos", objetivando o rigor com trato dos conceitos e a apreensão crítica dos processos concernentes à realidade pesquisada.

Nesse sentido, no tema do processo histórico de privatização a "história da vida privada" foi explorado tanto em sua versão européia, organizada por de Philippe Ariès e Georges Duby,[1] quanto na versão brasileira, dirigida por Fernando Novais.[2] Essas produções permitiam apreender o desenvolvimento histórico desde os primeiros traços da vida privada em seus movimentos de transformações, até a realização de sua atual configuração nas sociedades. Outros estudos foram importantes para pesquisa acerca da constituição da vida privada, especialmente como aspecto de privatização que acompanha os desenvolvimentos

[1] A coleção "História da vida privada" foi dividida em cinco volumes: 1 – *Do Império Romano ao Ano Mil*, organizado por Paul Veyne; 2 – Da Europa Feudal à Renascença, organizado por George Duby; 3 – *Da Renascença ao Século das Luzes*, organizado por Philippe Áries (†) e Roger Chartier; 4 – *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, organizado por Michelle Perrot; 5 – *Da Primeira Guerra aos nossos dias*; organizado por Antoine Prost e Gerard Vincent.

[2] A coleção brasileira foi dividida em quatro volumes: 1 – *Cotidiano e vida privada na América portuguesa,* organizado por Laura de Mello Souza; *2 – Império,* organizado por Luiz Felipe Alencastro; *3 – da Belle Èpoque à Era do Rádio* organizado por Nicolau Sevcenko; *4 – contrastes da intimidade contemporânea,* organizado por Lilia Mortiz Schwarcz.

modernos; o contraponto de sua formação com a esfera pública; bem como os limites da compreensão de uma vida privada no sentido restrito do termo. Trata-se das obras de autores como: Eric Hobsbawm, em sua abordagem histórica acerca da complexidade de constituição do mundo moderno, desde a Revolução Burguesa no final do século XVII até o fim Guerra Fria no final do século XX;[3] Hannah Arendt (2004) em sua discussão acerca da relação esfera pública e esfera privada; Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1978 e 1985) que trabalham as noções da privatização como mediação da realidade capitalista; Marshall Berman (1999) que contempla o processo de modernização das sociedades; Jose Murilo de Carvalho (1997), estabelecimento da República no Brasil; Octavio Ianni (1995) explora a constituição da modernização brasileira. Com relação ao tema específico da família no tocante de sua configuração, ao mesmo tempo inserida em um processo histórico de transformação e constituição, de forma universal e particular, as principais obras exploradas foram: Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1978); Christopher Lasch (1991); Mark Poster (1979); Margareth Rago (1997) entre outros. E na abordagem do tema do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, especialmente na consolidação da televisão como um dos mais importantes veículos nesse processo, foi utilizado o referencial de: Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1977); Sergio Mattos (2002) no qual aborda os desenvolvimentos, principalmente materiais, da televisão brasileira; Renato Ortiz (1991) sobre os aspectos fundamentais da modernização no Brasil e sua proximidade com o estabelecimento dos meios de comunicação de massa.

Para expor essa problemática e suas implicações esse trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, trata da constituição histórica da esfera privada na qual se evidencia a relação entre as esferas pública e privada e a suas implicações nas formas históricas da sociabilidade. Considerando a família como base da sociabilidade, busca-se compreender os ecos desse processo na sua constituição.

O capítulo seguinte trata do processo de modernização e privatização no Brasil, com sua universalidade e particularidade. A relação entre público e privado é tratada desde o estabelecimento da Colônia até o momento em que a "modernização" do país já havia se instaurado. O caráter particular da modernização brasileira é referenciado a partir da especificidade da "Revolução Burguesa" que foi guiada pela precipitação de inserção do país no contexto da era modernizada. O país se transforma rapidamente e a todo custo, antecipando ou mesmo forjando aspectos da modernização. A privatização das esferas sociais

[3] Coleção composta por quatro volumes: A era das Revoluções - *1789-1848*, 2003; *A era do Capital: 1848-1875*, 2000; *Era dos Impérios: 1875-1914, 2005; Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, 1997.

é instaurada de maneira infligida, especialmente para a classe popular. A mediação da família inserida nesse contexto de rápidas mudanças, sobretudo nos aspectos de sua privatização, foi imprescindível para o alavancar esse processo de modernização e privatização.

No terceiro capítulo, o momento de acirramento da privatização na modernidade é formado mediante a "chegada" da televisão no núcleo familiar, o que pode ser visto como uma metamorfose moderna. Afinal, já suficientemente privatizada, a família estava preparada para a inserção da TV. A televisão passa a compor cotidiano de quase todas as famílias brasileiras, tornando-se um dos meios de comunicação de massa mais importantes do país. Tal processo expressa um nexo fundamental para compreensão da temática tratada por essa pesquisa, pois o alcance quase irrestrito da televisão no espaço privado da vida familiar revela uma potencialização dessa privatização e da individualização. Em suma, a televisão se aloja na família em um momento em que esta já havia se privatizado mediante o processo de modernização e constitui a possibilidade de alargar essa privatização. A televisão torna-se um agente que auxilia na continuidade da produção e reprodução da forma mercantil, que se estende para a maioria dos espaços da sociabilidade e tenha na família privilégio importante.

O todo que se procurou articular nessa exposição é o movimento complexo implicado no processo de modernização instaurado pela transformação da produção e reprodução da vida em todos os sentidos, objetivos e subjetivos, que se constituem mediante as profundas modificações nas formas da sociabilidade. Essas transformações se apóiam nas várias instancias formativas, de modo que o mundo em contínuo movimento de transformação e no caminho do acirramento da privatização foi possível de se realizar e continuar seu desenvolvimento. Contudo, a família é espaço privilegiado nesse processo. Afinal, estava em causa um conjunto de processos educativos que constituiriam a sociabilidade e que inserem-se no contexto amplo da formação – ou mesmo adaptação – dos indivíduos na realidade moderna. Nesse sentido, tanto a modernização quanto a privatização estão imbricadas nos processos amplos de socialização, nos quais a família se caracteriza com grande relevância em relação às demais esferas de socialização porque propicia as primeiras referências dos indivíduos em relação à realidade, bem como constitui um laço duradouro e definitivo.

A família como esfera de socialização de tamanha relevância é transformada no movimento de expansão do mundo moderno. Esse processo é mediado pelo alargamento do alcance da privatização e da individualização e modifica radicalmente os seus aspectos educativos, possibilitando uma maior participação de outras esferas no processo de socialização às quais vai cedendo espaço. É o que ocorre com a inserção da televisão no

núcleo privado. A TV alojada na família promove a expansão da lógica privatizante e individualizante dos meios de comunicação de massa, mediante a inserção da indústria cultural no espaço privado. Nesse sentido, colabora para o desenvolvimento de um tipo especial de educação que muito mais conforma e adapta os indivíduos à lei da oferta e procura do que propriamente auxilia na constituição de sujeitos capazes de operar contra a barbárie instituída na sociedade capitalista. A par disso, ainda que privatizada e limitada por outras esferas de socialização que operam em seu interior, a família não perece e permanece como contra-força.

CAPÍTULO I
A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ESFERA PRIVADA

"Ah, poder exprimir-me todo como um motor se exprime!
Ser completo como uma máquina!
Poder ir à vida triunfante como um automóvel último-modelo!
Poder ao menos penetrar-me fisicamente de tudo isto,
Rasgar-me todo, abrir-me completamente, tornar-me passento
A todos os perfumes de óleos e calores e carvões
Desta flora estupenda, negra, artificial e insaciável!"

(Álvaro de Campos, heterônomo Fernando Pessoa, 1914)

O mundo constituído pelos desdobramentos das revoluções burguesas do final do século XVII no cenário europeu é o emblema histórico do nascimento da vida moderna. Essas transformações superam a esfera da produção e atingem todos os espaços da vida social. Isso muda radicalmente as formas de sociabilidade e implica maior individualização e adaptação às formas da produção. Os laços comunitários vão dando lugar a uma sociabilidade cada vez mais voltada para o isolamento e a concorrência entre os indivíduos. O sujeito se vê compelido a isolar-se em espaços cada vez mais recônditos, em que os muros e paredes lhe servem de proteção e a uma vida que lhe promete liberdade e autonomia. Segundo Ianni (1988), esse é o tempo em que:

> [...] já se revelam mais abertamente as forcas sociais, as configurações de vida, as originalidades e os impasses da sociedade civil, urbano-industrial, burguesa ou capitalista. Os personagens mais característicos estão ganhando seus perfis e movimentos: grupos, classes, movimentos sociais e partidos políticos; burgueses, operários, camponeses, intelectuais, artistas e políticos; mercado, mercadoria, capital, tecnologia, força de trabalho, lucro, acumulação de capital e mais-valia; sociedade, estado e nação; divisão internacional do trabalho e colonialismo; revolução e contra-revolução. (p. 7)

É nesse contexto que a nova delimitação da vida privada passa a representar um valor inestimável. Diretamente ligada ao processo de individualização humana desencadeado pelas contínuas modificações do mundo e das mentalidades, a movimentação da modernidade conforma uma compreensão, funcional ao expansionismo capitalista, de que viver em separado e isolado deve constituir um direito de cada pessoa, aspecto fundante do modo como as relações sociais, de todas as ordens, se realizam e que possui implicação direta com a produção e reprodução da vida adaptada aos moldes dessa sociedade.

O mundo moderno é instaurado mediante um processo estruturante de privatização das esferas da sociabilidade, entre as quais a família ocupa um lugar significativo. Para compreender como se deu essa ampliação da privatização, este capítulo expõe o percurso histórico que implica as várias formas de estabelecimento das esferas pública e privada e ainda toma a família como sede da intimidade, com a finalidade de demonstrar a concretização desse desenvolvimento.

1.1 – A relação entre a esfera pública e a esfera privada

A oposição entre as esferas pública e privada é produto dos desenvolvimentos históricos e, por isso mesmo, possui variações pertinentes ao momento e ao lugar em que se realiza, tendo em vista a sua vinculação aos processos de produção e reprodução da vida em cada particularidade histórica. Partindo desse suposto, é possível reconhecer algumas configurações da relação estabelecida entre público e privado no decorrer da história, levando em consideração os aspectos específicos e os mais genéricos de cada realidade.

Ao tratar a especificidade histórica das esferas privada e pública a partir da conceituação clássica dessa oposição, Arendt (2004) e Vernant (2005) oferecem algumas sugestões interessantes. Partem do legado das sociedades antigas, em especial da contribuição do mundo helênico em seu período clássico. Para eles o surgimento da *polis* é de grande relevância, pois engendra várias modificações no tipo de relacionamento entre as pessoas e as instituições, sendo um marco importante para a diferenciação das esferas pública e privada, sobretudo na criação e consolidação da primeira. Vernant (2005) afirma que o caráter público da *polis* grega é uma de suas principais características constitutivas, sem a qual não seria possível encadear a maior parte de seus desenvolvimentos naquele período. Segundo ele:

> Pode-se mesmo dizer que a polis existe apenas na medida em que se distinguiu um domínio público, nos dois sentidos diferentes, mas solidários do termo: um setor de interesse comum, opondo-se aos assuntos privados; práticas abertas, estabelecidas em pleno dia, opondo-se a processos secretos. (VERNANT, 2005, p. 55)

Também considerando essa especificidade, Arendt (2004) chama atenção para a contrapartida dessa relação, a esfera privada. Trata-se de um espaço destinado a suprir as necessidades[4] primárias das pessoas. Por isso, gradativamente, se diferencia do espaço público. A vida privada constitui um lugar próprio para essa realização, e visa os aspectos

[4] Necessidade compreendida como as condições materiais e afetivas para o suprimento da vida em seus aspectos elementares.

relacionados ao desenvolvimento da vida natural e a garantia de sua produção e reprodução. "Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar" (ARENDT, 2004, p. 40).

Dentro dessa particularidade histórica da necessidade, o que diferencia esse período de muitos outros é o tipo de ênfase que se atribui à esfera privada. Apesar de concebido como aspecto imprescindível, não era compreendido como elemento decisivo para a realização da vida em comum. Ao contrário, essa esfera era, de certa forma, marginalizada pelo coletivo dos cidadãos, que visava construir um espaço a ser gradativamente valorizado como contraponto do mundo privado. Privilegiava-se, portanto, o *lócus* político do debate entre os iguais – princípio da *isonomia –,* que somente era acessível aos portadores da autonomia necessária para o combate racional e a ativa participação nas questões relacionadas a *polis*. Essa "organização política não apenas diferia, mas era diretamente oposta a essa associação natural cujo centro era constituído pela casa (*oikia*) e pela família" (ARENDT, 2004, p. 40).

Sendo assim, a realização da vida se dividia em diferentes espaços, estabelecidos racionalmente. Eram espaços até certo ponto antagônicos, que coexistiam e se completavam dentro de uma vida pautada pela busca da excelência humana em toda a sua complexidade. A condição "social" dos homens, sediada pela vida privada, era percebida como "algo que a vida humana tinha em comum com a vida animal – razão suficiente para que não pudesse ser fundamentalmente humana" (ARENDT, 2004, p. 33). Além de não ser considerada a única característica fundamental para a humanidade, também era vista como uma espécie de "limitação imposta pelas necessidades da vida biológica, necessidades estas que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal" (ARENDT, 2004, p. 33). Partindo do exemplo dos antigos gregos, então, uma relação social nada mais era que um acordo natural de um grupo ou de espécie de animais para se manterem vivos quanto às suas necessidades básicas.

Esse aspecto compõe aquilo que seria tratado como o "cosmos grego", no qual a permanente busca da excelência humana significava uma conquista constitutiva e que se tornaria um momento peculiar na história da humanidade. A eleição de uma outra forma de viver que, em grande medida, se contrapunha a essa associação privada de manutenção das necessidades básicas, se deu com a criação da *polis*, ou seja, da cidade-estado. Comentando as características fundamentais que tornaram essa realidade possível, Vernant (2005) diz:

> O mundo das relações sociais forma então um sistema coerente, regulado por relações e correspondências numéricas que permitem aos cidadãos manter-se

> "idênticos", entrar uns com os outros nas relações de igualdade, de simetria, de reciprocidade, compor todos em conjunto um *cosmos* unido. A *Polis* apresenta-se como universo homogêneo, sem hierarquia, sem planos diversos, sem diferenciação. A *arché* já se não concentra num personagem único no cume da organização social. Está dividida igualmente por meio de todo domínio da vida pública, nesse espaço comum em que a cidade encontra seu centro, seu *meson*. (p. 107)

Trata-se de uma visível distinção estabelecida entre, de uma parte, o espaço propriamente reservado à conservação da vida humana em seus aspectos naturais, o que coincide com seus aspectos primários de sobrevivência, numa esfera onde uma hierarquia além de permitida era considerada também necessária,[5] e, de outra parte, o que corresponde a uma nova esfera destinada ao uso político da razão, estabelecido como um espaço destinado à comum existência, ao debate e à decisão daqueles que gozavam dos direitos plenos de cidadão. Em síntese, os gregos da antiguidade inauguraram a distinção entre a esfera privada, destinada às questões domésticas, e a esfera pública, destinada ao exercício político.

Seguindo a argumentação de Arendt (2004), o sentido clássico da divisão entre esferas pública e privada é emblema que se destina a cotejar o novo estágio alcançado por essas instâncias em outros momentos da história, em especial o período moderno de realizações humanas. Na modernidade, os limites entre o que é público e privado são transformados em suas bases, constituindo uma outra esfera completamente diferente daquelas anteriormente constituídas pelo movimento histórico: uma esfera nem privada e nem pública, que se explicita como "social" pela autora:

> A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional. (ARENDT, 2004, p. 37)

O termo "esfera social"[6] é cunhado com vistas a enfatizar o sentido dos espaços destinados à realização das necessidades básicas dos humanos: procriar, alimentar, realizar a higiene, cuidar das propriedades e da melhor forma de gerir os negócios familiares etc.,

---

[5] No mundo antigo, os gregos percebiam o espaço doméstico como o espaço de convívio entre desiguais, numa espécie de lócus privilegiado da dominação entre homem e mulher, livre e escravo, adulto e criança. Desigualdades que se propunham restritas ao mundo privado, que não interferiam – ao menos não deveriam interferir – nas decisões públicas da *polis*.

[6] A existência de uma "esfera social" propriamente característica da vida moderna não é ponto comum entre os autores explorados neste trabalho. Nesse sentido, o argumento de Arendt (2004) é resgatado com a finalidade de esclarecer um encadeamento de sua compreensão e não propõe, de maneira nenhuma, esgotar ou contradizer outros argumentos também importantes para o desenvolvimento da discussão como um todo.

aspectos pertencentes especificamente aos interesses das famílias e de seus indivíduos, que passam a exercer maior importância do que os elementos fundamentais para uma vida em comum, para além dos laços familiares. Dessa forma, os "interesses privados assumem importância pública" (ARENDT, 2004, p. 47), uma característica importante que se torna constitutiva do momento moderno.

Se, no mundo helênico, a oposição entre a esfera pública e a esfera privada era imprescindível à realização dos objetivos de uma vida racionalmente organizada, tanto no âmbito político como no âmbito particular de cada família que compunha a *polis*, em outros momentos da história esse contraste entre as esferas já não se fez tão necessário. A contínua dissolução dos limites entre a esfera privada e a esfera pública acabou por constituir outras possibilidades de convivência humana, sobretudo crivadas pelas características constitutivas de cada momento da história.

1.1.1 – No mundo medieval

O período feudal minimiza essa oposição na medida em que o Estado passa a figurar-se menos interventor, pois reparte suas funções na proporção que concede a responsabilidade de gerir seus domínios territoriais a outrem, mesmo que essa concessão seja limitada pela relação de suserania e vassalagem em seus mais variados níveis. Cada feudo passa a representar um domínio com leis próprias e o aspecto público[7] é transferido às relações familiares e comunitárias, regulamentada por costumes e tradições propriamente definidas no interior de cada feudo. Nesse sentido, "as solidariedades da comunidade senhorial, as solidariedades entre linhagens, os vínculos de vassalagem encerram o indivíduo ou a família num mundo que não é nem privado nem público" (ARIÈS, 2002, p. 7).

Essa impossibilidade de confrontar o espaço público com o espaço privado não é, entretanto, completa. Por mais que na Idade Média as ações humanas migrem quase que completamente para a esfera privada, e o crivo familiar passe a representar o cerne das decisões do grupo, uma considerável distância entre o que é privado e o que é civilmente público permanece. Sobre esse aspecto, Arendt (2004) comenta que:

---

[7] O aspecto público no mundo medieval diz respeito, principalmente, às práticas abertas, acessíveis aos olhares de todos, diferentemente do "segredo". O aspecto político da participação é substancialmente transformado pela noção de estamento e de predileção divina. A participação decisória é centralizada na figura do soberano/rei e distribuída por ele conforme a hierarquia de cada feudo.

> [...] após a queda do Império Romano, foi a Igreja Católica que ofereceu ao homem um substituto para a cidadania antes outorgada exclusivamente pelo governo municipal. A tensão medieval entre treva da vida diária e o grandioso esplendor de tudo o que era sagrado, com a concomitante elevação do secular para o plano religioso, corresponde em muitos aspectos à ascensão do privado ao plano público da antiguidade. (p. 43)

Essa aproximação das concepções clássica e medieval não prescinde da real diferenciação existente entre os dois modelos. O aspecto marcante nessa comparação é o fato de que o feudo, organizado de maneira quase auto-suficiente, reservadamente separado de outros territórios, possibilitava a privatização das relações dentro de um território: em seu interior, as relações eram organizadas de maneira familiar e comunitária e a convivência das pessoas era cerceada pela condição privada. Tratava-se de um espaço definido por desigualdades legítimas e estáticas, tendo em vista a atribuição de papéis mediante concessões reais e divinas (duas noções muito próximas no período medieval). A vida comunitária na Idade Média "tomou por modelo as relações entre os membros de uma família, porque estas eram sabiamente não-políticas e até mesmo anti-políticas" (ARENDT, 2004, p. 63). Todavia, o aspecto unificante da religião mostrava certo caráter público das relações que se estabeleciam.

Os preceitos cristãos desempenhavam uma função "universalizante". Isso porque a dimensão religiosa permanecia presente em todos os feudos e acabou constituindo uma possibilidade para todos, indiferente à condição social de cada um. Em outras palavras, eram os feitos realizados durante a vida terrena o que garantia a possibilidade de transcendência sintetizada pelo agraciamento divino de "subir aos céus" após a morte e, finalmente, viver uma vida justa e igualitária, como resultado de uma vida fiel aos pressupostos religiosos, econômicos e humanos. O aspecto religioso separa aquilo que é propriamente mundano do que é sagrado, o que, no limite, possibilita a contínua busca pela "ascese", espécie de ascensão (espiritual e humana), que, na Antiguidade fora considerada um caro valor, mesmo que os sentidos empregados nas duas épocas sejam claramente diferenciados.[8]

> Na Idade Média, distinguia-se muito claramente a esfera sagrada da profana. Na esfera sagrada ou religiosa, todos se igualavam, independentemente de sua origem social, pois ser sacerdote significava pertencer à "ordem" (do latim *ordo*, denominação de categoria da sociedade desejada por Deus). Já na esfera profana ou secular havia desigualdade. Entretanto, a divisão da

[8] A ascese helênica tinha como princípio fundamental a busca pela excelência humana, pela virtude, pela *Paidéia*. Segundo Marrou (1975), o sentido da *Paidéia* refere-se à formação ampla do sujeito. Deve alcançar "o estado de um espírito plenamente desenvolvido, tendo desabrochado todas as virtualidades do homem tornando verdadeiramente homem" (p. 159).

> ordem terrestre ou profana em senhores e servos tinha sido instituída por Deus, já que a liberdade de agir mal fosse coibida pelos que dominavam. (KOSHIBA, 2000, p. 168)

De forma muito cuidadosa, é possível aproximar, sem equiparar, a relação profano e sagrado com a relação privado e público, tendo em vista que a noção pública da religiosidade na vida medieval era respaldada por objetivos de unificação de todos os feudos europeus. Isso se dava a partir do signo de uma unidade cultural, o que tornava a Igreja uma forte instituinte de normas e costumes, reguladora de grande parte da produção do conhecimento, envolvendo a arte, a filosofia e a ciência, além de grande interventora nas questões de ordem social, portanto, o grande agente político e econômico desse período. A possibilidade de subir aos céus, após uma vida de dedicação e respeito às normas fixadas pela ordem religiosa e social, tornava a transcendência um espaço de possibilidade pública, em função de sua extensão a todas as pessoas, uma universalização dos céus como momento de igualdade e liberdade entre os humanos, que viviam suas vidas pautadas por tais objetivos. Nesse sentido, a vida terrestre significava a realização da esfera privada em todas as suas nuances, sobretudo em suas características de subsistência e manutenção da vida mediante uma hierarquia familiar, característica dos reinados e suas comunidades.

Tais aspectos não permaneceriam imutáveis por muito tempo, pois a história apontaria transformações importantes a serem enfatizadas no decorrer do século XVII e posteriores, como resultado das contínuas transformações do modo de produzir e reproduzir a vida desde os séculos anteriores. As principais instâncias a sofrerem tais impactos seriam: a economia feudal, a força da instituição religiosa, a produção do conhecimento, as artes, a arquitetura, o modo de as pessoas se relacionarem, a vida comunitária etc. Transformações de todas as ordens, que se estenderam para quase todos os espaços de maneira irrestrita, modificando e/ou exterminando vários traços determinantes da organização feudal e inaugurando uma nova forma de sociabilidade na qual a busca por um espaço puramente privado ganharia ênfase, consolidada sob a forma capitalista da sociedade.

1.1.2 – Na passagem do feudalismo para o capitalismo

As críticas ao tradicionalismo do período feudal permitiram uma compreensão limitada da complexidade histórica desse período, interpretado a partir de uma noção estática de mundo, emblematicamente citado como período das “trevas”. Tal noção acabou por obstacularizar o exame crítico dos seus reais desenvolvimento e transformações, elaborações

importantes para o engendramento de uma outra realidade a se constituir exatamente nesse contexto.

A concepção de imobilidade advém de várias fontes, dentre as quais a exígua possibilidade de ascensão social dentro de um sistema sócio-econômico que fixava na hereditariedade a concessão de títulos e propriedades; e as noções espaço-temporal voltadas para a compreensão geocêntrica – amplamente veiculada pela Igreja – que insistia em conceber o planeta como um corpo destituído de movimento, uma regra que se estendia para outros campos, como o da divisão das funções sociais. Esses elementos eram produtos da sociabilidade feudal já consolidada em um momento de relativa "calmaria" entre séculos VIII ao X, resultante do momento de trégua das invasões, principalmente no século X, favorecendo a diminuição das perdas humanas em atividades de guerra.

Nesse mesmo período, há um controle mais rigoroso das epidemias, sobretudo da peste "negra". Os dois acontecimentos somados ao conseqüente aumento dos nascimentos resultaram numa ampliação substancial da população,[9] um fato intrigante aos desenvolvimentos da época.

O aumento populacional, que perdurou por todo o período compreendido entre os séculos X e XIV, produziu uma realidade cada vez mais inviável à continuidade do sistema feudal: os feudos se fecharam em uma organização interna baseada em costumes e tradições pouco maleáveis, de maneira que o aumento de seus membros acarretou diversos problemas, dentre os quais a escassez da comida[10] e a complicação dos direitos de sucessão. Os herdeiros também aumentaram em quantidade, ocasionando a regra da primogenitura para a cessão de títulos e propriedades e a compulsória expulsão dos "rivais mal-nascidos". Segundo Hobsbawm (2003), por mais que a concepção feudal ainda persistisse, seu aparato econômico passava por sérias e definitivas transformações:

> [...] sua própria obsolescência econômica, que fazia com que os rendimentos de nobres e cavalheiros fossem ficando cada vez mais para trás em relação ao aumento dos preços e dos gastos, levava a aristocracia a explorar com intensidade cada vez maior seu único bem econômico inalienável, os privilégios de *status* e de nascimento. (HOBSBAWM, 2003, p. 35).

---

[9] Em menos de quatrocentos anos, a população européia praticamente quadruplicou em quantidade: de 20 milhões de habitantes em 950 passa a ter 73 milhões em 1300 (KOSHIBA, 2000, p. 168).

[10] A produção do excedente foi praticada em alguns momentos. Entretanto, nem sempre era suficiente para suprir as carências do feudo, uma vez que grande parte dele era destinada à troca, em benefício de pequenos grupos camponeses e/ou de seus senhores, que conseguiam produzi-los.

O uso indiscriminado dos direitos da nobreza alargou a opressão dos senhores em relação aos servos, que precisavam trabalhar em períodos cada vez maiores nas terras de seus arrendatários para atender às especificidades do regime. Todavia, um limite se colocava: a manutenção dos mesmos níveis de comodidade da crescente aristocracia e clero. Com o aumento populacional, a distribuição dos bens de consumo produzidos no interior do feudo – ou mesmo dos produtos cambiados nos centros comerciais – começou a ser cada vez mais desigual entre aqueles que os produziam e aqueles que os recebiam como tributo, pois as exigências aristocráticas não cessavam de se expandir.

O significativo aumento populacional dos feudos provocou a gradativa expulsão e fuga de pessoas de todos os estratos sociais, que partiam em direção aos burgos ou para outros lugares onde pudessem obter melhores condições de sobrevivência, muitas vezes apelando para o caminho da criminalidade. Ao libertar-se dos laços comunitários e fraternos constituídos pela vivência feudal, os indivíduos se sujeitavam a viver conforme os ditames instituídos pelos burgos, formando gradativamente um grupo marginal de pessoas destituídas de terras, de instrumentos de trabalho e com poucas habilidades artesanais.[11]

Alguns camponeses puderam experimentar um novo vínculo servil, tendo em vista a gradativa transformação desse personagem já no final da Idade Média. A corvéia (trabalho gratuito) que, por muito tempo, representou um dos mais importantes tributos pagos aos senhores, tomou uma nova configuração quando deixou de ser paga em serviços para ser paga em produtos e, mais adiante, no século XIV, em dinheiro (KOSHIBA, 2000, p. 168). O servo não deixou de ser servo em função dessa mudança. Entretanto, a força do laço que o prendia à terra foi abrandado pela mobilidade alcançada no momento da venda dos produtos. Segundo Hobsbawm (2003),

> O camponês típico tinha perdido muito da sua condição de servo no final da Idade Média, embora ainda frequentemente guardasse muitas marcas amargas da dependência legal. A propriedade típica já de há muito deixara de ser uma unidade de iniciativa econômica e tinha-se tornado um sistema de cobrança de aluguéis e de outros rendimentos monetários. (p. 36)

O duro questionamento e a busca pelo rompimento da sujeição do servo ao senhor feudal não tardariam em constituir o cerne das reivindicações revolucionárias dos finais do século XVIII. A gradativa independência financeira alcançada por esse grupo de pessoas que

[11] Os artesãos medievais detinham o conhecimento pleno de todo o processo de produção de um objeto qualquer. Tradicionalmente, esse conhecimento específico era passado de geração a geração, numa lógica de confiança. Alguns poucos escolhidos eram selecionados ao aprendizado do ofício. Nesse sentido, o segredo da produção artesanal era centralizado na figura do artesão e seus aprendizes.

não mais trabalhava em uma propriedade para garantir a manutenção dessa, mas na função de locatário que se beneficia diretamente dos excedentes, potencializaria a possibilidade de o servo exercer a função de "mercador", o que muda por completo o sentido da própria servilidade.

Assim, o franco desenvolvimento do mercado e todas as suas implicações diretas ou indiretas transformariam amplamente a realidade européia. A primeira grande transformação foi a retomada do espaço urbano como centro de negociatas e aglomeração de atividades econômicas. Embora nunca tenham deixado de existir completamente, as cidades, durante a Idade Média, coexistiam com os objetivos feudais na medida em que se submetiam seus interesses aos do campo. Os burgos, por muito tempo, representaram um mero apêndice da propriedade senhorial. Esse cenário irá se modificar aos poucos e, gradativamente, tomará uma forma completamente diferente.

Na baixa Idade Média o cenário urbano passará por ininterruptas transformações, dentre as quais a mais marcante será o renascimento comercial e a conseqüente emergência de uma nova classe, a burguesia. Um grupo a princípio servil, a burguesia foi conquistando uma gradativa autonomia econômica e se beneficiando das mudanças provenientes da nova forma de tributação instituída pela nobreza. Tais transformações possibilitaram-na se constituír como classe passível de reivindicação de novos direitos. Hobsbawm (2003) comenta que:

> O simples crescimento deste comércio inevitavelmente criou condições rudimentares para um precoce capitalismo industrial. O artesão que vendia suas mercadorias poder-se-ia transformar em pouco mais que um trabalhador pago por artigo produzido (especialmente quando o mercador lhe fornecia a matéria-prima, e talvez arrendasse equipamento produtivo). O camponês que tecesse poderia vir a ser o tecelão que também tinha um pequeno lote de terra. A especialização dos processos e funções poderia dividir o velho ofício ou criar um complexo de trabalhadores semiqualificados entre os camponeses. (p. 40)

São as primeiras demonstrações de um acirramento na divisão social do trabalho que não apenas mudaria a forma de produzir os novos produtos destinados ao comércio e ao consumo, mas determinaria uma outra hierarquia econômica, social e política, na qual o "velho mestre-artesão, ou algum grupo especial de ofícios ou mesmo de intermediários locais poder-se-iam transformar em algo parecido com empregados ou subcontratadores" (HOBSBAWM, 2003, p. 40). Um modelo que não pôde coexistir por muito mais tempo com o sistema servil, baseado na relação de mútua confiança mantida pela honra, costumes e tradições.

Pode-se demarcar aqui um aspecto importante na constituição das relações humanas durante todo o período do "Antigo Regime": o costume.[12] Trata-se da fixação de ritos e tradições de forma a representar, para o mundo medieval, um aspecto regulador das relações entre as pessoas, em especial no que se refere ao matrimônio em toda a sua extensão e complexidade. Intervém diretamente na vida doméstica dos cônjuges e das famílias, impedindo-as de se converter em espaço reservado, secreto, ou mesmo íntimo. O costume exerce, assim, a força necessária para não separar o público e o privado, opera na contramão de uma vida privada que proteja a família ou mesmo o indivíduo, nos primeiro momentos de sua constituição, da coerção exercida pelo grupo comunitário. Ele se fundamenta na idéia de que:

> O momento de reprodução doméstica é assunto não só dos parentes próximos, mas também dos vizinhos e sobretudo dos jovens da mesma idade. Esse controle se exercerá a seguir toda a vida dos cônjuges, tentando definir – e censurando sempre que necessário – "o que não se faz". O rumor, denúncia discreta ou espetacular, e os insultos, constituem moeda corrente, porém até o último século do Antigo Regime, em meios muito diversos, a maneira mais comum de divulgar e punir a infração ao costume insere-se no centro dos rituais que constituem o próprio costume, os quais asseguram ao longo de um destino pessoal a transição de um estado social a outro. (FABRE, 2002, p. 543)

A força que o costume desempenha nesse momento é o de conservar o laço comunitário vivo. Uma maneira de organizar a vida conforme as necessidades tradicionais daquele tempo, em que a "autodefinição do indivíduo depende inteiramente do reconhecimento coletivo. O rito atribui um papel e ao mesmo tempo formula um julgamento de conduta; é o inverso obrigatório de sua função agregativa" (FABRE, 2002, p. 543).

Nesse período da história, o costume exerce centralidade na maneira de as pessoas se relacionarem. Designativo de condutas, ele intervém desde os aspectos "íntimos" até a determinação das formas de coesão dos grupos. Segundo afirmação de Hobsbawm (1997b),

> O "costume", nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou

[12] Hobsbawm (1997b) explica como se realizam os costumes e sua (i)mobilidade característica: "O 'costume' não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum ou consuetudinário ainda exibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado. Nesse aspecto, aliás, a diferença entre 'tradição' e 'costume' fica bem clara. 'Costume' é o que fazem os juízes; 'tradição' (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado. A decadência do 'costume' inevitavelmente modifica a 'tradição' à qual ele geralmente está associado." (p. 10).

> resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme expresso na história. (p. 10)

O aspecto ritual do costume visa impor a necessidade de se cumprirem regras que se propõem necessárias à manutenção da estrutura social. Visivelmente ligado aos valores da vida feudal, procura impor a qualquer custo o imperativo dos casamentos tradicionais; da vida doméstica pautada pela autoridade masculina; da não dissolução da extensa família, haja vista o perigo do adultério etc.

Emblemas relevantes da coerção exercida pelo costume são os ritos reguladores das condutas sociais. Dentre os principais exemplos pode ser citado o *Charivari*:[13] uma prática milenar realizada nos "quatro cantos da Europa até pelo menos o século XIX" (MACEDO, 2005, p. 392), que se baseava em uma "algazarra" entre os membros de um vilarejo ou cidade, visando punir qualquer infrator de um costume ou tradição. Inicialmente, apresentava-se como uma espécie de guardião das uniões matrimoniais, perpetuando seus aspectos tradicionais e visando impedir os principais deslizes normativos em relação ao casamento, como o adultério, o segundo matrimônio, subserviência do homem em relação à sua esposa etc.

Já no final do período o *Charivari* medieval passou a desempenhar uma função ainda mais conservadora dos costumes, procurando proteger, a todo custo, os laços comunitários constitutivos daquela realidade: "qualquer pessoa que tentasse romper o pacto estabelecido pela comuna devia ser colocado ao contrário num asno" (MACEDO, 2005, p. 397). Essa ênfase no costume demonstra uma parte da complexa transformação que estava por vir, esboçando-se, já há muito tempo, a oposição de forças que redundaria em um confronto cada vez mais antagônico, que não procurava apenas abrandar alguns princípios tradicionais, mas pretendia romper radicalmente com todos os aspectos que constituíam a sociabilidade feudal.

Em meados do século XVII as críticas às práticas indiscriminadas dos *Charivaris* foram intensificadas. Inicia-se uma contínua, e até certo ponto irreversível, solicitação da demarcação entre o espaço público e privado, e este último vai se aproximando cada vez mais

---

[13] Sobre os aspectos concernentes ao ritual, Macedo (2005) comenta que: "Embora as evidências documentais tenham sido mais abundantes quando se tratava de manifestações coletivas desencadeadas por ocasião das segundas núpcias de viúvas ou viúvos, sabe-se da organização do desfile jocoso para execrar indivíduos que de algum modo ameaçavam as normas familiares ou comunitárias, como: moças que trocavam um rapaz da comunidade por estrangeiro; moças de vida desregrada; noivas que se casavam grávidas usando véu ou outras insígnias da virgindade; rapazes que se entregavam às viúvas; mulheres declaradas adúlteras; moças envolvidas com homens casados; maridos enganados pela esposa; maridos excessivamente violentos ou excessivamente fracos – sobretudo aqueles surrados pela mulher. Nestes casos, havia o costume de fazer o indivíduo a ser execrado montar ao contrário num asno e expô-lo desta maneira diante de toda a comunidade" (p. 392).

do universo familiar. Fabre (2002) afirma que tais transformações referem-se à movimentação social daquele período. Segundo ele:

> Parece que doravante a burguesia proprietária, que julga e apresenta queixa, pouco a pouco se convence de que essa esfera pertence à família, que nenhuma entidade exterior poderia pesar sobre decisões que ali se tomam; e as leis confirmam, sem equívoco, tal direito à capacidade de uma "vida privada". (p. 574)

Mas, além da gradativa transformação dos costumes e tradições e antes de chegar à família, também a religião foi submetida a mudanças que implicaram rupturas constitutivas da nascente realidade. A religião e a fé passaram a se organizar a partir do princípio de privatização das esferas sociais. Romperam de maneira gradativa com os aspectos comunitários e modificaram a relação milenar estabelecida entre "Deus - Homem". O processo se daria da forma que se segue.

A religião começa a ser desobrigada do intermediário (clérigo) na relação entre Deus e o Homem. Com a atribuição de maiores responsabilidades à figura do indivíduo, em separado e em família, que passou a ter maiores compromissos por sua própria "devoção interior" (ARIÈS, 2002, p. 10). Consolida-se, portanto, nesse contexto, uma nova forma de religiosidade, veiculada pela proposta de Reforma da Igreja Católica. No caso específico do Protestantismo, houve uma proximidade muito forte entre o processo de individualização da fé e a nova possibilidade leitura da Bíblia, simplesmente porque "a leitura do texto bíblico pelo fiel, na íntegra e várias vezes ao longo de uma vida, é como uma pedra angular da nova fé, associando estreitamente religião e alfabetização" (CASTAN et al; 2002, p. 25).

Os países reformados adotaram predominantemente, o "culto doméstico", no qual a "oração individual" representaria uma valorosa expressão de fé e uma nova perspectiva religiosa centraria no indivíduo as possibilidades de redenção, com qualquer conquista divina dependendo do esforço de cada um. Sendo assim, a Reforma Protestante colocaria o fiel "em relação direta com Deus, cuja Palavra está na Bíblia, que se deve ler e interrogar diariamente" (LEBRUN, 2002, p. 102).

O fiel passou a se relacionar de maneira diferente com a própria fé e com a divindade, em função dessa nova proximidade Deus-Homem. Todavia, não se extinguiria a intervenção de outros indivíduos na formação da religiosidade protestante. Nesse aspecto, haveria o enaltecimento do espaço privado, concebido a partir de então como *lócus* doméstico no exercício da fé. A centralidade da figura paterna passou a exercer enorme relevância. Nas

palavras de Lebrun (2002): "o magistério do pai de família se exerce muito além do exercício do culto doméstico. Cabe-lhe velar para que todos, inclusive os criados, sigam o caminho do bem" (p. 104).

A questão da religiosidade vai se modificando gradativamente e juntamente com outras tantas transformações chegam à esfera social da família. Também solapada em sua essência tipicamente comunitária, a família passa a constituir espaço privilegiado de realização da vida privada. O acirramento dessas transformações são consolidadas pelo modo de produção e reprodução capitalista, que modificaria o modo como as coisas (mercadorias) são produzidas, assim como o tipo de relacionamento humano dele advindo.

1.1.3 – No desenvolvimento capitalista

A consolidação da sociedade burguesa alcança maior solidez com o processo revolucionário dos finais do século XVIII. De um lado, a Inglaterra opera um processo de industrialização que promove um substancial aumento de sua produção (caminhando para a produção em série). Inicialmente restrito à produção têxtil, esse processo se transformaria rapidamente em padrão para a produção em larga escala de todos os produtos necessários ao consumo nessa nova fase da humanidade. De outro, a França pôde sediar a luta armada da classe burguesa contra a aristocracia, conquistando, assim, o espaço político já por muito tempo reivindicado. Trata-se, portanto, de uma era revolucionária, alavancada primeiramente nesses dois territórios, mas não se restringindo a eles. Um modelo inicial de mudanças generalizadas no modo de produzir e reproduzir a vida, que "constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro" (HOBSBAWM, 2003, p. 16).

Essa "dupla revolução" significa uma ruptura fundamental que mudaria para sempre o rumo da história do ocidente.[14] Um emblema significativo dessa nova configuração social é o lugar que a vida privada passa a ocupar na transição, consolidação e continuidade do modo de produção e reprodução capitalista. Gradativamente, ela vai se firmando como possibilidade de um espaço que propõe resguardar o indivíduo, e vai compondo uma parte importante do arcabouço ideológico burguês.

---

[14] Se forem tomados os acontecimentos mais recentes, da expansão capitalista em dimensões globalizadas, é possível afirmar que as transformações oriundas da revolução burguesa industrial atingem, também, o oriente, como diria Ianni (1997), num processo de ocidentalização do mundo.

Especialmente, a esfera da vida privada vai perdendo seus aspectos estranhos e se convertendo em um direito, que sob a luz do Estado, deveria ser garantido. A vida socioeconômica passa a se organizar, a partir de então, de maneira societária, distanciando-se cada vez mais de tudo aquilo que se prestava aos laços comunitários característicos do já "Antigo Regime". Coloca em marcha uma gradativa individualização das ações humanas que permite encerrar no indivíduo a idéia de que todas as possibilidades de liberdade e capacidade de julgamento do mundo estão contidas nela.

A derrocada do antigo sistema ocorre a partir de um forte e articulado movimento liderado pela emergente classe burguesa – circunstancialmente apoiada pela massa trabalhadora, o antigo campesinato –, apoiando-se no ideário liberal clássico (HOBSBAWM, 2003). A emergente classe coloca-se à frente na cobrança de um estado nacional e requerendo a consolidação de sua hegemonia não só no plano econômico, mas também no político e ideológico. Sobre esse aspecto, Ianni (1988) afirma estar

> [...] em curso o desenvolvimento da sociedade nacional, urbano-industrial, burguesa, de classes. Com a dissolução, lenta ou rápida, da comunidade feudal, emergia a sociedade civil. Essa ampla transformação concretiza-se em processos sociais de âmbito estrutural, tais como: industrialização, urbanização, divisão do trabalho social, secularização da cultura e do comportamento, [...]. Esse é o palco do trabalhador livre, formado com a sociedade moderna. (p. 15)

A era inaugurada por tais desdobramentos históricos é nomeada "modernidade", e Berman (1987) a caracteriza como "explosivas convulsões em todos os níveis da vida pessoal, social e política" (p. 16). No contexto de todas essas mudanças, a constituição das esferas pública e privada passa por decisivas reconfigurações. As regulamentações da vida, em seus mais diferentes aspectos, paulatinamente vão sendo incorporadas pelos fundamentos mercantis e pelo ritmo industrial. A passagem do século XIX para o século XX será decisiva na consolidação de muitos desses aspectos.

No decorrer do século XIX, foram constituídos os elementos fundamentais dessa passagem. Enquanto a burguesia se mantinha organizada nos domínios e expansão de seus grandes empreendimentos, fosse eles do setor primário, secundário ou do crescente setor terciário, ou mesmo ocupando cargos políticos na administração dos Estados-nação, uma massa de trabalhadores vivia em estado de pauperização quase absoluta,[15] o que, num aspecto funcional garantia a exploração selvagem do trabalho assalariado.

[15] Exceção de alguns grupos que recebiam melhores remunerações, embora continuasse distante dos rendimentos da classe média (HOSBSBAWM, 2000, p. 311).

A massa de trabalhadores era constituída de maneira heterogênea conforme seus aspectos sociais, econômicos e culturais. Entretanto, um elemento dava o tom de aproximação entre os seus membros: o fato de que todos "estavam realmente unidos por um sentido comum do trabalho manual e da exploração, e de forma crescente, pelo destino comum de viverem do salário" (HOBSBAWM, 2000, p. 311). Essa unidade passava a configurar o estatuto de classe dos trabalhadores. Sendo assim,

> Eles estavam unidos pela crescente segregação da sociedade burguesa, cuja riqueza crescia dramaticamente, enquanto a situação dos trabalhadores permanecia precária, uma burguesia que se tornava mais e mais restrita e inflexível na admissão dos que vinham de baixo. Pois havia uma real diferença entre as modestas conquistas de conforto que um trabalhador bem-sucedido, ou mesmo um ex-trabalhador poderiam almejar e as brutais acumulações de riqueza. (HOBSBAWM, 2000, p. 311)

O crescente agravamento dessa disparidade deixava à mostra a enorme distância social que separava os trabalhadores dos burgueses, levando à constituição de uma consciência dos trabalhadores em relação à sua moderna condição de classe excluída da divisão das riquezas produzidas no sistema.[16] Essa noção "comunitarista" entre os trabalhadores, baseada no princípio da pobreza comum, os aproximava de possibilidades políticas, encadeando movimentos que impulsionariam mobilizações proletárias nos finais do século XIX.[17] Era o momento de constituição dos sindicatos mais fortalecidos, porque "[...] as classes trabalhadoras sabiam que o mercado livre liberal por si só não lhes daria os direitos nem lhes supriria as necessidades. Eles precisavam se organizar e lutar" (HOBSBAWM, 2000, p. 314).

As condições de vida de grande parte dos trabalhadores eram bastante precárias. Isso preocupava, desde os ativistas dos grupos trabalhistas aos "Reformadores sociais" dentro do cenário europeu. Tais grupos estes que possuíam pontos de vista e interesses diferenciados. Hobsbawm (2000) descreve o testemunho de uma jovem que se infiltra às escondidas em um grupo de operários e denuncia o lado execrável e mutilador da vida exaustiva de exploração no trabalho. A descrição conta como os operários pareciam "vitimas de excesso de trabalho físico nos períodos de grande comércio, comendo e dormindo muito pouco, fisicamente

---

[16] O que posteriormente teria implicações bastante relevantes para o movimento operário nos finais do século XIX e início do século XX. Sobre o aspecto da política da classe operária, Hobsbawm (2005) afirma: "Foi precisamente o que aconteceu, em escala européia e com extraordinária velocidade. Onde quer que a política democrática e eleitoral o permitisse, apareciam em cena, crescendo com rapidez assustadora, os partidos de massas baseados na classe operária, em sua maior parte inspirados na ideologia do socialismo revolucionário (pois todo socialismo era considerado por definição revolucionário) e liderados por homens – e às vezes por mulheres – que acreditavam nessa ideologia (p. 169).

[17] A título de exemplo podem ser citadas as Internacionais nas décadas de 1860 e 1870 e, posteriormente, os "futuros seguidores do socialismo" (HOBSBAWM, 2005 p. 312).

exaustos para esforços intelectuais, sempre à mercê do esgotamento, significando falta do conforto físico" (HOBSBAWM, 2000, p. 318).

Contudo, é necessário considerar que, nos finais do século XIX uma boa parte da classe trabalhadora, em especial dos grandes centros urbano-industriais, desfrutava de uma vida sensivelmente melhor em relação a momentos anteriores. O que não mudava mesmo era a enorme "distância que a separava do mundo burguês", que além de ser já, há muito, "imensa", era também "intransponível" (HOBSBAWM, 2000, p. 319). Mesmo que houvesse algumas conquistas no alcance de uma razoável prosperidade, não era possível tornar completamente desconhecida, naquele momento, a constância do desenvolvimento das contradições capitalistas, em especial aquela que separava os portadores de riqueza dos não portadores (os pobres). Tanta evidência acabava por obstacularizar a difusão de alguns preceitos fundamentais à ideologia burguesa. Nesse sentido, muitas medidas seriam tomadas no decorrer do desenvolvimento capitalista, sob a forma de experimentos econômicos, sociais e culturais, de modo que a evidente contradição, peculiar à vida moderna, se expressasse de maneira mais sutil, ou até mesmo natural.

É por isso que os princípios ideológicos burgueses também ampliam o seu alcance. Um exemplo disso é a supervalorização atribuída à casa, a partir de então entendida como espaço separado do mundo e das ações "públicas", um pressuposto necessário para garantir um invólucro de segurança à família que necessitava se "isolar" em uma vida doméstica cada vez mais privatista, inserindo-se gradativamente na possibilidade de uma sociabilidade adequada às novas exigências do emergente mundo. Segundo Hobsbawm (2000), o "lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e contradições daquela sociedade ser esquecidos ou artificialmente eliminados" (p. 321-322).

As casas passavam a compreender, portanto, o espaço privado por excelência, estabelecidas como *lócus* reservado quase estritamente à convivência familiar, gradativamente separadas dos negócios,[18] do trabalho (na verdade, emprego) e da convivência com a vizinhança. Paulatinamente, passariam a configurar um espaço que se pretendia o mais isolado possível, como se os próprios fios que tecem a conexão entre os sujeitos e destes com as mais variadas esferas sociais, começassem a sucumbir gradualmente. Outras várias facetas do local de moradia também são transformadas, como: diminuição do tamanho dos cômodos; criação de passagens que permitiam sair de um cômodo sem passar por outros; especialização

[18] Gradativamente o espaço do trabalho (considerado "produtivo" dentro da perspectiva capitalista) começou a se diferenciar do espaço doméstico, o que segundo Prost (1995a): "emigra globalmente da esfera privada e ingressa na esfera pública" (p. 21).

dos aposentos, relacionando o novo valor social: a procura por intimidade, maior distribuição do calor e da luz (ARIÈS, 2002, p. 13).

Além dessas características, a família burguesa elege o espaço doméstico como fortaleza dotada de uma hierarquia bem definida: o pai, no centro das decisões interiores e exteriores da casa, é quem participa ativamente dos negócios e da política, ao mesmo tempo em que oferece o regulamento básico para o espaço doméstico; a mãe, responsável pela boa gerência da casa e da educação dos filhos, se submete ao marido no cumprimento de suas determinações. É instituído, assim, o modelo nuclear de família, o que representaria uma importante conquista burguesa na consolidação da vida moderna.

1.2 – O acirramento da vida privatizada no século XX

A vida baseada na "constante mudança, transformação tecnológica e inovação cultural" não constituiu nenhuma inovação para o século XX, porque seus aspectos eram constitutivos da modernidade. Todavia, é nesse século que grande parte das pessoas pôde sentir mais avidamente o peso de todas essas modificações, de modo que a "revolução da sociedade global significou uma aceleração ou intensificação de movimentos a que já se achavam acostumados em princípios" (HOBSBAWM, 1997a, p. 283).

Um dos mais notáveis aspectos evidenciados nesse período foi o extraordinário crescimento da população, especialmente nos limites urbanos dos territórios e em escala mundial. Hobsbawm (1997a) afirma que o "mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora" (p. 288), o que potencializou significativamente o fenômeno das multidões, uma característica particularmente moderna que possui relevantes implicações para uma reorganização da vida nos aspectos da convivência humana, voltada desde então para os novos ritos urbanos.

O aglomerado urbano de pessoas nesse período abandonara, de certa forma, a situação de mero amontoado de pobres ou miseráveis, peculiar às décadas iniciais do capitalismo emergente, para se estabelecer como "classe", já consciente de suas possibilidades político-partidárias.[19] Esse construto criara a possibilidade de um ambiente em grande medida voltado para vida pública, porque o espaço privado ainda era bastante inadequado à classe

[19] Ao menos alguns grupos alcançavam esta inserção política. E mesmo aqueles que não possuíam uma vinculação diretamente engajada nas atividades reivindicatórias junto ao Estado, possuíam uma certa coesão junto ao grupo, que fazia da união algo essencial. Sendo assim, a coletividade passava a existir como "elemento central de suas vidas", no qual "o domínio do 'nós' sobre o 'eu'" (HOBSBAWM, 1997a, p. 300) ainda era bastante persistente.

trabalhadora (HOBSBAWM, 1997a, p. 300), que permaneciam precárias as suas instalações domésticas. De outra parte o contato e o convívio permitiam uma unidade, ou mesmo uma consciência de classe, que não era bem-vinda aos motivos expansionistas do mundo burguês. Esse quadro sucumbiria por diferentes motivos, como afirma o historiador:

> Na maioria dos aspectos, essa consciente coesão operária atingiu o auge nos países desenvolvidos mais antigos, no fim da Segunda Guerra Mundial. Durante as décadas de ouro quase todos os seus elementos foram minados. A combinação de *boom* secular, pleno emprego e uma sociedade de autêntico consumo de massa transformou totalmente a vida dos operários nos países desenvolvidos, e continuou transformando-a. (HOBSBAWM, 1997a, p. 300)

Dentre os objetivos mais urgentes, evidenciava-se a possibilidade da derrocada do sistema capitalista, tendo em vista o levante "popular" que procurava criar condições, objetivas e subjetivas, para a construção de uma outra forma de produzir e reproduzir a vida, uma proposta comunista que não chegou a se materializar historicamente em toda a sua complexidade. De forma ampla, a organização política do operariado deixava à mostra alguns obstáculos ao desenvolvimento e expansão capitalistas e, por isso mesmo, era necessário afastar o operário dos grupos ativamente envolvidos com ações revolucionárias para essa classe. Para tanto, também era necessário conceder aos trabalhadores motivos para se desviarem desse objetivo: a inserção desse grupo no mundo do consumo – mesmo de um consumo limitado pelas condições objetivas de vida – oferecia maior alcance ao desenvolvimento do capitalismo, haja vista a sua estrutural necessidade de aumento da produção de mercadorias e do seu consumo imediato.

Estava em curso não só o aumento das vantagens advindas da aquisição de mercadorias (bens duráveis e não duráveis de todas as ordens) em escala jamais usufruída por gerações anteriores, mas também de uma mudança radical no modo como as pessoas se relacionavam – ou mesmo de não se relacionarem mais de maneira próxima e fraterna,[20] numa marcha crescente em direção à particularização dos espaços sociais da convivência. Tratava-se então da continuidade do processo de individualização, aspecto relevante na constituição do mundo moderno, que auxiliava (e ainda auxilia) decisivamente na desarticulação política das massas, entre outras coisas. Pode-se afirmar que a "prosperidade e a privatização destruíram o que a pobreza e a coletividade na vida pública haviam construído" (HOBSBAWM, 1997a, p. 301).

---

[20] Horkheimer e Adorno (1985) referenciam esta distância nos relacionamentos como algo peculiar ao tipo de vida "experenciada" pelo habitante das grandes cidades que "só pode conhecer a amizade como *social contact,* como contato social de pessoas que não se tocam intimamente" (p. 146).

Na barganha por melhores condições de vida, a classe operária acabou por ceder excessivamente os direitos conquistados, por exemplo, a capacidade de reivindicação e intervenção junto à classe dominante, que era exatamente o que lhe dava o importante respaldo político de classe. A classe operária passou a se submeter cada vez mais aos deveres impostos pelo modo de vida capitalista, ao voltar suas aspirações para o pleno consumo. Abdicou, assim, do enfrentamento com o opositor que domina e explora, passando a acreditar numa falsa trégua na luta das classes, um aspecto inerente e necessário ao desenvolvimento capitalista.

A antiga contradição (ricos/pobres; capital/trabalho; dominantes/dominados) continuaria presente. Entretanto, ganharia um aspecto natural ao ser ideologicamente falseada pela global difusão do novo pressuposto do alcance "universal" de mercadorias, numa lógica que funciova mais ou menos assim: "[...] a diferença entre o dono de um Fusca e o de um Mercedes era muito menor que entre o dono de qualquer carro e o dono de carro nenhum, sobretudo os carros mais caros se achavam (em teoria) disponíveis em prestações mensais" (HOBSBAWM, 1997a, p. 301). Consumir alguns produtos que por muito tempo, haviam sido inteiramente inacessíveis à maioria dos trabalhadores passava a configurar uma proximidade ilusória entre os proprietários do capital e seus empregados.

Esse conjunto de mudanças deixava à vista a consolidação de um mundo em contínuo processo de desenvolvimento capitalista, em todas as suas nuances constitutivas. Assim, o mundo contemporâneo, crivado pelos inúmeros acontecimentos do recente século XX, evidencia a consolidação desses muitos elementos. O novo lugar de destaque que ocupa a atual vida privada é um aspecto emblemático dessa questão, por ser um produto desse processo e por auxiliar na continuação desses desenvolvimentos. A sociabilidade pautada pela privatização das relações, em vários níveis, somente foi possível porque se tratava de um aspecto constitutivo da modernização das sociedades.

Prost (1995a) conclui então que o "século XX veria se generalizar lentamente em toda população uma forma de organização da vida com dois domínios opostos e claramente distintos" (p. 19): a vida privada e a vida pública, atuando de maneira separada nos espaços destinados à realização de cada um. Para chegar a esse suposto, parte da premissa de que "a história da vida privada seria, então, a história de sua democratização" (PROST, 1995a, p. 19). É possível concordar com Prost (1995a) em suas duas afirmações, mas somente de maneira parcial.

Esse resultado aparente do alargamento da vida privada é um aspecto diretamente relacionado ao modo de produzir e reproduzir a vida e as coisas no período moderno. Entretanto, a aparência se restringe à visão do objeto em sua imediaticidade e não revela o cerne da questão. Porque a oposição da vida pública e privada persiste nessa particularidade histórica somente como aparência. Ao ser investigada de maneira mais aprofundada mostra que tais limites não são tão definidas.[21] O aspecto dicotômico evidenciado pelas esferas pública e privada no momento moderno é aparente simplesmente porque trata de dois espaços que não se separam e se constituem mutuamente.

A supremacia alcançada pela esfera privada nos tempos contemporâneos, mesmo que muitas vezes se realize apenas no plano formal, deixa evidente a amplitude do processo de individualização somente conseguida pelo aumento do desligamento contínuo entre as pessoas. Compõe um processo que não só nega as possibilidades históricas da individuação e autonomia, como também amplia a solidão dos indivíduos. Esses aspectos se disseminam, alastrando a lógica capitalista para os espaços mais recônditos do mundo e da vida humana dentro dessa particularidade histórica.

É pertinente ressaltar a estrutural necessidade de o modo de produção e reprodução capitalista implantar seus princípios estruturante em todos os lugares do mundo, de maneira desigual, progressiva, ampla e irrestrita. É exatamente nesse contexto que o processo gradativo de privatização das esferas sociais se torna imprescindível ao cumprimento dessa meta de expansão, pois se trata de um elemento também estruturante dessa realização. O que diferencia a instalação dessa realidade nos mais diferentes locais e momentos históricos é a forma concretizada dessa implantação e os reais desenvolvimentos alavancados por essas transformações. Formas diferentes de modernização dos países os tornam peculiares na consolidação da forma capitalista de viver.[22]

1.3 – Privatização e família

---

[21] Segundo o entendimento de Arendt (2004), a "linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca" (p. 37). A autora enfatiza a dificuldade de se demarcar a diferença desses dois espaços como uma característica evidenciada pela modernidade. Em seu argumento há uma diluição da divisão entre o privado e o político que implica uma "completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a subversão na esfera social" (ARENDT, 2004, p. 79).

[22] Como ocorre, por exemplo, com o Brasil. Um país e um povo que se viram compelidos a se transformarem-se em Estado-nação antes mesmo de possuir as condições estruturais e superestruturais para tal feito.

Todas essas transformações históricas permitiriam a inserção da família no movimento de constituição de outra realidade social, modificando radicalmente desde as suas formas de relacionamentos até a sua estruturação e "hierarquia", ou seja, sofrendo como um todo grandes transformações. A forma de sua representação vai se modificando de maneira crescente, o que lhe tornaria, mais adiante, possível a atribuição de funções específicas, sobretudo a de reguladora de relações, um aspecto importante para a constituição social que começava a se esboçar.

As transformações generalizadas atingem, assim, diretamente o tipo de sociabilidade estabelecida até então. Trata-se do declínio do aspecto da vida "comum" em todas as instâncias. Uma mudança que atingiu o cerne da família, porque instituiu um gradativo rompimento com seus atributos comunitários, provocando um processo de nucleamento de suas relações, que implicou, entre outras coisas, a diminuição de seus membros para o formato circunscrito na figura do casal com filhos, a centralidade da autoridade na figura paterna, ênfase no afeto que se desenvolveu nesse contexto[23] etc., todos aspectos já em vias de consolidação dentro das famílias burguesas e entre os nobres e em fase de desenvolvimento entre as famílias populares.

Com o esfacelamento do sistema feudal, a instituição familiar modificaria a feição dos laços sustentados pelas famílias e seus costumes com a terra. A vida gregária a terra é suplantada pela vida no espaço urbano. Põem-se em causa o renascimento das cidades e a criação de novas possibilidades elaboradas pela indústria nascente, bem como as novas formas de exploração do trabalho. Essa situação se torna mais aguda a partir da migração dos enormes contingentes humanos para os centros comerciais urbanos, na busca por melhores condições de vida.

A coesão entre os membros das famílias, alcançada nos tempos feudais, vai perder sua força à medida que seus membros não mais se mantêm juntos, principalmente porque muitos indivíduos partiam em direção à cidade e nesse trajeto se separavam da terra e de seus familiares. Farge (2002) cita a capital francesa como exemplo importante dessa transição. Segundo a autora, havia nesse período:

> Efervescência migratória, mobilidade, presença de uma população flutuante que nem trabalho nem a habitação puderam fixar. [...] Os que se dirigem

[23] Áries, em *História Social da Criança e da Família* (1981), procurou investigar o surgimento do sentimento de infância e de família como laço afetivo e proximidade íntima entre os familiares (família nuclear). Seus estudos demonstram uma grande proximidade desses acontecimentos com o processo de privatização da família, um elemento a se evidenciar no decorrer deste texto.

> para Paris provêm de meios pobres e já instáveis: não são os agricultores abastados que partem, e sim os trabalhadores braçais. (p. 581)

Com a gradativa decadência do aspecto comunitário das famílias, essa instituição vai abandonando o espaço público, lugar de ser visto e de se relacionar das mais diversas formas (amizade, trabalho etc.), e começa a se concentrar cada vez mais no núcleo familiar já reduzido em número de membros e com as funções de cada um já estabelecidas. Uma maior intimidade doméstica se realiza no interior das famílias, tendo em vista a possibilidade de uma vida privada que procura se distanciar cada vez mais das funções públicas, resguardadas a alguns membros da família. Pensando a relação do declínio da comunidade e ampliação da vida privada, Ariès (1981) comenta que:

> Quanto mais o homem vive na rua ou no meio de comunidades de trabalho, de festas, de orações, mais essas comunidades monopolizam não apenas seu tempo, mas também seu espírito, e menor é o lugar da família em sua sensibilidade. [...] Os progressos do sentimento de família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. (p. 164)

Há uma clara diferenciação no tipo de sociabilidade dos dois momentos da história, mundo feudal e mundo capitalista, bem como restrições aos locais onde cada prática social se realiza. "Outrora, vivia-se em público e em representação, e tudo era feito oralmente, através da conversação. Agora, separa-se melhor a vida mundana, a vida profissional e a vida privada: a cada uma é determinado um local apropriado como o quarto, o gabinete ou o salão" (ARIÈS, 1981, p. 185). Assim, o espaço do trabalho vai se diferenciando do espaço doméstico, abrindo precedentes para a diferenciação entre o espaço próprio à exposição e o espaço de se resguardar, ou ainda, entre espaço público e espaço privado, numa oposição que começa a se consolidar no mundo moderno.

Além dessas transformações internas, é preciso situar a importância do lugar ocupado pela família nos acontecimentos que resultaram nas grandes revoluções burguesas do final do século XVIII e seu conseqüente modo de produção e reprodução das coisas e da vida. Século em que se apura a "distinção entre o público e o privado" (PERROT, 2003b, p. 17), já diferenciando essencialmente as funções específicas de cada esfera: pública, a "coisa" do Estado, e privada, a vida doméstica. Essa foi uma ruptura importante no curso da história: "acentua a definição das esferas pública e privada, valoriza a família, diferencia papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre os homens políticos e mulheres domésticas" (PERROT, 2003b, p. 17). Essa nova configuração da família é:

> Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e da civilidade. [...] existe uma continuidade entre o amor à família e à pátria, instâncias maternais que se confundem, e o sentimento da humanidade. (PERROT, 2003a, p. 105)

A família, nesse momento histórico, começa constituir um personagem importante para a sua configuração no próximo século: a autoridade paterna, expressa na figura patriarcal da família já consolidada dentro do modelo nuclear.[24] É nesse sentido, que se afirma que o "paternalismo foi o primeiro sistema de relações industriais, pelo menos no que diz respeito ao núcleo operário que se pretende estabilizar" (PERROT, 2003a, p. 110).

O mundo já revolucionado[25] pelas profundas transformações econômicas constitui gradativas rupturas (e continuidades) com os aspectos socioculturais da realidade moderna, mediante um processo acelerado de mercantilização da vida em todos os seus aspectos. A família, nesse contexto, passa a ser considerada um "átomo da sociedade civil". Especialmente no século XIX, ela passa a ser "responsável pelo gerenciamento dos 'interesses privados', cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade" (PERROT, 2003a, p. 105). São-lhe confiadas funções importantes no desenvolvimento do mundo moderno, principalmente por que ela passa a exercer tais funções em um espaço próprio, restrito e protegido pela lei. Uma esfera privada constituída a partir do seu oposto, o espaço público, modernamente representado pelo aparato estatal.

O isolamento privado atribuído à família nesse momento consolida um processo em andamento desde o século XVIII no cenário europeu. A instituição familiar procura "manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa da vida particular" (ARIÈS, 1981, p. 184).[26] Trata-se do distanciamento entre esfera pública e privada, que se coloca com força total no período de estabelecimento do mundo

---

[24] Esse é modelo de família engendrado pela realidade moderna. Segundo Poster (1979): "A família nuclear que emergiu na transição para a modernidade é uma configuração única de comportamentos e atitudes, decisivamente diferente do que existia antes" (p. 11).

[25] As revoluções citadas nesse capítulo referem-se à "dupla revolução" burguesa dos finais do século XVIII. Trata-se, portanto, da Revolução Inglesa no aspecto econômico/industrial e da Revolução Francesa no aspecto político. Ambas as revoluções (simultâneas) se completam e se estendem para todo o restante do mundo, de maneira gradativa. Sobre esse processo, consultar Hobsbawm (2003).

[26] A família burguesa (e também a família nobre, das poucas que restaram nesse momento) é a primeira a se organizar dentro do arranjo privado. Tal privatização não se restringe, entretanto, a ela. Estende-se gradativamente às famílias populares. Segundo Áries (1981), o sentimento de vida familiar, um aspecto que se desenvolve em consonância com a privatização da instituição familiar, se "estendeu a quase toda a sociedade, a tal ponto que as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa" (p. 189).

capitalista. As implicações desse processo são as transformações estruturais no âmbito familiar, que modificam substancialmente a sua dinâmica social.

A família burguesa inclinou-se a fechar-se no ambiente doméstico, instituindo novos ritos – ao mesmo tempo, rompendo com outros tantos –, normas e divisão de papéis que contrariavam grande parte dos aspectos tradicionais, comunitários e religiosos da época. Segundo Ariès (2002), a família tendeu a "tornar-se o que nunca havia sido: lugar de refúgio onde se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade onde se estabelece relação de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância (bom ou mau)" (p. 15).

Há um acirramento na determinação dos papéis e hierarquia no interior da família. A mulher passa a atuar como representante por excelência do meio privado, ela é "encarregada de fazer funcionar a vida privada tanto na intimidade [...] quanto nas relações da família com o mundo exterior" (MARTIN-FUGIER, 2003, p. 201). É ela quem cuida do funcionamento da vida doméstica, do marido e dos filhos, envolvendo aspectos da higiene (um caro valor a partir de então), alimentação, vestimenta, educação, religiosidade etc. De outra parte, o homem fica encarregado de fazer a "ponte" entre o espaço público, local visto como "ameaçador", que demanda força e austeridade, e o privado, o local onde ele se recupera do desgaste na vida pública. Nesse sentido, é possível afirmar que o "tempo dos homens é o da vida pública, e sua utilização é ditada pelo ritmo dos negócios" (MARTIN-FUGIER, 2003, p. 201).

A família nuclear burguesa institui uma espécie de "moral" própria, que enfatiza aspectos do pudor, do controle exacerbado da sexualidade, determina os casamentos monogâmicos, regulamenta o comportamento das pessoas em papéis bem definidos, em especial nas especificidades dos gêneros e hierarquia socioeconômica. A mesma burguesia não cessaria de lançar novos costumes, muitos dos quais somente tinham real êxito quando adotados por uma maioria não pertencente a essa classe, ou seja, a massa da classe dos trabalhadores. Hobsbawm (2000) afirma que:

> [...] a moral burguesa era consideravelmente aplicada; na verdade, talvez se tenha tornado muito mais efetiva a partir do momento em que a massa das classes trabalhadoras "respeitáveis" passou a adotar os valores da cultura hegemônica, e que as classes médias baixas, que seguiam a burguesia por definição, cresceram em número. (p. 325-326)

A esfera privada passa a ser considerada mais do que um direito das famílias. Ela é compreendida como a realizadora de funções imprescindíveis à manutenção da sociedade que

se ergue na modernidade. Ela opera em parceria – e ao mesmo tempo de maneira independente – com o Estado, que possui uma outra jurisdição, desde então baseada na regulamentação política (e econômica) e nos aspectos da legalidade liberal.

Há um processo de racionalização das esferas sociais e dos limites destinados a cada uma delas. Não só Estado passa a ser concebido como espaço racional de construção social, como a família também se vincula a esse processo. Nesse sentido:

> A família é a garantia da moralidade natural. Funda-se sobre o casamento monogâmico, estabelecido por acordo mútuo; as paixões são contingentes, e até perigosas; o melhor casamento é o casamento 'arranjado' ao qual se sucede a afeição, e não vice-versa. A família é uma construção racional e voluntária, unida por fortes laços espirituais. (PERROT, 2003a, p. 94)

Essa segregação dos espaços e papéis torna possível a concepção do lar como espaço de proteção dos indivíduos, que precisam se manter a certa "distância" da sociedade.[27] Por isso a família no interior de sua casa representa mais do que um simples espaço de convivência e reprodução da vida. Considera-se que:

> A vida privada é o refúgio onde os homens descansam do cansaço do trabalho e do mundo exterior. Deve-se fazer de tudo para dar harmonia a esse refúgio. A casa é o ninho, o local em que o tempo se suspende. A idealização do ninho leva a idealização da personagem da "senhora do lar". É preciso que, como uma fada, ela faça surgir a perfeição ocultando os esforços empregados para obtê-la. (PERROT, 2003a, p. 94)

A casa supostamente se converte em uma "fortaleza", que reúne aspectos de conforto, intimidade, discrição e isolamento, além de passar a "corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo" (ARIÈS, 1981, p. 185). Um ambiente que cria condições para o estabelecimento de um "sentimento de família" característico desse tempo. Assim, cria-se um cosmos próprio no qual a afetividade e a normatização convivem e se completam.

As famílias populares, simultaneamente, também sofrem grandes transformações, desde a diminuição dos seus membros até a mudança radical de alguns de seus costumes. Mas apenas tardiamente passariam a configurar uma célula cada vez mais reduzida e individualizada em seu interior, como primeiramente ocorrera com a família burguesa. Os traços comunitários permaneceriam ativos ainda por bastante tempo entre essas famílias.

---

[27] Apenas nos aspectos aparenciais a família pode ser tratada como esfera separada da sociedade. Horkheimer e Adorno (1978) afirmam que: "Na verdade, a família não só depende da realidade social, em suas sucessivas concretizações históricas, mas também está socialmente mediatizada, mesmo em sua estrutura mais íntima" (p. 133).

Esses moldes de família burguesa, em sua representação nuclear, no entanto não se sustentariam nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial, porque os "arranjos básicos começam a mudar com grande rapidez" (HOBSBAWM, 1997a, p. 315). Entre as modificações mais notáveis estão: contínua inserção das mulheres no mercado de trabalho, tornando-se muitas vezes as provedoras do lar; diminuição do número de filhos e desobrigação destes no auxílio das despesas domésticas, ao menos enquanto crianças;[28] aumento na ocorrência de divórcios; gradativo crescimento do número de pessoas que vivem sós; crescente liberalização da conduta sexual e gradativa desvinculação dos laços que a prendiam estritamente ao casamento etc. Tais aspectos demonstram que a "família nuclear ocidental clássica, o casal casado com filhos, estava em visível retração" (HOBSBAWM, 1997a, p. 315) e muitos das questões familiares deixariam de ser regulamentadas pelas normas internas da família e começariam a sofrer intervenção do Estado.

A instituição familiar acompanharia o desenvolvimento do mundo capitalista. Segundo Canevacci (1985) a explosão "atômica" da atual família nuclear é resultado do desenvolvimento do capitalismo monopolista tardio (p. 40).

E é no contexto do capitalismo monopolista tardio que muitos desdobramentos da vida moderna atual se efetivam. Analisando os desenvolvimentos sócio-históricos dessa "frágil" noção de refúgio, Lasch (1991) indica as limitações evidenciadas pelo próprio movimento histórico, segundo o qual:

> Desde o instante em que a concepção da família como um refúgio fez sua aparição na história, as mesmas forças que geraram a nova privacidade começaram a erodi-la. O culto novecentista ao lar – onde a mulher cuidava de seu marido exausto, reparava o dano espiritual provocado pelo mercado e protegia os filhos da influência corruptora deste último – expressava a esperança de que as satisfações privadas pudessem compensar o colapso das tradições comunitárias e da ordem cívica. Mas o maquinismo da dominação organizada, que empobrecera o trabalho e reduzira a vida cívica a uma competição de todos contra todos, rapidamente organizou o próprio "lazer" como uma indústria. A assim chamada privatização da experiência caminhava de braços dados com um assalto sem precedentes à privacidade. A tensão entre família e a ordem política e econômica, que nos primeiros estágios da sociedade burguesa protegia os membros da família contra impacto total do mercado, gradualmente esmoreceu. (p. 216)

Esse desenho concebido pela família burguesa transforma-se em "modelo", o que, nessas circunstâncias, opera com força de ideologia. Mostra um padrão harmônico a ser

[28] É necessário ressaltar, entretanto, que o trabalho infantil, embora tenha sido proibido na maior parte dos países, especialmente nos ocidentais, ainda persiste nos dias atuais e muitas vezes é negligenciado sob as mais diversas formas.

seguido quando na verdade os seus limites e conflitos se desenvolveriam apressadamente, evidenciando incongruências que o seu suposto isolamento não seria capaz de esconder completamente, especialmente porque a "ascensão da sociedade burguesa expandiu as fronteiras da liberdade, mas também gerou novas formas de escravização" (LASCH, 1991, p. 215). Trata-se, portanto, de um "precário refúgio", haja vista a amplitude do impacto causado pela vida de mercado estabelecida no mundo moderno.

Assim, a vida doméstica torna-se "cada vez mais incapaz de proporcionar esse conforto" (LASCH, 1991, p. 19), o que inevitavelmente expressa a inconsistência realizada pelo limite entre vida pública e privada que se propunha na vida moderna. Ao despojar a vida privada da possibilidade de oposição à vida pública, torna-se evidente que "as mesmas forças que invadem o trabalho e a vida cívica, também empobrecem o privado e a família" (LASCH, 1991, p. 23). É nesse sentido que se faz necessária a compreensão do sentido da privatização da família nos tempos modernos.

Característica fundamental do momento monopolista do capitalismo é o aumento do alcance do aspecto mercantil aos espaços mais recônditos da vida social. Dentro desse universo, a família é acompanhada de uma gradativa racionalização no interior de suas relações e a implicação direta desse processo é a crise do seu caráter essencial na sociedade nos tempos contemporâneos. A família passa a ser cobrada tanto pela sua necessidade de onipotência quanto por sua real impotência, uma vez que ela não consegue realizar mais o espaço de "pleno refúgio protetor". A crescente privatização da família gera a contrapartida da reiterada diminuição de suas funções "públicas", já que "parte das tarefas antes confiadas a ela foi gradualmente assumida por instâncias coletivas" (PROST, 1995, p. 61).

Opera-se então, a partir daí, uma invasão indiscriminada do espaço privado da família. Por ser considerada incapaz de realizar suas próprias necessidades, ela precisa apelar para o auxílio e a intervenção de outras esferas, ou seja, especialistas e instituições que propõem "receitas" cada vez mais racionalizadas ao seu "bom" andamento, assim "sujeitando a vida doméstica ao crescente domínio dos especialistas externos" (LASCH, 1991, p. 220).

A inserção indiscriminada de outras instituições junto à família promove grandes transformações na forma como esta se organiza. Esse era um programa e "corroía a distinção entre a vida privada e o mercado" (LASCH, 1991, p. 34)[29] o que expressaria um rápido

[29] A escola é uma das esferas sociais que mais contribuem para a diminuição da amplitude da família nos processos de sociabilidade dos indivíduos modernos. Gradativamente, ela passa a realizar funções que, por muito tempo, foram de responsabilidade estrita da família. Segundo Lasch (1991): "A crença de que a família não mais satisfazia suas necessidades justificou a expansão da escola e dos serviços de bem-estar social" (p. 37).

enfraquecimento dessa instituição social, sobretudo nos aspectos de constituição de indivíduos capazes de opor qualquer tipo de resistência ao processo avassalador de mercantilização das relações humanas. Gradativamente, a "família luta para conformar-se a um ideal de família imposto de fora para dentro" (LASCH, 1991, p. 221).

Apesar do alarmante quadro, pode-se considerar que a família ainda expressa uma contradição importante dentro dessa configuração histórica. Ao mesmo tempo em que ela auxilia no cumprimento da reprodução irrestrita da ordem capitalista, ela também opera como uma espécie de contra força a esses desenvolvimentos, porque possui aspectos comunitários e de afeto que nem sempre são alcançados pela universalidade da forma mercantil. É de maneira inerente ao processo de privatização da família que se desenvolve certa oposição irracional que, de alguma forma, se chocaria com os desdobramentos do mundo burguês. Segundo Horkheimer e Adorno (1978), trata-se de um "antagonismo" que acompanha todo o seu desenvolvimento dentro dessa particularidade histórica. Segundo os autores:

> No seio de um ordenamento total determinado pelo sistema de troca e, portanto, pelo racionalismo individual dos homens em seu trabalho, a família manteve-se como instituição essencialmente feudal, baseada no princípio do "sangue", do parentesco natural. Assim, perpetuava-se um elemento irracional dentro da sociedade industrial, orientada pela ordem racionalista, pelo domínio exclusivo do princípio de "calculismo" em todas as relações e que não tolera qualquer outro parâmetro de controle senão a oferta e procura. Diante disso, a família burguesa continuou, num certo sentido, sendo um anacronismo. (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 137)

Tal anacronismo é o que sustenta a "contra-força" que se realiza no núcleo familiar que consegue impor, de alguma forma, certa resistência ao processo de racionalização total da esfera privada e ao irracionalismo daí decorrente. Esse é um dos elementos responsáveis pela formação do indivíduo capaz de relação com a autoridade, essencialmente a paterna e que a partir dessa relação pode constituir um referencial moral para si próprio. O anacronismo da família contraditoriamente está referido também à sua possibilidade de produzir indivíduos capazes de confrontar a adaptação imposta pelo mundo capitalista, uma vez que constitui um espaço afetivo que opera com outra racionalidade, podendo ser uma contra-força necessária para o enfrentamento de uma realidade cada vez mais administrada.

Todavia, a par dessa possibilidade, a família auxilia indiretamente na construção da submissão ao trabalho. A hierarquia no local de trabalho simula a hierarquia da família mediante a relação autoritária que se estabelece entre patrão e empregado, que busca

inspiração, meramente formal, na relação de autoridade entre pai e filho. Segundo Horkheimer e Adorno (1978),

> [...] somente a autoridade irracional que ia adquirindo corpo na família pôde, no decorrer do tempo, inculcar nos homens as forças que lhes eram indispensáveis para reproduzir, nas condições de assalariados separados do poder de controle dos meios de produção, a sua força de trabalho e, por conseguinte, a sua própria vida. (p. 137)

Esse processo se faz na medida em que migra para o trabalho a concepção de relacionamento da hierarquia da família nuclear. Para "não cair no desespero, no duro universo do trabalho assalariado e de sua disciplina, e para poder chegar a defender nele a sua parte, já não bastava a mera obediência do *pater famílias*, mas era necessário, além disso, desejar a obediência" (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 138).

Se, por um lado, a família se resguarda do avassalador processo de racionalização em seu interior, por outro, é exatamente esse processo que articula as possibilidades de conversão do homem servil e gregário à terra em um indivíduo que passa a realizar seu trabalho e também a sua vida a partir do frenético ritmo da maquinaria, no sistema urbano-industrial do capitalismo. Nesse sentido, é possível afirmar que a privatização da esfera social da família é parte fundante no processo de consolidação burguesa em todas as suas nuances e determinações. O tipo de submissão que seria necessária à sujeição ao trabalho é, também, engendrado, inequivocamente, a partir da família. Assim, ao "indivíduo tudo isso era explicado e praticamente demonstrado na família, com mais clareza do que em qualquer outro lugar" (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 138).

Essa família permanece ativa em sua autoridade ampliada e até resguardada, inclusive sob o aval de outras instâncias sociais, enquanto é necessário o cumprimento da tarefa de adaptação dos indivíduos ao mercado de trabalho e ao consumo em vias de consolidação. Entretanto, seu esfacelamento se inicia tão logo essa exigência havia sido cumprida. A partir daí, o tipo de sociabilidade realizada nesse modelo de família também começa a impor certo obstáculo para alguns desenvolvimentos sociais. A família passa a sofrer ininterruptos abalos, sobretudo em seus aspectos de autoridade. Segundo afirma Horkheimer e Adorno (1978),

> Também como autoridade do tabu sexual a autoridade da família vê enfraquecer o seu domínio; como a família já não garante, de forma segura, a vida material de seus membros nem pode proteger suficientemente o indivíduo contra o mundo externo, que exerce uma pressão cada vez mais inexorável, ela é impotente para fazer respeitar as normas sexuais tradicionalmente impostas. Vacila o equilíbrio de equivalências entre o que a

> família exige e o que dá. Todos os apelos às energias positivas da família como tal caem no vazio. (p. 140-141)

A partir disso, é possível situar a família em um processo sócio-histórico de mútua constituição das várias esferas que compõem a sociedade atual, na qual "o próprio elemento irracional da família se torna objeto do cálculo propagandístico e da indústria cultural" (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 219), aspecto que promove a quase total "neutralização" dessa instituição. Por isso mesmo, é impossível desvincular a família do movimento histórico do qual faz parte, ou isentá-la de qualquer tipo de transformação, ou mesmo agravamento da sua atual situação nesse movimento histórico. Porque a "crise da família é a crise de desintegração da humanidade" (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 141).

Esse processo que se constitui historicamente inicia-se já com os primeiros sinais da modernização da sociedade. Trata-se, ao mesmo tempo de uma forma universal, por se tratar de um processo que pretende se estender para todo o mundo, em uma escala cada vez mais global; e particular, porque defronta-se com as especificidades socioeconômicas, históricas e culturais de cada região ou nação. Desse modo, o processo de modernização e de privatização se desenvolve desigual e combinadamente nos diferentes espaços do mundo, pondo em causa um processo que é, ao mesmo tempo, universal e singular, que envolve totalidades e particularidades, passado e presente. Tratar da particularidade e universalidade desse desenvolvimento no Brasil é o objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO II
MODERNIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

"Lentamente se fossem diluindo
na escuridão maior, vinda dos montes
e de meu próprio ser desenganado,

A máquina do mundo se entreabriu
para quem de a romper já se esquivava
e só de o ter pensado se carpia"

(Carlos Drummond de Andrade, 1985, p. 300)

O Brasil pode ser considerado um país eminentemente moderno se referido, antes de mais nada, a um produto mediato da grande movimentação européia nos finais do século XV. Sua constituição insere-se no contexto das grandes transformações econômicas que não pararam de se modificar desde então, alargando-se para outros espaços, como o político, o social e o cultural, que, mais adiante, acabariam por compor o sustentáculo que consolidaria o mundo burguês, sintetizado na forma moderna de sociabilidade. Além do que, o colonialismo representou um momento importante para a formação dos mercados em grande parte do mundo. Desse modo, a intensiva e extensiva exploração da colônia brasileira pôde ocupar um lugar de destaque nesse processo. Tais motivos fazem do país um produto da modernidade que, contraditoriamente, levaria muito tempo para se tornar propriamente moderno.

Nos aspectos que tangenciam a constituição das esferas pública e privada no Brasil é possível afirmar que essas esferas passam por construções completamente diferentes aos das sociedades nas quais a oposição clássica das duas esferas servia de modelo ou de projeto. Ao menos, é possível registrar tal diferenciação na forma como isso se encaminhou historicamente dentro da particularidade brasileira. Desde os primeiro momentos na colônia até os incipientes momentos de consolidação de um espaço nacional, as reais diferenciações das duas esferas ainda não se desenvolveram em todas as suas nuances tradicionais.

Primeiramente, é preciso considerar que os laços agrários fortemente pautados pelas necessidades do funcionamento doméstico e escravocrata, em todas as zonas de produção açucareira e, posteriormente, cafeeira, foram marcas significativas no tipo de sociabilidade que se desenvolveu no Brasil por longo período e um aspecto importante que determinaria fortemente o desenrolar da oposição das esferas pública e privada no país: oposição heterogênea, se vista a partir de sua extensão e fora dos padrões conhecidos pelas sociedades ocidentais de âmbito europeu. A questão da separação entre público e privado ocupa maior

destaque na emergência do tipo "aburguesado" da realidade brasileira, consolidado de forma efetiva somente no século XX, num processo extremamente aligeirado de modernização e até certo ponto imposto externamente.

O presente capítulo trata desses desdobramentos sócio-históricos, demonstrando os aspectos mais gerais da modernização brasileira em relação ao contexto global de ampliação capitalista, bem como as especificidades que fizeram desse processo uma particularidade do Brasil. A família também se constitui mediante a realização universal e particular do processo de modernização, exercendo a função de uma importante mediação nesse contexto.

2.1 – Colônia e Império: continuidades e rupturas

O relacionamento de todas as ordens da metrópole portuguesa em relação à colônia brasileira foi crivada, por longo período, por uma tendência predadora na qual a prosperidade econômica era o único objetivo. Isso repercute de maneira dramática na constituição da realidade colonial durante muito tempo. Novais (1997) referencia esse momento a partir de três características essenciais: "instabilidade, precariedade, provisoriedade" (p.31), atributos que dizem respeito: ao caráter "itinerante" da exploração das matérias-primas brasileiras; à "contínua dispersão das populações" (NOVAIS, 1997, p. 21), constitutiva da solidão e isolamento dos colonos; à dificuldade de alojamento e falta de suprimentos.

O isolamento foi ocasionado pela considerável separação das moradias em todo o território ocupado inicialmente no Brasil: "as dificuldades de transporte, os poucos recursos dos habitantes e até a luta pela sobrevivência dificultavam os encontros e a convivência dos colonos" (ALGRANTI, 1997, p. 113-114). Esses elementos marcaram o tipo de vida social desenvolvida na Colônia nas primeiras décadas de seu povoamento e são aspectos fundamentais na constituição de uma peculiar sociabilidade sua.

Nesses termos, a vida domiciliar no Brasil toma o aspecto de um espaço destinado a uma convivência íntima e familiar, mas conjunturalmente distanciada das "práticas e costumes solidamente constituídos no Reino" (ALGRANTI, 1997, p. 85). A impossibilidade de recriar na Colônia uma mesma organização de espaços sociais, dado o incipiente desenvolvimento urbano e a preeminência da moradia no campo como parte das exigências da monocultura açucareira ou das demais atividades agrícolas de subsistência, fez com que a organização política no período colonial visasse atender às exigências da exportação e dos pagamentos de tributos, sem maiores preocupações com o alargamento das possibilidades

cívicas no interior da própria colônia. A questão da oposição entre público e privado, um elemento bastante debatido no cenário europeu nesse período, ainda estava por se constituir no solo brasileiro. É relevante lembrar que:

> No mundo americano, durante os primeiros séculos de colonização, o espaço de sociabilidade, para a maior parte da população, se encontrava fora das paredes do domicílio, fosse ele a rua ou a igreja, uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas comemoradas com procissões, missas e te-déuns. (ALGRANTI, 1997, p. 113)

A dinâmica social da Colônia passaria por muitas transformações desde o seu início, em especial pela sucessão dos acontecimentos que incluíram a vinda da família real portuguesa para o Brasil. O aspecto fundamental desse movimento foi o alargamento do quantitativo populacional, já em curso desde o incentivo português da colonização voltada para a exploração longitudinal do território brasileiro. O aumento significativo da população bem como a troca cultural entre as três raças constitutivas do povo brasileiro obrigaram à modificação de alguns preceitos existentes, o que implica instauração de normatizações, hábitos e costumes. Sobre esse aspecto, Algranti (1997) comenta que a "vida na Colônia não se transformou por causa do povoamento e da colonização, como também, em certos lugares, sofisticou-se a exemplo dos novos emigrados e pelas travessias mais freqüentes" (p. 88).

O estabelecimento da corte portuguesa no Brasil, logo no início do século XIX, marca um momento importante para a conservação da subserviência política e econômica do país. A reivindicação de independência, uma noção que se disseminou por várias regiões do país sob a forma de rumores, revoltas, sedições e reuniões conspiratórias, se apoiava na idéia de "desafeição ao Trono" e rejeição às normas prescritas pela Igreja (JANCSÓ, 1997, p. 389). Uma adesão mais ampla a tal causa poderia comprometer os fundamentos que mantinham vigente o regime monárquico no país, num momento em que a manutenção dessa estrutura ainda era relevante a muitos interessados, especialmente a Portugal. Jancsó (1997) se refere aos exemplos baianos[30] de sedição para enfatizar os aspectos conservadores dos repressores desses movimentos, bem como o impedimento de se firmar uma vida pública pautada por um de seus princípios básicos, a liberdade. Segundo ele,

> É possível perceber nesses acontecimentos a maneira como o ensaio de ruptura dos limites da esfera pública da vida na Colônia (pois é disso que se

[30] Uma das revoltas de maior repercussão foi o movimento pro emancipação conhecido como Conjuração Baiana, de 1798, no qual um grupo "urbano" clamava por liberdade e igualdade social (inclusive para os escravos). Sobre esses aspectos consultar JANCSÓ (1997).

> trata ao se falar em sedição) se engendrava no interior da esfera privada, redefinindo-lhe os significados. (JANCSÓ, 1997, p. 414)

A referida esfera privada se limitava à clandestinidade de alguns lares do restrito contexto de sedição, ou mesmo na sua tentativa. As casas de alguns representantes das mobilizações se convertiam em aparato privado para "reuniões conspiratórias". Essa prática não era, portanto, um recurso seguro, justamente porque a concepção de privado era vista com desconfiança nessa fase da história brasileira. Por isso mesmo, gerava estranhamento da vizinhança, que praticava a maior parte de seus ritos e encontros sociais em público. Tais reuniões não tardavam a ser descobertas e imediatamente combatidas pela austeridade da fiscalização dos representantes dos interesses da coroa portuguesa, que obrigavam à desarticulação violenta de qualquer organização que propusesse oposição aos preceitos estabelecidos naquela realidade.[31]

Ceder o território ao subterfúgio em massa do reino português aumentou a inviabilidade de se questionar a situação da "colônia" em sua irrestrita submissão. A vinda da família real para o Brasil fornece um obstáculo ainda maior à reivindicação contestatória da independência em solo brasileiro. Mediante controle rigoroso das possibilidades de revoltas, houve uma quase total supressão do "significado político" (e incipientemente público) que constituía o aporte contestatório das inúmeras revoltas "populares" desenvolvidas ao longo dos períodos colonial e imperial.

Elevar o país à qualidade de Reino Unido de Portugal e Brasil é uma expressão inequívoca do embate histórico pelo poder de gerenciamento dos mercados, a partir de então internacionais. A fuga maciça da corte portuguesa realizara um feito sem precedentes na história, uma atitude que expressava a força dos acordos políticos e econômicos firmados por muito tempo entre Inglaterra e Portugal, que procuraram se manter fortes na luta contra a hegemonia francesa em seu momento expansionista do início do século XIX (era napoleônica).[32]

A Colônia estrategicamente convertida em reino passou então a propiciar o desenvolvimento de novos costumes pouco considerados até a chegada da corte portuguesa. Muitas modificações foram desencadeadas por esse acontecimento e abarcam desde a transformação de alguns hábitos sociais até o estabelecimento de uma estrutura administrativa

---

[31] Exemplo importante de sedição violentamente reprimida foi a Inconfidência Mineira de 1789.

[32] Acerca da movimentação expansionista francesa por todo o bloco continental da Europa, em sua fase concorrencial com a Inglaterra, consultar "A guerra", quarto capítulo da obra HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*, 2003.

mais organizada e abrangente, que visava controlar e até eliminar qualquer empecilho na manutenção da ordem, a partir de então monárquica, no Brasil. Era tempo de suprimir antigas (mas não menos reiteradas) revoltas e de viabilizar uma renovação da fidelidade dos "brasileiros" aos compromissos monárquicos. Tantas mudanças não cessariam em exigir novos procedimentos e investimentos em uma nova realidade social. É preciso considerar que:

> O enxerto burocrático suscitou uma procura de moradias, serviços e bens diversos, atraindo para o Rio mercadorias e moradores fluminenses e mineiros. Enfim, chegaram mais africanos, dado que a baía de Guanabara convertera-se, desde o final do século XVIII, no maior terminal negreiro da América. (ALENCASTRO, 1999, p. 13)

A situação imperial altera muitas noções econômicas e socioculturais vigentes nesse período. Todavia, alguns costumes e formas de organização social permanecem inalterados ainda por bastante tempo, como é caso das relações afetivas e de poder estabelecidas no interior das propriedades agrícolas. As grandes extensões rurais se constituíam de patriarcados familiares que agregavam inúmeros membros, entre eles serviçais e escravos, confinados às leis ditadas pelo membro superior (pai / senhor) no interior dessas propriedades, um universo que aproximava o doméstico da produção (econômica) e se apoiava, muitas vezes nas relações de afeto, e outras tantas na violência, especialmente na arregimentação das obrigações dos escravos.

Assim, a propriedade rural encerrava, nesse momento, um tipo de hierarquia social na qual as funções se estabeleciam com bastante clareza e pouca mobilidade. Constituinte desse universo era a questão do trabalho escravo da emergente nação com todas as suas determinações: um ponto de inflexão importante que produziu "todo um universo de valores, padrões, idéias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir" (IANNI, 1996, p. 58).

O fundamento da escravidão evidencia certa confusão ou mesmo a impossibilidade de circunscrição das esferas públicas e privadas como instâncias opostas. O privilégio de ter escravos é a referência fundamental, nesse período da história, para a concepção de uma "vida privada".[33] Nesse sentido,

> [...] no decorrer do processo de organização política e jurídica nacional, a vida privada escravista desdobra-se numa ordem privada prenhe de

[33] Se a condição da escravidão aponta para uma privatização das relações, especialmente as relações de trabalho, no interior da vida agrária colonial, e também imperial, havia um limite para a essa "privatização": a aglomeração dos escravos fugitivos nas instâncias organizadas por seu próprio grupo, denominadas Quilombos. Esses espaços trazem à tona reivindicações (ou mesmo realizações) importantes na constituição de uma "esfera pública", como liberdade e autonomia. Isso se entendida nos limites dos cerceamentos das possibilidades da época.

> contradições com a ordem pública. Manifesta-se a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública. (ALENCASTRO, 1999, p. 16)

O escravismo é o traço que marca a condição colonial do Brasil. Isso foi objeto de questionamentos resultantes da movimentação mundial, e posteriormente local, em torno do processo de modernização dos territórios, com a finalidade de provocar abalos e rompimentos com qualquer aspecto que negasse a implantação e expansão do projeto liberal burguês, um aparato a se desenvolver plenamente somente no Brasil do século XX. Sendo assim, a "crise geral do Antigo Regime desdobra-se nas áreas periféricas do sistema atlântico [...] apontando para a emergência de novas alternativas de ordenamento da vida social" (JANCSÓ, 1997, p. 389).[34]

2.2 – O curso da "revolução burguesa" e da modernização do Brasil

Algumas movimentações anunciaram mudanças de base na sociedade que se preparava para se tornar realmente "brasileira". Emblema significativo dessas mudanças foi a "geração de 70" do século XIX, que se caracterizaria prontamente pela fórmula de uma "nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares" (SEVCENKO, 1999, p. 14). Tratava-se de indivíduos que se apropriaram dos preceitos sociais, filosóficos, artísticos e científicos já consolidados no cenário europeu para reivindicar o estabelecimento de uma "nova" realidade social para o Brasil. Esse grupo se comprometia com "uma plataforma de modernização das estruturas 'ossificadas' do Império baseando-se nas diretrizes científicas e tecnológicas e manadas na Europa e dos Estados Unidos" (SEVCENKO, 1999, p. 14). Sobre esse momento, Carvalho (1997) afirma:

> Entre as elites, houve sem dúvida a sensação geral de libertação, que atingiu não só o mundo das idéias mas também dos sentimentos e das atitudes. [...] não seria exagerado dizer que a saída da figura austera e patriarcal do velho imperador, que imprimia forte marca em toda a elite política e mesmo nos setores mais amplos da população, significou a emancipação dos que seriam simbolicamente seus filhos. (p. 26)

[34] É preciso tratar da situação do Antigo Regime no Brasil com ressalvas. Por mais que o país seja constituído em um momento de incipiente modernidade européia, as forças que mantinham o regime feudal já se mostravam debilitadas. Sendo assim, a constituição da sociedade brasileira se insere, desde o seu início, em um momento de transição.

Em meados do século XIX,[35] ocorreriam muitas modificações na cena econômica e política do Brasil de forma a definir a sua inserção e continuidade no processo ocidental de expansão capitalista, uma marcha em direção à modernidade propriamente dita. O ritmo dessa marcha se apressa frente às exigências de um mundo capitalista cada vez mais abrangente, antecipando atitudes, que muitas vezes se realizavam, apenas no âmbito da formalidade, para encaminhar de maneira rápida um novo modo de produzir e reproduzir a vida dentro dos moldes burgueses de sociedade. Segundo Ianni (1996),

> Em meados do século XIX, as figuras de Mauá, Alves Branco e Tavares Bastos, entre muitos outros, expressaram as inquietações com um país atrasado na corrente da história, anacrônico do seu tempo. Quiseram realizar reformas institucionais e sociais, de modo a jogar o país mais perto do seu presente. Interpretando as sugestões e os interesses do capitalismo mundial, principalmente inglês, preconizavam a modernização, naquele tempo denominada progresso. (p. 14-15)

A transformação da economia buscava a inserção da sociedade nos preceitos extensivos e intensivos do capitalismo. Impunha-se, dessa forma, um aceleramento da modernização no país, pois era preciso entrar no "ritmo da história". Exatamente esse imperativo tornava a "idéia de um Brasil moderno" oportuna à se desenvolver com agilidade e presteza, mas, também, implicava generalizadas mudanças em todo o cenário brasileiro por se tratar de uma noção que passou a orientar a construção de uma nação firmemente edificada pelos princípios capitalistas. Para tanto, tornava-se necessário veicular tal premissa como aspecto fundamental para a nova configuração das relações sociais, de modo que tal compreensão se expandisse juntamente com a concretização das mudanças estruturais da "sociedade brasileira", obrigando todas as esferas sociais a se modernizarem velozmente.

A noção reformista da sociedade brasileira se estendeu por longa data e denunciou um aspecto importante para a formação do Estado-nação no Brasil nos primeiros momentos da República, ambiente político do país, constituído de um movimento liderado por uma classe recém-constituída, formada tanto pela "burguesia" ascendente quanto pela oligarquia que metamorfoseava sua indumentária socioeconômica para se unir à elite comercial do país.

Nesse movimento se veicula a urgência de o Brasil se constituir uma República forte e democrática, que deveria consolidar a liberdade e a igualdade. Todavia, esse objetivo, desde o nascedouro, estava malogrado pelos obstáculos produzidos historicamente pela objetividade: a população de ex-escravos pauperizados e sem direitos de participação política, que

[35] Os principais acontecimentos são: Declaração de Independência (1822), Abolição da Escravatura (Lei Áurea, em 13 de maio de 1888) e Proclamação da República (1889).

ofereceram, em algum momento, certa resistência ao movimento; a clara aliança política e econômica entre a oligarquia e os novos comerciantes (uma espécie de burgueses brasileiros); a distância existente entre a classe que promovia a República e aqueles que simplesmente a deglutiam como sonho imposto.

Retomar esse momento da história e considerá-lo a partir de seus nexos constitutivos fundamentais se faz mister na compreensão dos desdobramentos posteriores, especialmente o do cenário político e do sentido da privatização que se estabeleceram a partir do alto. Para evidenciar essa constituição, Carvalho (1997) utiliza a relação República, cidade (no caso, o Rio de Janeiro) e cidadania, segundo a qual:

> A relação República com a cidade só fez [...] agravar o divórcio entre as duas e a cidadania. Primeiro, por ter a República neutralizado politicamente a cidade, impedindo que se autogovernasse e reprimindo a mobilização política da população urbana. A seguir, quando a República, uma vez consolidada, quis fazer da cidade-capital o exemplo de seu poder e de sua pompa, o símbolo, perante a Europa, de seus foros de civilização e progresso (bem como de sua confiabilidade como pagadora de dívidas). A castração política da cidade e sua transformação em vitrina, esta última efetivada nas reformas de Rodrigues Alves e na grande exposição nacional de 1908, inviabilizariam a incorporação do povo na vida política e cultural. Porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara. (p. 162)

Fundamentalmente, tratava-se de buscar por um presente num momento em que as marcas do passado ainda eram muito explícitas. A obtenção de um contexto que abrisse possibilidade para a construção de espaços políticos diferentes dos já existentes no país não conseguiam sustentabilidade imediata. Eram novas propostas de administração e governo que, em grande medida, se opunham ao "patriarcalismo da casa-grande", uma composição social e política que perdurou por todo o período colonial e imperial do Brasil.[36] Esse aspecto se insere no processo de mudanças generalizadas da realidade brasileira, o qual:

> Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesãos para a indústria. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo. Recebeu, inclusive, o que não imaginava, em termos de idéias sociais, propostas sindicalistas, anarquistas,

[36] Apesar das propostas de mudança na organização política do país, as antigas estruturações se manteriam presentes ainda por muito tempo, mesmo sob a forma de "resquícios" que, de alguma forma, determinariam fortemente o tipo peculiar de organização política a se desenvolver nas décadas posteriores. Todavia, uma relativa abertura se esboçou, conforme afirma Carvalho (1997): "A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial" (p. 24).

> socialistas e outras. Houve uma ampla fermentação de idéias sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e zonas agrícolas mais amplamente articuladas com os mercados externos. (IANNI, 1996, p. 21)

Esse conturbado momento apontava para a necessidade de encaminhamento de uma modernidade "instantânea", que buscasse imitar preceitos já elaborados historicamente em lugares onde a modernidade se instalara de forma mais sólida e processual, sem passar pelas devidas transformações de cunho estrutural na sociedade emergente. Ao evidenciar esse aspecto, Ianni (1996) retoma a discussão realizada por Caio Prado Júnior para informar os três elementos fundamentais de compreensão do processo histórico brasileiro, que segundo ele, revelam "como o presente se articula com o passado próximo e remoto. Sintetizam-se nos seguintes termos: o sentido da colonização, o peso do regime do trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado" (IANNI, 1996, p. 54).

Para mascarar a incongruência da modernização num momento que o país não possuía todas as possibilidades para tamanha transformação, foi utilizado o artifício ideológico que proporciona um ambiente afável aos aspectos modernização inicialmente dissimulada: a "fabulação" de um presente sem história, que se materializa, segundo Ianni (1996), numa total negação de um passado próximo, ou de qualquer aspecto que remeta ao tradicionalismo das sociedades.[37]

Um exemplo que traz essa marca de hostilidade, e muitas vezes até de violência da lembrança do passado é a situação do negro a partir dos finais do século XIX.[38] A Abolição da Escravatura marcou o momento da liberalização da força de trabalho que passaria a constituir gradativamente a classe de trabalhadores brasileiros, somada ao contingente de imigrantes que alavancariam o trabalho "livre" no Brasil. A negação desse passado ficou, todavia, malograda

---

[37] Muitos acontecimentos marcam esse rechaço às tradições do sistema monárquico, mas nenhum é tão significativo quanto a Revolta de Canudos, de 1893 à 1897. Acusados de amotinamento contra a República, Canudos nada mais era do que um grupo organizado de "populações rurais migrantes, vinda de diferentes partes do sertão nordestino, Canudos caracteriza um exemplo cristalino dos modos de ajuste e agregação espontânea no curso dos deslocamentos contínuos em que se mantêm as populações pobres no interior do país [...]. Em menos de uma década, ela se tornou a terceira cidade da Bahia em população, consideradas aí todas as dificuldades de mensuração de um contingente cujas características mais marcantes eram exatamente a fluidez e a mobilidade. Ela veio a se tornar um poderoso foco de alteração justo pelo seu alto grau de organicidade, solidariedade coletiva, valorização da faina metódica e prosperidade, sob uma atmosfera de elevação espiritual inspirada por um líder sintonizado com os valores mais profundos e caros dos seus seguidores" (SEVCENKO, 1999, p. 19-20).

[38] Um bom emblema do desejo de esquecimento do passado está no *Hino da Proclamação da República*, escrito por Medeiros de Albuquerque. Explora amplamente o "espírito republicano" com versos de noções de esperança, liberdade, construção de uma nova realidade e o esquecimento ligeiro das marcas que prendiam o país num passado escravocrata. Algumas passagem sao expressivas: "/De esperanças de um novo porvir!" / ... / Nós nem cremos que escravos outrora / Tenha havido em tão nobre País.../" (Consulta em 25/02/2007 no sítio: http://www.suapesquisa.com/pesquisa/hino_proclamacao_da_republica.htm).

pela realidade de pauperização evidente dessa sociedade, haja vista o enorme contingente de ex-escravos jogados na miséria após o fim do escravismo.

Sem nenhum auxílio das entidades governamentais[39] ou de qualquer outra ordem, os ex-escravos se encaminhavam aos centros urbanos, especialmente ao Rio de Janeiro e São Paulo, para firmar residência e buscar alguma condição de sobrevivência. Oportunamente, os casarões das zonas centrais das cidades eram subdivididos em "cubículos", que eram alugados (a preços acessíveis) e serviam de casas a famílias inteiras, que se amontoavam em "condições de extrema precariedade", "sem recursos de infra-estrutura e na mais deprimente promiscuidade" (SEVCENKO, 1999, p. 21). A sociabilidade popular se pautaria, por muito tempo, pela precariedade, violência e desamparo sociais, nos quais os costumes tradicionais da classe que se esboçava eram combatidos cotidianamente.

Mas essa situação das populações negras e seus descendentes constituiria uma "propaganda negativa" aos capitais estrangeiros tão requisitados pela aspiração de modernização do país. Nesse sentido, a situação de total exclusão dos ex-escravos passa a ser percebida como "problema social" a ser resolvido pelo aparato "estatal". Segundo Sevcenko (1999), é instaurada, no início do século XX, uma "tripla ditadura" no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, de ações que pretendiam inserir o país em um modelo de modernidade importada: "modernização do porto", "saneamento da cidade" e "reforma urbana" (SEVCENKO, 1999, p. 22-23).

A primeira medida de cumprimento desse projeto foi a desocupação (e até destruição) dos casarões que serviam de moradia aos pobres. Famílias inteiras foram despejadas sem a menor preocupação de realocamento. Esse procedimento ficou conhecido como a "ditadura do 'bota-abaixo" (SEVCENKO, 1999, p. 23), acontecimento fundamental para a constituição da realidade carioca, no que tangencia a sua organização urbana explicitamente excludente, porque:

> Na inexistência de alternativas, essas multidões juntaram restos de madeira dos caixotes de mercadorias descartadas no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercam a cidade, cobrindo-os com folhas-de-flandres de latões de querosene desdobrados. Era a disseminação das favelas. (SEVCENKO, 1999, p. 23)

Nessas condições, a realização de uma vida privada ficaria obstacularizada ainda por muito tempo, haja vista as precárias possibilidades de existência dessa população excluída. A

[39] Note-se que o amparo social da alçada dos Estados nem ao menos se esboçava nesse período de incipiente constituição da "esfera pública" estatal.

invasão estatal dos lares populares (principalmente os cortiços) era um bom exemplo do acirrado cumprimento do processo de modernização, que, nesse momento, soava como a camuflagem dos pobres aos olhos dos estrangeiros, entendida por seus mandatários (o governo) como um necessário processo de higienização e profilaxia de doenças (SEVCENKO, 1999, p. 23).[40] Nesse sentido, o poder público, em suas intenções normativas, "possibilitou a paulatina padronização dos espaços domésticos disciplinando-os mediante o apanágio da 'saúde pública" (MARINS, 1999, p. 174).

Se a "burguesia" brasileira se armava na cobrança dos direitos privados, um costume importado e equacionado à realidade brasileira sobretudo na mudança da casa-grande para os grandes palacetes dos centros urbanos, tal confinamento não foi "imediatamente" possível para o grupo de ex-escravos ou mesmo para o enorme contingente de imigrantes que tentavam se estabelecer no Brasil. Para todos esses, a premissa que se seguia era de que:

> Na vida em senzala, nos ajuntamentos de negros escravos e forros nas cidades, nas formações sociais de homens livres que foram se avolumando ao longo dos séculos delineou-se uma outra noção de privacidade, identificada menos à domesticidade e mais à sobrevivência, ampliada da intimidade às formas de associação e de convívio social, celebrada em expressões de identidade social, religiosas e cultural. Noção que muitas vezes levava a ser recomposto no espaço público que havia sido desarticulado com o domínio escravista, reequacionando o que era tradicionalmente colocado nos limites de quatro paredes. Contraditoriamente ou não, a privacidade popular se orientava em direção ao mundo das ruas. (WISSENBACH, 1999, p. 130)

Assim permaneceria a não-privacidade dos grupos populares brasileiros. Ainda por muito tempo, se manteriam submetidos ao olhar atento da vizinhança e das autoridades policiais. Esse quadro somente tomaria outro rumo quando a dicotomia casa-trabalho tomou uma forma mais delineada, após a permanência dos indivíduos em moradias fixas.[41] Além da transformação do próprio significado da casa a partir desse momento, que passaria a ser concebido como espaço destinado ao descanso, resguardo e entretenimento.

---

[40] Assim como em Canudos mais um confronto foi engendrado por esse aceleramento das transformações sociais, mediante imposições violentas. No espaço urbano do Rio de Janeiro, ocorre o confronto entre os sanitaristas, amparados pela opressora polícia, e a população, na Revolta da Vacina, em 1907, que corresponde à revolta das pessoas que eram desabrigadas (transformadas do dia para noite em sem-tetos) após a avaliação dos sanitaristas que julgavam os lares impróprios à moradia. Durante 10 dias ocorreu o confronto entre civis e a polícia. Mais uma vez, foi alegada oposição à República, quando, na verdade, as pessoas reivindicavam um tratamento digno por parte do governo (SEVCENKO, 1999, p. 24).

[41] Uma característica importante dos homens livres (pobres) da pós-Abolição é o caráter provisório de suas moradias. Em função da precariedade da vida nesse período de constituição da sociedade brasileira, é preciso considerar que a "sociedade escravocrata engendrou homens andarilhos" (WISSENBACH, 1999, p. 57). Isso criou uma prática de constante movimento, de todo o grupo familiar, na busca condições básicas de sobrevivência. O fim do escravismo foi marcado, portanto, por um alargamento sem precedentes na história da movimentação de pessoas, especialmente em direção aos grandes centros urbanos.

Dentre os aspectos elencados, a questão do trabalho deve ser compreendida de maneira mais aprofundada. Primeiramente com relação à situação da exploração do trabalho nos primeiros anos da industrialização: "enquanto na Europa se transita da servidão feudal para o salariato através do trabalho independente e camponeses e artesãos, no mundo colonial acentuava-se a dominância do trabalho compulsório e, no limite, a escravidão" (NOVAIS, 1997, p. 33). A Colônia parecia operar a partir de uma noção dúbia da exploração da força de trabalho, pois, ao mesmo tempo em que contrariava os desdobramentos da noção do trabalhor livre-assalariado (em franca expansão em todo o cenário europeu já no inicio do século XIX) em função da exploração do trabalho escravo, será exatamente este último que oferecerá subsídio para a industrialização, tanto da metrópole quanto de seus parceiros econômicos, que recebiam os produtos primários para encaminhá-los ao devido processamento fabril. Em síntese, o trabalho escravo de certa forma negava o caráter "livre" do trabalho, mas também oferecia uma complementaridade à exploração do trabalho dentro dos moldes capitalistas. Nesse sentido, o colonialismo e o trabalho escravo operaram no ritmo da modernização das metrópoles sem incompatibilizar seus desenvolvimentos com o tipo de vida estabelecido no contexto colonial.

Contra essa disparidade se organizam as mudanças das concepções sociais brasileiras, voltando-se para o esquecimento dessa prática que perdurou por tanto tempo em nossas terras. A "revolução burguesa" no Brasil procurou constituir esse novo universo de relações. Inevitavelmente, haveria de confrontar um oponente engendrado por essa mesma realidade, pois o "presente se acha[va] fortemente impregnado de vários passados" (IANNI, 1996, p. 65) e, no particular do passado escravocrata, as marcas eram mais profundas que muitas outras.

A chegada em massa de imigrantes de vários lugares do mundo foi um grande passo para viabilizar novas relações de trabalho, como o desenvolvimento da divisão do trabalho, e a dinamização de algumas transformações substanciais da realidade emergente, como a indústria, o setor de serviços e a urbanização. Mas ainda restavam muitos impasses, sobretudo em torno do significado do trabalho, associado a um sentido negativo, vinculado à figura do escravo que, segundo a compreensão católica, era um ser destituído de alma e incapaz de qualquer ato "autônomo". Tal premissa fora reforçada durante todo o período colonial e imperial.

Era preciso, portanto, constituir um novo sentido para o trabalho, com o qual o brasileiro "moderno" pudesse se identificar. O trabalho começa a ser propagado, então, um aspecto "dignificante", perseguindo-se as noções que contrariavam esse suposto. Um dos

aspectos amplamente divulgados desse sentido, nos meados do século XX, foi o ataque ideológico ao tipo de vida campesina, ou seja, à "vida caipira". A figura esdrúxula do Jeca Tatu, personagem criada por Monteiro Lobato, auxiliaria na construção de um estereótipo que se formaria em torno do estilo de vida rural (IANNI, 1996, p. 106).

Essa "pedagogia do trabalho" remeteu a uma apologia insistente na mudança do significado brasileiro de trabalho. "Trata[va]-se de exorcizar todo um conjunto de padrões e valores, formas de viver e trabalhar, ainda fortemente influenciados pelo escravismo e pelas economias de subsistências que povoa[ra]m a sociedade nacional da época" (IANNI, 1996, p. 106). Alcançar tal objetivo obrigou a constituição de um aparato ideológico cada vez mais abrangente, de que os vários meios educativos se tornariam as principais ferramentas de disciplinamento, ou de adaptação ao tipo de vida social pautada pelo ritmo urbano-industrial, peculiar ao estilo da vida moderna.

Para além de uma nova concepção de trabalho, era esperado (e muitas foram as ações formativas que apontavam nessa direção) um novo tipo de "brasileiro" que deveria se inserir, de maneira irrestrita, na nova sociabilidade moderna já pautada pela condição de vida urbana e em franco processo de privatização, vinculada aos contemporâneos padrões de consumo que se firmaria de maneira gradativa em todo o território brasileiro. A questão fundamental desse processo foi a rapidez com que essa transformação foi instaurada no universo social das cidades, dos grupos, das classes, das famílias etc., muitas vezes provocando o rompimento com suas tradições e costumes definidores de uma outra forma de viver, que se esfacelara para dar lugar a uma sociabilidade cada vez mais privatizada.

Um emblema significativo desse processo de privatização pela qual passara a população trabalhadora foi a prática do disciplinamento urbano, conforme indica Rago (1997). Tratava-se da vinculação do trabalho industrial a vilas de moradias populares destinadas ao gerenciamento dos trabalhadores e também em seu lugar de morada. Nesse sentido:

> A habitação do pobre não escapará ao desejo de disciplinarização do proletariado manifestado pelos dominantes. Na moradia operária, a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos visualizam a possibilidade de instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador pobre e controlar a totalidade de seus atos, ao reorganizar a fina rede das relações cotidianas que se estabelecem no bairro, na vila, na casa e, dentro desta, em cada compartimento. Destilando o gosto pela intimidade confortável do lar vigilante e pelo olfato atento do poder assinala a intenção de instaurar a família nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais mais oprimidos. (RAGO, 1997, p. 163)

Pautada pela urgência de modernização do país, a educação da classe trabalhadora para essa nova realidade se pôs como imperativo nas primeiras décadas do século XX. Era preciso recuperar o atraso, vez que a modernidade se colocara para a realidade brasileira de maneira tardia, se relacionada aos desdobramentos fundamentais já consolidados nos territórios onde o levante revolucionário passara por uma história de desenvolvimentos, principalmente após o reconhecimento dos direitos políticos da burguesia européia, da formação de uma massa trabalhadora que formaria o proletariado e o alargamento das possibilidades industriais. Esse processo, no Brasil, passaria pela regra do disciplinamento, em que o espaço político, e também o espaço privado, seria instituído pela elite empresarial amplamente subsidiada pela organização estatal.

É exatamente por isso que a concepção de "atraso" era amplamente explorada com o objetivo de viabilizar recursos que potencializassem o ritmo de implantação desse novo universo sociocultural no Brasil. Desse modo, o "modernismo" chega ao Brasil sem antes passar por um estágio necessário de "modernização". É o que afirma Ortiz (1991), ao referenciar que:

> Um significado mais amplo da exterioridade das idéias é, no entanto, aquele que se refere à inadequação de determinadas concepções em relação à totalidade da sociedade. O problema agora não é tanto o da ornamentação, da falsidade da fachada em contraste com a dureza da realidade, mas o da sua anterioridade. Nesse sentido eu diria que a noção de modernidade está "fora do lugar" na medida em que o Modernismo ocorre no Brasil sem modernização. (p. 32)

Expressão significativa dessa ligeireza de implantação da modernidade acabou por precipitar processos culturais que necessitavam de um desenvolvimento mais aprimorado. Tantas transformações (e tantas imposições) não constituíam apenas possibilidades de "progresso", como era o discurso, sobretudo o governamental, no incipiente século XX. As contradições fabricadas por todo esse processo implicaram grandes limites ao próprio desenvolvimento socioeconômico-cultural do país. Nesse mesmo universo, a consolidação da esfera pública em oposição à esfera privada passou (e ainda passa) por percalços, chegando muitas vezes a elaborar exatamente o seu contrário, no que tange à definição real das duas esferas.[42]

[42] A exclusão dos pobres não demorou a mostrar-se como "problema" social da maior gravidade para os maiores centros urbanos, Rio de Janeiro e São Paulo. Para se proteger da violência, a população abastada se cerca de "grades, alarmes e cães; os espaços privados defendem-se com toda a parafernália que prolongue a idéia de que é possível manter os frutos da violência e da exclusão do lado de fora das portas que velam pelas habitações" (MARINS, 1999, p. 213). O prestígio dos condomínios horizontais (ou "condomínios fechados", como são popularmente conhecidos) reforça esse valor na atualidade, pois não basta uma casa separada de tudo o que incomoda, é feio e põe em risco a falsa segurança que alguns cultivam, é preciso ampliar essa privatização

Nesse processo de modernização do país se desenvolve a possibilidade da "revolução burguesa" brasileira.[43] É pertinente considerar que, diferentemente do ordenamento dos fatos históricos em outros lugares onde a revolução burguesa se deu com base no embate de uma burguesia já estabelecida economicamente, que buscava maior representação política com vistas ao estabelecimento de um Estado-nação e que apenas saiu vitoriosa porque pôde contar com o auxilio definitivo de um campesinato em busca de melhores condições de vida, a revolução burguesa no Brasil se dá de maneira completamente diferenciada, ou seja, ela chega e se firma pelo "alto" (IANNI, 1996, p. 23), via acordos políticos (e/ou militares) que se impuseram quase sempre de maneira autoritária.

O esforço de mudança mostrou-se desde seu início com a força de uma ideologia que reforça a existência de uma realidade, quando, na verdade, esta continuava em processo de concretização. Sendo assim, foram modificados alguns "arranjos do poder, das relações dos setores dominantes com os populares, do poder estatal com a sociedade, para que nada se transformasse substancialmente" (IANNI, 1996, p. 23). Ações que operaram no âmbito paliativo das resoluções, que eram necessárias para o momento suas, que visavam evitar grandes rupturas na forma como o poder "estatal" se organizava desde muito antes da república. Por mais que o esforço fosse conservador – apenas travestido de completamente novo – algumas mudanças estavam para ser alavancadas após esse período. Especialmente, a necessidade de se alcançar:

> Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização a "qualquer custo" (SEVCENKO, 1999, p. 27)

O ano de 1922 é emblemático para a metamorfose que o Brasil se preparava para experimentar. As críticas ao estado de atraso da sociedade brasileira, sempre em relação aos países centrais, começam a se esboçar com toda força, procurando incentivar a criação de possibilidades que pudessem retirar o país do "anacronismo" que o assolava. A principal questão do momento era a situação nacional brasileira. Muitos se envolveram com tal

mediante o isolamento do bairro inteiro. A noção de privatização se recria em todos os espaços da sociabilidade contemporânea, sobretudo, para legitimar ideologias.

[43] Em função da especificidade na constituição da realidade moderna no Brasil, é preciso utilizar a noção de "Revolução burguesa" a partir de seus significados históricos e também das ressalvas necessárias para marcar sua peculiaridade. Segundo Florestan Fernandes (1987): "[...] seria ilógico negar a existência do 'burguês' e da 'burguesia' no Brasil. Poder-se-ia dizer, no máximo, que se trata de entidades que aqui aparecem tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que prefiguram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social" (p. 17).

problemática, em função do interesse de "recriar o país à altura do século XX. Queriam compreender quais seriam as condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização, civilização do Brasil" (SEVCENKO, 1999, p. 26).

Muitos foram os recursos utilizados para divulgar um cenário renovado soerguido por ações não muito renovadas. Alguns episódios importantes foram: alargamento das discussões intelectuais e políticas sobre o tema da modernidade; grandes investimentos arquitetônicos e de transportes;[44] efervescência artística na elaboração de obras voltadas para o confronto da riqueza cultural do "novo" Brasil em relação ao antigo e superado passado da nação que se ergue nesse período; volumosas produções difundidas especialmente após a Semana de Arte Moderna de 1922.

Simultaneamente à construção do novo cenário moderno, começaram a se esboçar algumas noções de privatização das esferas voltadas à sociabilidade, percebida então "como uma emancipação psicológica da consciência burguesa, derivada da progressiva autonomia dos indivíduos no mercado capitalista e dos cidadãos na ordem política representativa" (SEVCENKO, 1999, p. 29). Era um elemento que passaria por um gradativo processo de constituição, pois estava subordinado a outras realizações, como a construção de uma sólida esfera pública e o alcance do direito de vivência da privacidade, legalmente amparado pela própria esfera pública. Os desdobramentos históricos da sociedade brasileira demonstram que tais objetivos seriam alcançados apenas por uma minoria de "privilegiados".

Algumas mudanças atuavam com força de transformação radical da realidade social dos brasileiros. O que se evidencia com os desdobramentos econômicos efetivados durante a década de 1920 é a valorização do "consumo" que passaria a ocupar lugar de destaque no cotidiano de um gradativo número de pessoas, articulando a partir daí um aparato publicitário que se organizava cada vez mais para atender às demandas que estavam se formando. Era tempo de se investir no:

> [...] dínamo cultural representado pela interação entre modernas revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, criação do mercado fonográfico voltado para as músicas ritmadas e danças sensuais e, por último, mas não menos importante, a popularização do cinema. (SEVCENKO, 1999, p. 37)

[44] As construções de Brasília e da Ferrovia Madeira-Mamoré são bons exemplos desse esforço de mudança, duas obras grandiosas que procuraram exprimir um moderno conceito arquitetônico e de transporte/comunicação, respectivamente.

Foram recursos divulgadores de mercadorias e também destinados ao entretenimento, um elemento social inédito, que implicariam mudanças substanciais nos aspectos da sociabilidade como um todo, sobretudo porque utilizava a composição de vários meios (especialmente os de comunicação de massa) para transformar e/ou impor padrões, de modo que fosse possível estabelecer "códigos rígidos e sistemas de racionalidade, aplicados com vistas a moderar os comportamentos e as práticas, desde o âmbito geral até os recônditos da intimidade e da consciência de cada habitante do país" (SEVCENKO, 1999, p. 40).

Encaminhava-se um processo de adaptação dos indivíduos à moderna realidade que se edificava no mesmo ritmo apressado das indústrias.[45] Pautava-se, portanto, pela formação de uma identidade nacional sustentada pela idéia de que só "seremos modernos quando formos nacionais (ORTIZ, 1991, p. 35). Os esforços se orientavam por esse projeto, tornando necessárias as "mercadorias" culturais que fossem produzidas em âmbito nacional, para um consumidor desde então "valorizado" por seu potencial de consumo frente às novas necessidades de entretenimento que a vida moderna viabilizava (e até recomendava).

O Brasil de meados do século XX já demonstra alguns traços modernizados, dentre os quais o desenvolvimento de um novo modo de vida urbano-industrial, o que trazia uma complexa rearticulação dos aspectos socioculturais para a época. A partir da década de 1940, ocorre um efetivo empenho no desenvolvimento de uma "*cultura popular de massa no Brasil*" (Ortiz, 1991, p. 38). Sobre isso, Ortiz (1991) afirma que:

> Em termos culturais temos que o processo de mercantilização da cultura será atenuado pela impossibilidade de desenvolvimento econômico mais generalizado. Dito de outra forma, a "indústria cultural" e a cultura popular de massa emergente se caracterizam mais pela incipiência do que pela sua amplitude. (p. 45)

O setor econômico mostra um ritmo acelerado e um crescente desenvolvimento mercantil, subsidiado principalmente pela "parceria" do capital estrangeiro, com o mercado brasileiro, materializada pelas multinacionais. Inerente ao processo de consolidação do segundo e terceiro setores, se desenvolve uma ampliação nacional das práticas publicitárias. Um traço importante disso foi a relação estabelecida entre as práticas de propaganda e as técnicas importadas, considerando que o "setor publicitário se desenvolve em estreita relação com as matrizes americanas, que trazem com elas as técnicas de venda dos produtos" (ORTIZ, 1991, p. 44).

---

[45] Segundo Sevcenko (1999), muitas medidas foram tomadas para encobrir os "problemas" com a adaptação (p. 40).

Tal contexto promove um ambiente otimista de modernização do país no qual a noção de progresso é divulgada como realidade já existente. Esse suposto é amparado pela publicidade realizada pelos governos desde o início do século XX e ganha maior força a partir da década de 1950. Segundo Melo e Novais (2000):

> Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. [...] Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo. (p. 560)

Esse otimismo progressista advinha das inúmeras transformações do âmbito produtivo da economia do país e também nas suas imediatas implicações de formas de sociabilidade. Durante o período da Segunda Guerra Mundial até o momento do (Contra)Golpe Militar[46] no Brasil, "vivemos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham ritmo acelerado" (MELO; NOVAIS, 2000, p. 560-561). Acompanha-se, a partir de então, uma modificação radical nos padrões de consumo das populações em todos os estratos sociais. Melo e Novais (2000) argumentam que:

> Num período relativamente curto de cinqüenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década da década de 70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando padrões de produção e consumo próprios aos países desenvolvidos. (p. 562)

Resultantes dessa movimentação econômica podem ser citados alguns desenvolvimentos importantes que expõem uma nova possibilidade brasileira de fabricar "quase tudo", sobretudo a partir: da exploração do aço (inclusive aços especiais); da ampla exploração energética com os investimentos na engenharia brasileira, que desenvolvia grandes projetos hidrelétricos em todo o país; desenvolvimento de vários ramos industriais, como: alumínio, cimento, vidro, papel farmacêutico etc. É também nesse contexto que "as maravilhas eletrodomésticas" invadem os espaços da convivência social, que ocorre uma

[46] O chamado Golpe Militar de 1964 assume uma feição anti-revolucionária por ter como princípio a continuidade de instalação do sistema capitalista em sua amplitude social, econômica e cultural no país, partindo, portanto, da obstacularização efetiva das possibilidades de instauração de um regime comunista no Brasil.

substancial transformação nos hábitos de higiene e limpeza (pessoal e da casa) e o consumo de alimentos industrializados ganha a cena.[47]

Estava em causa uma mudança na esfera da produção e do consumo, simultaneamente. Tantas modificações contavam com o auxílio da modificação no tipo de sociabilidade estabelecida nesse contexto. É por isso que a constituição de um espaço privado tornou-se necessário, de forma que fosse possível constituir as possibilidades de formação de um indivíduo que se adequasse a essa nova realidade de consumo e trabalho fabril. Desse modo, o processo de privatização da sociedade brasileira foi solidário e contemporâneo à formação do mercado consumidor no país, que necessitou da formação de um sujeito de consumo que desse amplo respaldo ao mercado nacional de consumo.

Em si, o processo de privatização das esferas sociais deve ser considerado, antes de qualquer coisa, como elemento constituinte e constituído pelo movimento de modernização das sociedades. Vincula-se diretamente ao tipo de sociabilidade própria de uma época que se pauta pelo gradativo alcance da forma mercantil, que penetra e transforma todos os espaços onde o relacionamento humano pode contribuir e direcionar a forma de produção e reprodução capitalista. Sendo assim, a vida privatizada opera com a mesma lógica dos desenvolvimentos amplos da sociedade capitalista como um todo. Somente a partir do momento em que a privatização social se expande para locais mais irrestritos dos relacionamentos é possível consolidar a complexidade do mundo contemporâneo, que precisa de indivíduos cada vez mais privatizados para completar o objetivo da reposição frenética das mercadorias, tanto no momento da sua produção como no da sua reprodução.

2.3 – Privatização e família no Brasil

A constituição da família brasileira, assim como do seu *lócus* privilegiado, a esfera privada da vida social, também são elementos que se estabelecem de maneira diferenciada dos padrões europeus. A família moderna européia passou por um gradativo processo de nucleamento, e no seu interior ocorreu uma modificação radical no tipo de relação e sociabilidade. Operarava no ritmo da consolidação do mundo moderno bem como no da redução drástica da quantidade de seus membros, um processo instaurado pela derrocada do sistema feudal que se viu consolidado já no século XVIII. No Brasil, esse molde somente seria sustentado a partir da década 1950.

[47] Sobre a mudança no padrão de consumo do brasileiro, ver Melo e Novais (2000), p. 560-574.

Um dos mais importantes aspectos modificados pela convivência na Colônia em relação aos costumes da metrópole portuguesa foi a variedade de estruturas que a instituição familiar foi constituindo. Embora o casamento continuasse a representar prestígio e *status* social, privilégio de uma pequena elite colonial, e destinado a chancelar acordos patrimoniais entre as famílias (uma prática européia tradicional), ele não se tornou imediatamente necessário nas colônias. O que prevaleceu por muito tempo foram os tipos variados de relações consensuais, que, muitas vezes negavam por completo a estrutura "nuclear" da família que começava a se consolidar nesse mesmo período, no cenário europeu.

Frente a tão complexo quadro é impossível estabelecer um modelo próprio de família brasileira, sobretudo porque os casamentos não foram o cerne da constituição das famílias que se reorganizaram de vários modos, mas ainda assim compuseram um espaço doméstico que continuou sendo "o centro da existência social" (MELLO; NOVAIS, 2000, p.574). Esse espaço doméstico de convivência foi se constituindo aos poucos como a sede da esfera privada, que no caso especifico da sociedade brasileira, se estabeleceu muitas vezes sem oferecer uma real oposição à esfera pública.

Acompanhando o processo histórico da possibilidade brasileira de inserção no mundo capitalista, a família também sofreu contínuas modificações frente a urgente necessidade de modernização da sociedade. É nesse sentido que:

> A penetração dos valores capitalistas não parece, portanto, ter encontrado obstáculos difíceis de serem transpostos. O que Gilberto Freire chamou de "privatismo patriarcalista" se prolonga no familismo moderno, igualmente privatista. A casa continua a ser o centro da existência social. Apenas a vida em família não é mais governada pelo passado, pela tradição, senão que pelo futuro, pela ascensão individual e traduzida, antes de tudo, pela corrida do consumo. (MELLO; NOVAIS, 2000, p. 605)

Esse "privatismo patriarcalista" remete à estrutura fundamental da família que se desenvolve no Brasil desde os tempos das oligarquias agrícolas (seja da cana, do café etc.) e se estende até a década de 1950. O fundamental a se compreender nesse período da história brasileira é o fato de que uma enorme parcela da população vivia no campo, como assalariadas, parceiras ou posseiras subserviente do domínio dos grandes latifundiários. Nesse momento, a "vida social girava em torno da família conjugal, dos parentes, compadres e vizinhos" (MELLO; NOVAIS, 2000, p. 576).

O caráter patriarcal da família brasileira teria uma importância decisiva na constituição do espaço político brasileiro. Foram as primeiras experiências governamentais do país que se

centravam na idéia de uma nação organizada pelo arranjo de uma grande família, chefiada pelo pai soberano.

> Por isso, a capacidade incomparável de Getúlio de se comunicar com todo o povo, que via nele o "chefe-guia" e o "amigo-pai", o qual vibrava no mesmo compasso que sua família. É bom ressaltar que uma das imagens mais freqüentes a que os discursos estado-novistas recorriam para caracterizar o processo de construção de Estado Nacional, era a formação de uma grande família. Nela, as lideranças sindicais eram como irmãos mais velhos, e o presidente, o pai de um povo nobre e trabalhador – "o pai dos pobres" –, a quem ele se dirigia com uma interpelação que se tornaria famosa: "Trabalhadores do Brasil". (GOMES, 2000, 527-528)

A clássica cisão entre vida pública e vida privada fica completamente obstacularizada nesse contexto. Retira-se da família o arranjo de autoritarismo e submissão necessário para equacionar o espaço público, que não impõe, nesse período, nenhuma oposição ao *lócus* doméstico. Nesse sentido, a consciência política passa primeiramente pela domesticação das relações dentro da Nação brasileira emergente. O espaço privado e o espaço público não possuem fortes diferenciações nesse período, mas uma fronteira completamente difusa.

Essa família em fase de modernização não se desvincula imediatamente da sociabilidade já existente nos períodos anteriores. Ela se estruturava dentro do modelo patriarcal dotado de rigidez própria, que tinha como elemento fundamental de organização desde o tipo de trabalho realizado com a terra, a definição de papéis (o homem com a lavoura e a mulher com os afazeres domésticos) até a quantidade de filhos demandados. Por isso, a "absorção dos filhos pelos pais - que dá tanta estabilidade a este tipo de família – é uma realidade muito palpável. Os pais podiam controlar os filhos apenas com os olhos" (GOMES, 2000, p. 528).[48] Essa situação de pobreza se agravará ainda mais com o advento da "modernização selvagem da agricultura" (GOMES, 2000, p. 579), em um contexto no qual:

> [...] milhões de homens, mulheres e crianças serão arrancados do campo, pelo trator, pelos implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito, que deve ser honrado sob pena da perda da propriedade ou da posse. (GOMES, 2000, p. 579-580)

Acelera-se[49] a partir daí o marcante êxodo rural brasileiro, no qual milhares de pessoas partem em direção aos centros urbanos mais próximos, ou mesmo para as regiões mais

---

[48] Eram condições de vida extremantes precárias, para as quais o espaço doméstico não oferecia o menor conforto ou higiene. Saneamento básico e água tratada eram inexistentes e a subsistência da família aproximava-se de níveis abaixo das condições de sobrevivência.

[49] A ininterrupta migração de enormes contingentes populacionais se inicia após a abolição da escravatura nos finais do século XIX. Esse quadro sofre um enorme agravamento com a invasão tecnológica no meio agrícola, desencadeado pela aceleração do processo de modernização na década de 1950.

desenvolvidas do país (como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro) em busca não apenas de melhores condições de vida, mas de sobrevivência. Um enorme movimento populacional que implicava modificações importantes na dinâmica das grandes cidades e também no esvaziamento do espaço agrícola e das tradições vinculadas ao tipo de sociabilidade estabelecida nesse espaço por longo tempo.

O cenário urbano foi construído a partir da histórica contradição de classes que se desenhou a partir do abismo que separa o restrito topo da pirâmide com o enorme grupo de pobres. O excesso de mão-de-obra trouxe benefício ao crescimento de vários setores que contavam com a exploração do trabalho assalariado e, consequentemente, para a economia do país, tendo em vista o arranjo da "lei da oferta e procura". Todavia, lançar enormes desafios à formação e ao estabelecimento do Estado-nacional brasileiro, como, por exemplo, a necessidade de educar os "matutos, caipiras, jecas" ao tipo de vida urbana e industrial. Segundo Melo e Novais (2000),

> Os trinta anos que vão de 1950 a 1980 – anos de transformações assombrosas, que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontram paralelo neste século – não poderiam deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: *a de uma sociedade em movimento*. [...] Movimento de uma configuração da vida para a outra: uma sociedade rural abafada pelo tradicionalismo para o duro mundo da concorrência da grande cidade, ou para o mundo sem lei da fronteira agrícola; da pacata cidadezinha do interior para a vida já um tanto agitada da cidade média ou verdadeiramente alucinada da metrópole. Movimento, também, de um emprego para outro, de uma classe para outra. (p. 585-586)

Berquó (2000) realiza uma pesquisa acerca da situação familiar no Brasil das últimas décadas do século XX e evidencia dados – basicamente demográficos – bastante relevantes para a compreensão da situação da família na atualidade.[50] Alguns informativos que apreendeu são: o número de casamentos religiosos diminui e a ênfase recai sobre o casamento civil, o que indica o aprimoramento da normatividade estatal quanto à regulamentação das uniões matrimoniais mediante o estabelecimento do "contrato", um elemento peculiar dos tempos modernos; as unidades domiciliares sofrem aumento, o que justifica a possibilidade das separações legais, o divórcio; o número de pessoas morando sozinhas aumenta, justificado

[50] O levantamento estatístico realizado pela autora abrange quase todo o período do século XX, com os dados do censo de 1995. Todavia, os dados mais recentes (até 2001) sobre o desenvolvimento demográfico da família confirmam a tendência anunciada por Berquó (2000). Para a consulta desses dados, acessar o último censo realizado pelo IBGE, que evidencia os diversos arranjos da família atual. Entre os dados mais relevantes, constam: a crescente diminuição dos membros no interior da família, aumento de famílias chefiadas por mulheres, aumento das moradias unipessoal, continuidade na diminuição do número de filhos por família. Dados disponíveis junto ao sítio: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/familia.html#anc2.

pelo alargamento da individualização das pessoas como parte do processo de modernização da vida social (p. 412-433).

Esses dados evidenciam elementos importantes do processo acelerado de transformação da família, submetida a uma acelerada adequação à vida moderna sem antes passar por etapas fundamentais, como ocorrera em outros espaços de constituição da vida privada. Mostra uma família já adaptada aos preceitos da privatização que eram necessários dentro desse quadro histórico. Entretanto, é preciso ressalvar de que a explanação de dados demográficos não evidencia os processos constitutivos de transformação da família. Tais dados oferecem a aparência daquilo que já foi transformado.

Nesse sentido, os elementos elencados acerca das transformações pelas quais passou a instituição familiar, especialmente na passagem do século XIX para o século XX no Brasil, não podem prescindir de um elemento definitivo para o estabelecimento da privatização da família, que é a sua condição de *classe*.

O Brasil se submete ao processo de modernização inserindo-se no movimento já global de implantação e desenvolvimento do capitalismo. Mas a classe dominante brasileira se configura de maneira diferenciada dos países que construíram uma tradição revolucionária de burguesia: uma classe "média" de comerciantes, vinculada à oligarquia dos fazendeiros procura ocupar o espaço destinado ao domínio da sociedade capitalista "emergente", apropriando-se de um modelo exterior que favorece sua inserção nos movimentos socioeconômico-culturais típicos das sociedades modernas. Os costumes importados da Europa já eram um crivo antigo dessa classe, que procurava se antecipar aos gostos e das práticas refinadas da burguesia emblemática que oferecia o modelo para a elite brasileira. Marco fundamental nesse processo foi a urbanização dos grandes centros.

> No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. (SEVCENKO, 1999, p. 27)

A "boa família" brasileira guardou os traços da família abastada, com trânsito (ao menos para os homens) pelas questões políticas do país e com um espaço restrito e resguardado ao confinamento (o lar). Na vida na cidade, sobretudo naquelas em que a urbanização se impôs mais rapidamente, o aspecto da vida privada para as famílias da elite tornou-se um valor ainda mais estimado, que possuía ligação com os costumes (importados ou

não) desenvolvidos na anterioridade da consolidação da República no Brasil. Nesse sentido, o aspecto da privatização da sociabilidade não foi obstacularizado por essa classe, ao contrário, ela seria o modelo mais concreto a ser seguido pela população brasileira na fase de acirramento da modernização no país.

Se os princípios burgueses da vida, especialmente a privatização das famílias, foram recebidos de bom grado pela elite brasileira, que desejava se inserir rapidamente no processo global de modernização, a mesma facilidade não houve entre as famílias populares, que, além de não participarem ativamente do processo de transição do Império para a República, não se viam em condições objetivas e subjetivas para tal aderência, haja vista a sua exclusão generalizada dos aspectos decisórios e norteadores da nova realidade brasileira. Essa população somente era considerada por seu potencial de trabalho, pois o operariado, "embora marginalizado na sociedade política, [...] constituía o principal fator de progresso do Brasil e de todas as nações" (CARVALHO, 1997, p. 55).

Dessa forma, seria necessário conciliar o potencial de trabalho de classe operária com os desenvolvimentos socioeconômicos do país. Para tanto, era imprescindível submeter os costumes "arredios" dos pobres às exigências disciplinares de uma vida propriamente urbana e industrial. Esse processo foi chamado por Rago (1997) de "moralização" do trabalhador brasileiro. Uma vez que eram

> Percebidos com selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, feios e grevistas, sobre os trabalhadores urbanos que compõem a classe operária em formação nos inícios da industrialização no Brasil, constitui-se paulatinamente uma *vasta empresa de moralização*. Seu eixo principal: formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletário emergente [...]. (p. 12)

O local de trabalho seria um lugar importante para essa formação. Todavia, não podia ser o único. Ficaria a cargo da instituição familiar (e de outras tantas), sediada pelo espaço doméstico submetido à gradativa privatização, criar as condições de reciprocidade da mesma lógica que se instaurara no local de trabalho, viabilizando um sentido único na formação do indivíduo que trabalha na fábrica e em casa recupera suas forças para novamente se colocar no trabalho, no dia posterior:[51] processo de modernização dos hábitos e da sociabilidade.

Nas décadas iniciais do século XX é então instaurado um processo radical de mudança na forma como as pessoas se relacionavam; de modo que fosse possível a continuidade dos

[51] Essa (falsa) dicotomia entre local de trabalho e espaço doméstico será incorporada aos desenvolvimentos do capitalista tardio com a administração do "tempo livre", conforme afirmação de Adorno (1995). A questão será examinada no capítulo posterior.

desenvolvimentos socioeconômicos do país, uma vez que um modo de produção é sempre um modo de reprodução das condições generalizadas de qualquer realidade. A consciência do trabalho assalariado e quase simultaneamente a necessidade de consumo das mercadorias industrializadas em larga escala deveriam ser despertadas em todos os estratos sociais, de modo que realizassem a continuidade do sistema capitalista já em fase de consolidação.

O espaço da família ofereceu um subsídio importante para o cumprimento desse objetivo. Todavia, o desenho da família teve de se modificar em função nas novas formas de sociabilidade que continuavam o contexto capitalista dos relacionamentos. Essa mudança de função da família

> [...] constitui peça mestra. Um modelo imaginário de mulher, voltada para a intimidade do lar, e um cuidado especial com a infância, redirecionada para a escola ou para os institutos de assistência social que se criam no país fundam a possibilidade do nascimento da *intimidade operária*, para o que engenheiros e autoridades competentes sugerem a construção de habitações higiênicas e confortáveis. (RAGO, 1997, p. 12-13)

Os desdobramentos históricos na formação de uma classe operária articula uma intrínseca relação entre uma nova "pedagogia do trabalho" e simultânea a criação de condições objetivas para o desenvolvimento da vida privatizada das famílias populares. A casa deixa de ser a habitação dos aglomerados familiares para se converter no espaço de realização do afeto, do descanso e da proteção, que também opera com hierarquia e normatizações.

A instituição familiar demonstra a reciprocidade de constituição das esferas sociais com a realidade à qual pertence. No Brasil, a reconfiguração da família é um significativo emblema da modernização do país em sua peculiar realização histórica, uma transformação que materializou a urgência dessa modernização apressada, que recorrem, muitas vezes, à imposição de certos costumes e comportamentos profundamente mediados pela forma mercantil. A privatização da família registra esse alcance da modernização no país. Por meio do disciplinamento e da divulgação ávida de ideologias que formam e conformam corações e mentes, a família se submete à noção burguesa de vida privada. Somente com as possibilidades de modernização viabilizadas, ao menos em processo de consolidação, seria possível estabelecer tamanha transformação de uma instituição que já fora tão diferente em outros momentos da história.

Somente após tamanha transformação seria possível a entrada irrestrita e até desejada dos veículos que potencializariam a privatização da instituição familiar, impossibilitando, já

nesse momento incipiente da consolidação da esfera privada, uma separação, ao menos formal, entre esfera pública e privada. Nesse sentido, a privatização que se opera na família nas primeiras décadas do século XX favorece de maneira definitiva a inserção de outros elementos que auxiliariam na manutenção e alargamento dessa privatização, como é caso dos meios de comunicação de massa, que vão sendo disponibilizados pelo desenvolvimento do aparato tecnológico.

CAPÍTULO III

A PRIVATIZAÇÃO ACIRRADA NA FAMÍLIA: A TELEVISÃO ENTRA EM CENA

"Bye bye, Brasil
A última ficha caiu
Eu penso em vocês night and day
Explica que tá tudo okay
Eu só ando dentro da lei
Eu quero voltar, podes crer
Eu vi um Brasil na tevê"

(Chico Buarque de Holanda)

No processo de modernização das sociedades e de suas esferas sociais, as famílias são centro de um processo de privatização cada vez mais irrestrito. Essa privatização é reforçada pela inserção dos meios de comunicação de massa em seu espaço, porque promove uma a espécie de invasão pública de um local que se pretendeu resguardar como privado (conforme a ideologia burguesa), e publiciza alguns aspectos da privacidade.

A televisão é constituída, da mesma forma que é constituinte, num contexto que articula o acirramento da modernização dos Estados e a simultânea privatização das esferas sociais – especialmente o *lócus* familiar. Desse modo, opera como emblema significativo no processo de potencialização do domínio privatizado, que passa a configurar, nas sociedades contemporâneas, a fonte de grandes investimentos por parte da indústria, seja ela no âmbito da produção como no da reprodução, tornando-se um espaço relevante para os desdobramentos socioeconômicos da realidade capitalista.

A construção desse capítulo situa-se nesse acirramento contemporâneo da privatização da família mediante a inserção da televisão em seu núcleo. Demonstra, como o processo de privatização da família abre a possibilidade de a televisão se alojar em seu espaço e, a partir disso, agravar a privatização já em curso desde os desenvolvimentos iniciais do mundo capitalista. O caso do Brasil é emblemático nesse processo.

3.1 – Os desenvolvimentos da televisão: no ciclo de modernização

O percurso histórico que engendra a televisão como meio relevante de comunicação de massa não se resume à descrição do desenvolvimento do aparato técnico que a subsidia, embora este tenha sido um elemento determinante em sua constituição. Trata-se,

especialmente, de considerar os vínculos comerciais e ideológicos a partir dos quais ela se edifica, e que estabelecem sua complexidade sócio-histórica e propiciam-lhe o *status* de uma Instituição. Assim, a busca dos desdobramentos históricos que consolidaram a televisão é também a compreensão do processo de constituição da realidade moderna em seus amplos desenvolvimentos.

Dentre os aspectos determinantes da constituição da sociedade capitalista, é preciso destacar o seu envolvimento com o aparato da ciência e da tecnologia, especialmente no que se refere à submissão dessas duas instâncias às possibilidades de produção e reprodução da realidade inaugurada pela "dupla revolução burguesa". Essa conexão se materializa, entre outras coisas, na ideologia do progresso, uma noção amplamente disseminada como propaganda constitutiva do modo de vida capitalista. Em suma, a ciência e a tecnologia amparam e legitimam os desenvolvimentos capitalistas em um processo que promete, reiteradamente, "melhores tempos" para a humanidade.

Inserida nesse contexto de ampliação das possibilidades tecnológicas, a televisão é produzida a partir de vários aprimoramentos no conhecimento tecnocientífico, desde a descoberta do elemento químico selênio (pelo norte-americano Willoughby Smith, em 1873) até a realização da "primeira demonstração da televisão, utilizando o sistema de varredura mecânica [...] no ano de 1923, na Inglaterra, por John Logie Baird, que conseguiu reproduzir imagens, apesar de precárias, numa pequena tela" (MATTOS, 2000, p. 165). Nesse período, sua feição de experimento ainda não lhe permitia uma difusão irrestrita pela sociedade, permanecendo com alcance reduzido e em constantes testes, haja vista sua incipiente capacidade para propagar imagens e sons para grandes extensões territoriais. Todavia, suas potencialidades não tardaram em ser demonstradas ao "grande público" mundial.

Os esforços em aprimorar o equipamento destinado à ávida comunicação de fatos e ficções, a partir do desenvolvimento de inúmeros recursos disponibilizados pela tecnologia que pôde veicular som e imagem para o alcance de longas distâncias, mediante a utilização de um aparelho passível de se instalar no espaço doméstico, se consolidariam de forma mais significativa, nos vários territórios, com a criação de algumas transmissoras oficiais. Segundo Mattos (2000):

> Em 1936, na Inglaterra, a BBC (British Broadcast Corporation) inaugurou sua estação de transmissão, constituindo-se na primeira emissora de TV pública do mundo. Em 1937, a BBC transmitiu a coroação do Rei Jorge VI, que foi assistida por cerca de 50 mil telespectadores. No mesmo ano, foram iniciadas as transmissões de televisão na França. Em 1938, a URSS também

> começou a promover transmissões de televisão. Em 1939, nos Estados Unidos, começaram as transmissões em redes através da National Broadcasting Company (NBC) e The Columbia Broadcasting System (CBS). Mais precisamente, a partir do dia 20 de abril de 1939, sob os acordes de uma marcha ufanista da Feira Mundial, que se realizava em Nova Iorque, a NBC, uma subsidiária da RCA Victor, começou a transmitir regularmente as imagens e o som do que viria a ser o primeiro canal de televisão comercial do mundo. (p. 166)

Tal cronologia mostra que o período do entre guerras marca o nascimento da televisão, já vislumbrada como amplo meio de comunicação [de massa], nesse momento exclusivamente para as grandes potências econômicas (e também tecnológicas) do mundo. No entanto, o avanço e a ampliação desse veículo de comunicação, ainda inovador para época, teve que ceder lugar, por algum tempo, para as urgências das realizações beligerantes impostas pela guerra. Sendo assim, no "período da II Guerra Mundial, 1939 a 1945, as transmissões de televisão foram interrompidas na maioria dos países. As fábricas de televisores foram utilizadas na produção de material bélico" (MATTOS, 2000, p. 166).

A guerra interrompe as transmissões televisivas, mas não interrompe o desenvolvimento da tecnologia que subsidiaria as diversas possibilidades de seu uso na vida social em seus aspectos amplos e em escalas cada vez mais globais. Hobsbawm (1997a) menciona o período do pós-guerra como um momento de "revolução tecnológica", no qual "multiplicaram-se não apenas produtos melhorados de um tipo preexistente, mas outros inteiramente sem precedentes, incluindo muitos quase inimagináveis antes da guerra" (p. 259-260). A televisão é uma das possibilidades tecnológicas que se "beneficiam" dos aprimoramentos infringidos pelo contexto da guerra. Sua tecnologia é utilizada e também melhorada nesse período, deixando o imediato legado do seu uso e consumo para a posteridade. Muitos produtos inovadores encontravam-se antes da guerra em fase de testes e experimentação. Foram apropriados de acordo com os interesses dos países que buscavam melhor desempenho nos campos de guerra, acarretando, na maioria das vezes, o aperfeiçoamento da ferramenta. Sendo assim, a "guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil" (HOBSBAWM, 1997a, p. 260).

Com o fim dessa guerra, outras tantas continuariam sendo travadas no decorrer da história. Afinal, o aspecto belicoso do "capitalismo" acompanha os seus incansáveis desenvolvimentos. Todavia, a utilização da televisão não mais seria interrompida de maneira drástica. Ao contrário, o movimento de sua constituição se estabeleceria desde então como uma marcha ascendente que auxiliaria, inclusive, na perpetuação dos Estados. Nota-se,

portanto, que o estabelecimento da televisão não pode ser desvinculado de seu contexto histórico, que se vincula intrinsecamente ao desenvolvimento das esferas econômicas, políticas, sociais e culturais.

A incipiente consolidação da televisão como meio de comunicação de massa também possui existência fortemente balizada pelas conquistas tecnológicas dos dois blocos – capitalista e socialista – que disputavam o poder de expansão, tanto de fronteiras territoriais como ideológicas; nuances de um confronto que se acirraria verdadeiramente na posteridade das duas grandes guerras[52] da primeira metade do século XX.

Esse conflito foi potencializado pela disputa das melhores condições de permanência e amplitude socioeconômicas de "duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, na chamada 'Guerra Fria'" (HOBSBAWM, 1997a, p. 223). A televisão se converteria, a partir de então – para os dois blocos, enquanto se manteve tal oposição –, em uma importante ferramenta de disseminação de ideologias. Além dessa função, ela também será determinante do "novo" hábito de consumo de entretenimento e informação, que se tornou cada vez mais abrangente em todo o mundo capitalista, uma vez que sua hegemonia configura a possibilidade atual de produção e reprodução das coisas e da vida, alcançando espaços cada vez mais ilimitados da vida social. Nos registros históricos de Hobsbawm (1997a), a

> Vida imensuravelmente mais próspera que qualquer não-americano e não-australiano jamais tinham esperado eram privatizadas pela tecnologia do dinheiro e a lógica do mercado: a televisão tornava desnecessário ir ao jogo de futebol, do mesmo modo como TV e vídeo tornaram desnecessário ir ao cinema, ou os telefones substituíam as fofocas com amigos na praça ou na feira. (p. 301)

A televisão se desenvolve juntamente com os desdobramentos do "capitalismo tardio", que configura a ampliação do mercado consumidor, as implicações diretas e indiretas da manutenção desse mercado e a sofisticação nas formas de exploração do trabalho em escala mundial, como fundamentos para manutenção do funcionamento desse mundo. É no contínuo cumprimento desse objetivo que formas tão peculiares de conformação "dos corações e mentes" são mantidas, mediante um processo cada vez mais sofisticado de administração objetiva, que alcança espaços cada vez mais íntimos do indivíduo. A televisão é emblemática nessa inserção irrestrita na vida das pessoas e famílias, quando auxilia decisivamente no alargamento do processo de privatização das esferas sociais.

---

[52] Ou mesmo da "Grande Guerra" de 31 anos, como trata Hobsbawm (1997).

3.2 – Televisão e modernização no Brasil

A contínua importação de tecnologia européia e norte-americana foi um elemento chave na efetivação da modernidade no Brasil, haja vista a premente necessidade de transformar o formato agrário e artesanal das relações socioeconômicas em um tipo de vida propriamente urbana, industrial, higienizada e privatizada. Frente a esse quadro de mudança, foram inevitáveis as sensações que misturavam a perplexidade diante das rápidas transformações e a crescente ansiedade pela recepção de novos produtos que pudessem inserir o país de uma vez por todas no momento presente das relações mundiais, especialmente nas relações econômicas. O poeta Olavo Bilac (1865 - 1918) publica, em 1904, uma crônica que reproduz algumas de suas expectativas quanto ao período vivido e suas visíveis transformações, especialmente nos aspectos da cultura. Trata-se de um momento de transição da sociedade, que não se abstém de afirmar certa perplexidade e desconfiança quanto às implicações de um invento inovador que seria o protótipo da televisão. Segundo o poeta:

> Justamente, agora, nos últimos dias de 1903, dois físicos franceses, Gaumont e Decaux, acabam de achar uma engenhosa combinação do fonógrafo e do cinematografo — o cronófono —, que talvez ainda venha a revolucionar a indústria da imprensa diária e periódica. Diante do aparelho, uma pessoa pronuncia um discurso: o cronófono recebe e guarda esse discurso, e, daí a pouco, não somente repete todas as suas frases, como reproduz, sobre uma tela branca, a figura do orador, a sua fisionomia, os seus gestos, a expressão de sua face, a mobilidade dos seus olhos e dos seus lábios. Talvez o jornal futuro seja uma applicação desta descoberta... A atividade humana aumenta, numa progressão pasmosa. Já os homens de hoje são forçados a pensar e a executar, em um minuto, o que os seus avós pensavam e executavam em uma hora. A vida moderna é feita de relâmpagos no cérebro, e de rufos de febre no sangue. O livro está morrendo, justamente porque já pouca gente pode consagrar um dia todo, ou ainda uma hora toda, à leitura de cem páginas impressas sobre o mesmo assunto. Talvez o jornal futuro — para atender à pressa, à ansiedade, à exigência furiosa de informações completas, instantâneas e multiplicadas — seja um jornal falado, e ilustrado com projeções animatográficas, dando, a um só tempo, a impressão auditiva e visual dos acontecimentos, dos desastres, das catástrofes, das festas, de todas as cenas alegres ou tristes, sérias ou fúteis, desta interminável e complicada comédia, que vivemos a representar no imenso tablado do planeta. (BILAC, 1904, p. 1)

Os comentários de Bilac (1904) remetem a um momento embrionário da televisão, mas mesmo assim já demonstram nela uma potencialidade que tanto poderia surpreender positivamente ou causar grandes prejuízos às conquistas da civilização, às relações humanas, ao intelecto entre outros elementos fundamentais da vida em comum. Essa posição do poeta lembra um pouco a conceituação de Berman (1987) do "ser moderno", que afirma: "é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento,

autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos" (p. 15). Era preciso preparar aquela realidade para a recepção da televisão, um desdobramento ainda não realizado e que causava hesitação pelo simples fato de não se ajustar à forma da sociabilidade desse período, que se estabelecia ainda sob a égide dos aspectos tradicionais e comunitários das relações e, portanto, não privativos. Somente no contexto já privatizado, ou seja, após os desenvolvimentos socioeconômicos cristalizados na década de 1960 no Brasil, foi possível a inserção da televisão em proporções massificantes e massificadas.

Algumas décadas após o expressivo comentário de Bilac (1904) acerca do aparelho que viria a consolidar na televisão em 1939, ocorre a *Feira de Amostras do Rio de Janeiro*, na qual um público restrito poderia confirmar a funcionalidade da aparelhagem que foi montada em um pequeno estúdio da feira. A moderna engenhoca foi motivo de destaque em um dos mais importantes jornais da época, O *Globo*. A matéria de uma "página inteira" anunciava:

> Promovemos uma apresentação que marcará o início de uma nova phase do nosso progresso, com a primeira demonstração pública da televisão. [...] esta noite os cariocas poderão conhecer o milagre do século: a transmissão à distancia de imagem e som, uma revolução do século XX. (O GLOBO, 15/06/1939, *apud* MATTOS, 2002, p. 170)

A modernização do país teve que passar primeiramente por um processo de investimentos estruturais, que, obrigatoriamente, passavam pela importação de tecnologias destinadas aos mais diversos campos da vida socioeconômica. Essas tecnologias puderam transformar, de maneira gradativa, o cenário do país, atribuindo-lhe a partir de então uma nova "aparência" de presente. Acompanhando esse movimento, tanto a estruturação de emissoras de televisão, a possibilidade de produção de programas por essa mídia e a aquisição de aparelhos de televisão puderam auxiliar na "diminuição" do atraso aparente do Brasil, em relação ao mundo ocidental.

Sendo assim, a chegada da televisão no Brasil, seu estabelecimento e consolidação, somente seriam realizados em um momento em que a base para constituição de uma vida moderna, ao menos em seus fragmentos, já havia sido encadeada. Esse foi o processo vivido pela sociedade brasileira (do sudeste para o restante do país, em escala "desigual e combinada") na primeira metade do século XX. Assim, a TV pode ser considerada tanto uma implicação desse movimento como também um ávido auxiliar de sua continuidade.

Para retomar um pouco do percurso de estabelecimento da TV no Brasil, é preciso considerar que a busca pela modernização encontrava na precária ou ausente tecnologia (de ponta) um obstáculo, uma vez que o país não dispunha de recursos nacionais para alargar as possibilidades de implantação da televisão nesse período. Sendo assim, não seria possível entrar na disputa – ao menos não imediatamente – das grandes potências econômicas no estabelecimento do aparato necessário à existência desse meio de comunicação. A existência da televisão, na década de 1950, é exemplo de uma espécie de antecipação forjada no processo de modernização que se processava durante mais de dois séculos nos países desenvolvidos e se realizava no Brasil de forma apressada e onerosa para a economia do país.

Todavia, o "atraso" tecnológico não impediu que fosse instalada a primeira emissora de televisão brasileira.[53] Mesmo com tecnologia importada, debilidade nas condições de realização dos programas e assessoria estrangeira na produção do trabalho da TV, aspectos marcantes do nascimento do meio de comunicação no Brasil, a televisão seria símbolo de uma importante "aproximação" do país às exigências de uma vida moderna. Assim nasceu a televisão brasileira, estabelecida precariamente a partir de esforços privados, que não estavam separados do espírito modernizador da sociedade daquele período.

A criação da primeira emissora de televisão em 1950, na cidade de São Paulo, por Assis Chateaubriand (1892-1968), procurou romper, a todo custo, os limites impostos pela precariedade de sua implantação. As possibilidades de exploração do emergente potencial econômico desse meio de comunicação, como veículo publicitário que poderia se tornar preponderante, tornaram promissora a sua concretização. Por outro lado, a debilidade dessa tecnologia também era responsável pela não concretização imediata da televisão no Brasil, uma vez que a obtenção de um *status* de instituição (como atua hoje) somente seria possível

[53] Fato curioso é narrado por Morais (1994), no qual comenta a perplexidade de Walther Obermüller, engenheiro norte-americano que realizou a assessoria de criação da TV Tupi, a pedido de Assis Chateaubriand, quando questionou a quantidade de televisores que receberiam as primeiras transmissões e descobriu que não havia nenhum. Para se retratar de sua desinformação, Chateaubriand "encomendou" 200 aparelhos de televisão, que deveriam chegar ao Brasil com urgência, para propiciar a inauguração da emissora. Diante dos limites de importação (ao menos nesse caráter de urgência), Morais (1994) relembra seu diálogo com *Chatô,* dizendo que: "O homem [da empresa de exportação] explicou que não era tão simples, por causa da morosa burocracia do Ministério da Fazenda, por um processo de importação. [...] Chateaubriand não se assustou: - Então traga de contrabando. Eu me responsabilizo. O primeiro receptor que desembarcar eu mando entregar no Palácio do Catete, como presente meu para o presidente Dutra" (p. 501). O acontecimento aproxima-se do cômico, todavia, revela uma nuance importante para o estabelecimento da televisão em sua fase de implantação no Brasil, uma vez que parece fugir aos propósitos de um veículo de comunicação em sua funcionalidade, tomando um formato de valor em si mesmo. Um aspecto típico da modernização apressada no país. Outro elemento importante é a clara vinculação do espaço público, representado pelo Estado, e a privatização das relações ao minimizar a ilegalidade de uma transação comercial, fora dos padrões estabelecidos pela normatividade nacional, pela via de uma gratificação pessoal ao presidente do país.

no momento em que a modernização, sobretudo do ponto de vista ideológico, já tivesse alcançado espaços ampliados da produção e reprodução da realidade brasileira.

Esse "espírito" de modernização foi constituído por generalizadas transformações em toda a sociedade, transformações essas orientadas pela mudança no âmbito econômico, articulado às diversas esferas sociais que se organizaram e se completaram para formar um outro tipo de sociabilidade, desde então pautada pelos moldes de produção e reprodução capitalista. Nesse sentido, a formação de um mercado consumidor abrangente, que se movimentasse da região em direção à nação, representou uma etapa imprescindível desse processo. A televisão se encarregou dessa tarefa antes mesmo de sua implantação na década de 1950. Vinculou-se imediatamente, como meio de comunicação, às campanhas publicitárias das grandes empresas estabelecidas no país. O discurso de Assis Chateaubriand (1950) na abertura oficial da TV Tupi, em São Paulo, primeira emissora de televisão brasileira, sintetiza de forma emblemática essa aproximação constitutiva da televisão brasileira com o aparato publicitário em ascensão. Segundo ele:

> Esse transmissor foi erguido com a prata da casa, isto é, com os recursos de publicidade que levantamos sobre as pratas Wolff e outras não menos maciças pratas da casa: a Sul América, que é o que pode haver de bem brasileiro; as lãs Sams, do Moinho Santista, arrancadas ao couro das ovelhas do Rio Grande; mais do que isso, o guaraná *Champagne* Antarctica, que é a bebida dos nossos selvagens, o cauim dos bugres do Pantanal Mato-Grossense e de trechos do vale amazônico. Atentai e verei mais fácil do que se pensa alcançar uma televisão: com prata Wolff, lãs Sams bem quentinhas, guaraná *Champagne* borbulhante de bugre e tudo isso amarrado e seguro no Sul América, faz-se um bouquet de aço e pendura-se no alto da torre do Banco do Estado, um sinal da mais subversiva máquina de influenciar a opinião pública – uma máquina que dará asas à fantasia mais caprichosa e poderá juntar os grupos humanos mais afastados. (*apud* ORTIZ, 1991, p. 59)

O argumento de Chateuabriand demonstra ausência de tensão no caráter mercadológico dos produtos recém-lançados pela indústria no país e as figuras tipicamente "nacionais", uma vez que o indígena brasileiro (quase completamente dizimado em sua cultura) e o seu local de morada/refúgio é enaltecido de maneira "renovada", subtraído de seus conflitos passados com o processo de inserção dos colonizadores, passando a ocupar o lugar de símbolo nacional, um aspecto caro à formação de um Estado-nação propriamente brasileiro. Esse elemento também seria importante para as finalidades modernizantes do país que precisara de uma "identidade nacional" que o caracterizasse, além de ser elemento que também auxiliaria na formação de um mercado consumidor nacional e nacionalizante. Sobre esse aspecto, Hamburger (2000) afirma que:

> [...] Chateaubriand adotou o desenho de um índio de olhos ocidentalizados e antenas televisivas, em vez de penas no cocar, para simbolizar uma rede cujo nome remetia ao idioma dominante entre os índios, habitantes nativos do território brasileiro. As antenas do cocar desse índio de feições ocidentais indicam que a nova tecnologia é bem-vinda. O aborígine estilizado expressa uma fascinação recorrente de quem está preparado para sintonizar e dominar o universo aparentemente inesgotável das novas inovações e informações, sem medo de ser engolido. (p. 445-448)

Com relação ao vínculo imediato da televisão com a publicidade, já em seus primeiros passos, Ortiz (1991) ressalta a origem da TV Tupi: o seu projeto inicial, que representa o produto de um estudo mercadológico da época, foi diretamente financiado pelas empresas que contrataram seus serviços publicitários.[54] Para além do estudo de mercado, por longo tempo as empresas patrocinadoras da televisão não só contratavam os serviços em propaganda como também produziam e definiam a programação a ser veiculada pela emissora. Foi a necessidade da formação de um ambiente comercial que permitiu essa intrínseca ligação entre a televisão e a propaganda e foi exatamente a sofisticação dessa proximidade (TV e publicidade) que conduziu ao caminho que levaria à inevitável institucionalização dessa mídia em âmbito nacional.

A primeira década da TV no Brasil pode ser tratada como uma preparação para o seu total estabelecimento no país. Foi o tempo da disseminação do "costume" de assistir televisão, aspecto que passava pela possibilidade de aquisição do aparelho por um maior número de famílias,[55] além do desenvolvimento da privatização da esfera doméstica. Tal costume foi engendrado, também, mediante a continuidade dos desenvolvimentos tecnológicos que possibilitaram, entre outras coisas, a existência de uma programação fixa nos diferentes canais, de acordo com uma maior administração do tempo das transmissões, tornando possível a apresentação de uma programação diária e rotineira. Segundo Mattos (2002):

> No início da década de sessenta, a televisão recebeu um grande impulso com a chegada do videoteipe. O uso do VT possibilitou não somente as novelas diárias como também a implantação de uma estratégia de programação horizontal. A veiculação de um mesmo programa em vários dias da semana criou o hábito de assistir à televisão rotineiramente, prendendo a atenção do telespectador e substituindo o tipo de programação em voga até então, de caráter vertical, com programas diferentes todos os dias. (p. 87)

---

[54] Essa prévia investigação das possibilidades publicitárias da época é mencionada por Chateuabriand em 1950, no discurso de abertura da TV Tupi: "O empreendimento da televisão no Brasil, em primeiro lugar, devemo-lo a quatro organizações que, logo, desde 1946, se uniram aos Rádios e Diários Associados para estudá-lo e possibilitá-lo neste país. [...] Não pensem que lhes impusemos pesados ônus, dado o volume da força publicitária que detemos" (In: http://www.telehistoria.com.br/canais/emissoras/tupi/tupi5.htm, consulta em 05/08/2007)

[55] O número de televisores preto e branco ou em cores passa de 200 unidades, em 1950, para 598.000, em 1960. Duas décadas adiante, esse número cresce pra 18.300.000. Em 2000, a quantidade de televisores já ultrapassava a marca de 58.000.000 (ABINEE, *apud* MATTOS, 2002, p. 83-84)

No decorrer dos vinte anos de transmissão da televisão, muitas emissoras foram aparecendo e ampliando a cobertura televisiva do cenário nacional.[56] Num primeiro momento, de maneira concentrada na região sudeste, e, posteriormente, se expandindo para outras regiões do país, essa cobertura não tardaria em constituir uma articulada rede de transmissão que alcançaria quase toda a extensão nacional, possibilitando uma programação que procurava levar "unidade" para todos os cantos do país. A televisão opera, portanto, com a lógica da modernização ampliada, atua no sentido de auxílio indispensável na formação de um mercado consumidor cada vez mais voraz; na valorização dos preceitos nacionais – ao menos no âmbito ideológico; enfim, na continuidade da "ordem e do progresso" da sociedade capitalista já estabelecida no país.

A marcha ascendente da televisão foi simultânea dos desdobramentos socioeconômicos do país, nos moldes de uma sociedade capitalista cada vez mais administrada por seus processos constitutivos lógicos e históricos. Isso tornou a televisão um elemento inseparável do processo mais geral pelo qual passou a sociedade como um todo. Aspecto significativo dessa premissa foi a histórica parceria entre empresariado (nacional e estrangeiro) e a elite militar da Escola Superior de Guerra na tomada do poder governamental do Brasil, em 1964, equivocadamente anunciado como "golpe". Instaura-se a partir de então outra fase na qual a modernização se impõe de maneira muito mais coercitiva e dramática. A televisão passa a representar, nesse contexto, uma ferramenta indispensável para a manutenção dos objetivos inerentes a ditadura "empresarial-militar". Não por acaso, nesse período, o setor de comunicação, com grande ênfase no aparato das transmissões televisivas, passa a ser regulamentado diretamente pelo Estado. Esse é o período em que:

> [...] a ingerência do Estado na indústria de televisão aumenta e muda de qualidade. As telecomunicações foram consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional do regime. Os militares investiram em infra-estrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas. (HAMBURGER, 2000, p. 454)

O conjunto de transformações viabilizadas no contexto da ditadura brasileira solidifica o tipo de vida urbano-industrial requerida pelo movimento de expansão capitalista. Com o

[56] Cronologia de surgimento de outras emissoras de televisão no Brasil: TV Tupi – Rio de Janeiro (1950), TV Paulista (1952), TV Record (1953), TV Rio (1955), TV Italcolomi (1955), TV Cultura – São Paulo (1958), TV Excelsior – Santos (1960), TV Itapoã – Bahia (1960), TV Gaúcha – Porto Alegre (1962), TV Globo – Rio de Janeiro (1965), TV Globo – São Paulo (1966), TV Bandeirantes – São Paulo (1967), TV Globo – Belo Horizonte (1967), TV Arauto – Bahia (1969), TV Oeste Paulista (1970) etc. Sobre essa 'evolução' da televisão no Brasil, ver Mattos (2002).

favorecimento dos "investimentos do Estado na área de telecomunicação, os grupos privados tiveram pela primeira vez a oportunidade de integração do mercado" (ORTIZ, 1991, p. 128). A televisão, veículo por excelência da publicidade, é o meio de comunicação mais bem sucedido nessa vinculação com o desenvolvimento do mercado consumidor brasileiro. Insere-se em um processo simultâneo e recíproco de consolidação desse mercado, adaptando-se às exigências de alargamento da racionalização e burocratização de seu funcionamento. Segundo Ortiz (1991):

> Com a consolidação de um mercado de bens culturais, também a noção de nacional se transforma. [...] a consolidação da televisão no Brasil se associava à idéia de seu veículo desenvolvido como veículo de integração nacional; veicula-se, desta forma, a proposta de construção da moderna sociedade ao crescimento e à unificação dos mercados locais. A indústria cultural adquire, portanto, a possibilidade de equacionar uma identidade nacional, mas reiterando-a em termos mercadológicos; a idéia de "nação integrada" passa a representar a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional. (ORTIZ, 1991, p. 164-165)

O desenvolvimento da televisão, tanto na produção como na reprodução, implica transformações de base em seu funcionamento e organização. Não resta dúvida de que, gradativamente, as empresas vão sofrendo um processo acentuado de divisão do trabalho, compatível com a forma do trabalho dentro dos desdobramentos capitalistas. Não por acaso o "modelo" de televisão vencedora, e que vigora com toda força nos tempo atuais, é o "padrão Globo de qualidade", que articula toda a potencialidade do monopólio e racionalização típicos aos tempos de capitalismo tardio.

3.3 – A vida privatizada: televisão e família

O alargamento dos princípios mercantis que se estendem aos espaços mais íntimos da sociabilidade foi possibilitado mediante a inserção dessa lógica nos mais diferentes espaços formativos das sociedades modernas. A consolidação das instâncias formativas dentro dos moldes capitalistas propiciou a formação de indivíduos capazes de se submeterem cada vez mais às exigências do mundo moderno. Nasce, nesse contexto, uma instância formativa de grande relevância para esse desenvolvimentos, a indústria cultural.[57] Segundo Adorno (1977a), as características dessa indústria são:

[57] A expressão *indústria cultural* foi criada por Horkeimer e Adorno em 1947, resultado de uma profunda e ampla análise da sociedade capitalista e da contestação dos defensores de uma "cultura de massa". Portanto, procura superar a idéia aparecencial de uma cultura surgindo espontaneamente das massas.

> Em todos os seus ramos fazem-se, mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo. Os diversos ramos assemelham-se por sua estrutura, ou pelo menos ajustam-se uns aos outros. Eles somam-se quase sem lacuna para constituir um sistema. Isso, graças aos meios atuais da técnica, quanto à concentração econômica e administrativa. A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. (p. 287)

Põe-se em causa a formação de um sujeito para o consumo, um aspecto imprescindível ao desenvolvimento pleno do capitalismo tardio. Toda essa trama, que se articula para modificar e/ou consolidar tanto o indivíduo como a sociedade, necessitou estabelecer, também, uma mudança radical nos seus processos de socialização, que possibilitaram tanto a produção como a reprodução da vida nessa particularidade histórica. Nesse sentido, as diferentes esferas que instituem a sociabilidade, como a família e tantos outros, não foram poupadas da mesma lógica constituída e constituinte do sistema capitalista do qual fazem parte. Exigem um processo de adaptação dos indivíduos modernos à realidade à qual pertencem, o que torna possível a aderência, incontestável e acrítica, aos princípios ideológicos fundantes da sociedade.

A *indústria cultural* constitui um amplo e organizado esquema que desenvolve sofisticadas formas de adaptação dos indivíduos. Para tanto, penetra profundamente em quase todos os espaços, objetivos e subjetivos, nos quais houve um dia lacunas a se preencher com preceitos do modo de vida industrial, o "louvor do ritmo de aço" (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 113). Sendo assim, a idéia de que existiriam espaços nos quais o indivíduo se resguardaria das imposições desumanizantes impostas pelo tipo de vida capitalista, espaços que propiciassem uma relativa liberdade e autonomia, é obstacularizada por um processo que ameaça quase todas as possibilidades de afrontamento e distanciamento crítico da realidade imediata. É nesse contexto que a família se metamorfoseia, tanto para se adaptar aos preceitos da época como para impor a resistência que lhe for possível.

A análise de Adorno e Horkheimer (1985) sobre a extensão da lógica industrial aos processos da cultura caracteriza aquela como produto de um estágio avançado do capitalismo, no qual o imperativo do consumo e a necessidade de submissão a um tipo de trabalho cada vez mais alienado são dotados de aparência naturalizada, propiciando condições favoráveis à manutenção da realidade tal qual ela se apresenta. Sendo assim:

> A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertadamente. Cada qual é um modelo

> da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso que tanto se assemelha ao trabalho. [...] Inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 119)

Nesse sentido, o estabelecimento de uma instância formativa como a indústria cultural somente é possível em momentos em que os aspectos da indústria alcançaram o desenvolvimento necessário para impregnar, de maneira visceral, todos os espaços da sociedade, deixando o "chão da fábrica" se estender para espaços como o da família, por exemplo. A partir desse suposto, podemos situar a constituição da indústria cultural "brasileira" num momento que coincide com o estabelecimento de seus aspectos fundamentais: modernização do país, na amplitude de transformação da forma do trabalho e do consumo; e privatização da família, que tanto é constituída por esse movimento como o auxilia a estabelecer-se. Somente com essa transformação de base um aparelho como a televisão poderia ter êxito nas casas dos brasileiros.

A indústria cultural contribuiu (e continua contribuindo), portanto, de maneira decisiva para a conservação do *status quo* dessa sociedade. Trata-se da "ocupação dos sentidos" dos indivíduos desde a saída do trabalho até o seu momento de retorno. A televisão oferece uma participação imprescindível nesse processo, porque alcança uma das instâncias mais formativas (de maneira ampla) da sociedade, a família. Segundo Adorno (1977):

> Aquela "proximidade" fatal da televisão, que também é causa do efeito supostamente comunitário do aparelho, em torno do qual os membros da família e os amigos, que de outra forma não saberiam o que dizer uns aos outros, se reúnem em mutismo, não só satisfaz um desejo diante do qual nada de espiritual se pode manter que não se transforme em propriedade, como ainda obscurece a distância real entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas. (p. 350)

O conceito criado por Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, ao final da primeira metade do século XX, visou aprofundar o entendimento sobre o "esclarecimento como mistificação das massas" (1989, p. 113), uma particularidade do mundo moderno que se concretizava a partir dos desenvolvimentos lógicos e históricos do capitalismo, que expandia seus princípios fundamentais para todos os espaços da vida social. Nesse sentido, a indústria cultural operou como constituinte do processo que visava educar os indivíduos para o mundo das mercadorias, fossem elas trocadas sob a forma da exploração da força de trabalho (assalariado) ou simplesmente adquiridas pelo consumo. Segundo os autores,

> Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se por em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretenso conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a seqüência automatizada de operações padronizadas. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 128)

Esse princípio faz da televisão um meio privilegiado para a adaptação dos indivíduos ao tipo de vida necessária para continuidade de realização dos objetivos do mundo capitalista. Pois trata da inserção de uma instância de grande relevância para a formação (ou mesmo semiformação) dos indivíduos modernos em um espaço fundamental da sociabilidade. Essas noções iniciais levam à compreensão da importância assumida pela televisão nesse processo. E alguns questionamentos persistem e devem explorar os desdobramentos históricos que possibilitaram o êxito da expansão da lógica capitalista, mediante o auxilio imprescindível do aparato da indústria cultural.

Esse aspecto confirma o caráter conservador da indústria cultural, que procura reforçar o sentido mercantil dessa sociedade, nos espaços nos quais tanto a racionalização quanto a administração das relações não haviam sido alcançados. Como é o caso, por exemplo, da instituição familiar que, no decorrer do desenvolvimento capitalista, procura se distanciar da noção mercadológica – ao mesmo no âmbito formal –, criando em torno de si um invólucro afetivo que busca proteger seus membros da corrosão "calculadora" da sociabilidade mercantilizada. A inserção e o alojamento da televisão nesse espaço representa uma maneira sofisticada e ampla da "invasão permitida" dessa indústria da cultura no espaço privado. A televisão, portanto, não inventa a privatização da família, mas é responsável por uma espécie de potencialização de um processo já em curso nas sociedades. Adorno (1977b), afirma que:

> Isso corresponderia à tendência global, de base econômica, da sociedade contemporânea, no sentido de não mais ir além de si própria em suas formas de consciência, mas sim de reforçar tenazmente o *status quo* e, sempre que ela pareça ameaçado, reconstruí-lo. [...] A nova técnica diverge do filme no sentido de que, à semelhança do rádio, atende ao consumidor a domicílio. (p. 347)

A televisão é emblemática nesse acirramento da privatização da família, essencialmente porque instala-se e permanece nesse espaço, provocando enormes modificações no encaminhamento da sociabilidade familiar. Ela representa boa parte do preenchimento do tempo considerado "livre" dos trabalhadores, por tratar do período em que

os indivíduos estão fora do local de trabalho (emprego) e podem se servir, fartamente, do conjunto de entretenimento e informações que ela veicula. Os familiares que se "reúnem em mutismo" em torno do aparelho (ADORNO, 1977b, p. 350) e se ocupam das velozes imagens, explicitam um momento em que os aspectos fundamentais que constituem a sociabilidade baseada no afeto e na contradição da autoridade (paterna) já haviam se transformado em sua base.

Nesse sentido, o estabelecimento da televisão no núcleo familiar leva a crer que o meio de comunicação aparece para concluir aquilo que pode ser chamado de processo de privatização da esfera familiar. Tal processo é constituído historicamente em uma mútua constituição com a esfera pública implicada no sistema capitalista. Refere-se a uma característica fundamental de "afastamento" gradativo da família (e de outras instâncias que não serão abordadas neste trabalho) em relação ao espaço público, estatal e do local de trabalho. O lar é a concretização dessa separação, que, em algum momento, parecia ter criado um ambiente de proteção e invulnerabilidade dos indivíduos que se agrupam nesse espaço pela configuração da família. Essa noção preliminar da vida privada é confrontada com seus reais desenvolvimentos lógicos e históricos que demonstram fragilidade de sustentação desse suposto, uma vez que ela não se constitui para todos – o crivo da classe é determinante nesse aspecto – nem tampouco representa de fato uma oposição de duas esferas mutuamente constituídas na atualidade, como faz crer a ideologia burguesa, ao referenciar a ideológica separação entre espaço público e espaço privado.

O processo de privatização, todavia, constitui fundamento dessa sociedade, que se ergue a partir da minimização do espaço público, entendido em seu sentido clássico de participação efetiva dos membros da realidade da qual fazem parte. O espaço público no mundo capitalista é representado pelo Estado-nação, que institui e regulamenta o espaço privado em sua amplitude e, de maneira geral, não permite a efetivação da participação pública dos indivíduos que compõem a totalidade das sociedades. O aspecto público das sociedades capitalistas é marcado pela privatização. No contraponto, o espaço privado não se sustenta no isolamento e um emblema importante da publicização desse espaço é a inserção da televisão nesse núcleo.

A televisão consegue reunir centenas e milhares de telespectadores ao seu convívio e oferece-lhes a falsa possibilidade de terem em suas próprias casas uma "janela para o mundo" que além de divulgar fatos e ficções (muitas vezes compreendidos como realidades e verdades), auxilia em um modelo peculiar de educação. Conceituada por Horkheimer e

Adorno (1985) como semiformação, o seu aspecto educativo promove um alargamento adaptação e conformação dos indivíduos em relação à sociedade a qual faz parte. A indústria cultural os considera apenas pelo potencial econômico, ou seja, como "clientes e empregados" (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 137) e seus esforços são para educar um tipo humano que se encaixe nessa possibilidade. Assim, a televisão

> [...] permite aproximar-se da meta, que é ter de novo a totalidade do mundo sensível em uma imagem que alcança todos os órgãos, o sonho sem sonho; ao mesmo tempo, permite introduzir furtivamente na duplicata do mundo aquilo que se considera adequado ao real. Preenche-se a lacuna que ainda restava para a existência privada antes da indústria cultural, enquanto esta não dominava a dimensão visível em todos os seus pontos. (ADORNO, 1977b, p. 346)

Entendendo o caráter recíproco da constituição da televisão, em relação à sociedade e os indivíduos, é possível afirmar que sua gradativa inserção nos núcleos privados amplia o alcance semiformativo promovido pela indústria cultural, operando quase exclusivamente, já na sua produção, como procedimento que garante a continuidade e confirmação lógica própria dessa sociedade, ao mesmo tempo, produto e produtora dessa realidade. Com base nesses aspectos Adorno (1986) afirma:

> A adaptação não ultrapassa a sociedade, que se mantém cegamente restrita. A conformação às relações se debate com as fronteiras do poder. Todavia, na vontade de se organizar essas relações de uma maneira digna de seres humanos, sobrevive o poder como princípio que se utiliza da conciliação. Desse modo, a adaptação se reinstala e o próprio espírito de se converte em fetiche, em superioridade do meio organizado universal sobre todo fim racional e no brilho da falsa racionalidade vazia. Ergue-se uma redoma de cristal que, por se desconhecer, julga-se liberdade. E essa consciência falsa se amalgama por si mesma à igualmente falsa e soberba atividade do espírito (p. 392).

Nesse sentido, a televisão corresponde a uma mediação importante no processo de privatização da família, por que corresponde ao alcance da lógica capitalista levada ao cerne da socialização dos indivíduos. No caso do Brasil é precisa diferenciar o processo de constituição da indústria cultural, uma característica peculiar ao momento de realização do capitalismo monopolista tardio. Uma importante implicação da modernização da sociedade é o alargamento dos aspectos privados da/na família. Essa privatização se estabelece de maneira diferenciada, de acordo com o momento de desenvolvimento do capitalismo e das formas específicas de cada região ou país. No Brasil esse desenvolvimento se constitui a partir de uma modernização apressada, que procura colocar o país a qualquer custo na marcha de expansão capitalista. Segundo Ortiz (1991) isso acabaria por comprometer as possibilidades

de crítica para com os aspectos devastadores da modernização. Afinal, o encantamento e o deslumbramento com o audacioso projeto de modernização brasileira terminou por impedir a compreensão mais elaborada dessas transformações e de suas conseqüências.

É nesse contexto que família se constitui. Em um processo de mudanças que impõem novas estruturas de sociabilidade e também a exigência de desenvolvimento. Abruptamente, a instituição familiar brasileira tradicional, caracterizada especialmente por laços rurais e comunitários, sofre ininterruptos abalos que obriga uma metamorfose rápida e de alcance amplo. É tempo de constituir uma família capaz de se adaptar aos processos de desenvolvimento do capital, a privatização dessa esfera representa um momento bem sucedido dessa adaptação.

A inserção da televisão ofereceria um suporte importante para a exacerbação dessa privatização às pressas. Um mecanismo importante de fixação dos indivíduos em suas casas em momentos que não estavam no trabalho, por que na distância deste último precisavam dar continuidade à educação necessária para apropriarem-se dos novos preceitos urbano-industriais que estavam em franco desenvolvimento desde o início do século XX e que precisavam ser apropriados pela população como um todo. Além do que a televisão representa um momento de modernização do país em que a vida privatizada se impõe como característica imprescindível.

A televisão aparece e se desenvolve no momento em que modernidade no Brasil já havia se constituído e precisava continuar seus desenvolvimentos. Nesse sentido, certa privatização da família já havia sido alcançada por processos como a campanha de higienização dos espaços urbanos (RAGO, 1997), ou mesmo os imperativos que se constituem no processo de urbanização e industrialização da sociabilidade brasileira nas primeiras décadas do século XX.

A inserção da televisão no núcleo privado da vida social procura oferecer mais do que uma complementaridade na divulgação do consumo, ela auxilia decisivamente na formação de um tipo humano que se adapta às exigências do mundo moderno, em uma proporção abrangente que alcança processos subjetivos cada vez mais íntimos e particulares aos indivíduos. É nesse contexto que se institui a vida pública e privada para a sociedade brasileira. Esferas que se desenvolvem a partir das exigências mercadológicas do capitalismo e operam, portanto, dentro das possibilidades que lhe são peculiares.

Simultaneamente ao processo de consolidação do mercado consumidor, emerge a necessidade de se veicular o novo padrão de consumo que as massas precisavam aderir. A família, inserida nesse movimento de produção e reprodução capitalista, acompanha os desenvolvimentos necessários para o estabelecimento do mundo moderno propriamente dito e por isso mesmo é tomada pelo processo de privatização como forma elaborada desta instituição, ou seja, assume a forma própria nessa particularidade histórica. Assim, a família torna-se um espaço imprescindível para a construção dos preceitos básicos do consumo.

É tempo de uma domesticação aos preceitos urbano-industriais que postulam e instauram uma diminuição na oposição entre o espaço público e o privado. A oposição entre mundo público do trabalho e mundo privado da família, uma configuração moderna nos limites entre os dois espaços, acabou realizando apenas uma fronteira muito tênue, haja vista a rapidez particular do processo de modernização do país. Assim, a privatização da família não antecipa nenhuma transformação da realidade socioeconômica brasileira, ao contrário, ela participa desse processo de maneira recíproca, uma vez que sua configuração privatizada é orientada, sobretudo, pelos novos padrões de consumo que demonstram, no limite, os anseios da família no p de modernização do país, em sua nacionalista participação. Já instaurada sobre um patamar de privatização, a família está pronta a ser um elemento de consolidação, exacerbação e desenvolvimento dessa mesma privatização.

Com a gradativa privatização das esferas sociais, especialmente da família, há um arrefecimento dos laços comunitários, afetivos e de mútua relação, aspectos constitutivos da instituição familiar. O (falso) isolamento da família nucleada em relação à sociedade implica, também, distanciamento entre os indivíduos que se constituem de maneira cada vez mais individualizada. A família se privatiza em relação às outras esferas sociais e também em seu próprio interior, quando se constitui a partir da lógica concorrencial do mercado adaptada aos moldes da vida doméstica que promove o isolando das relações entre os indivíduos em seu próprio interior.[58]

A televisão é um emblema significativo para compreensão do processo de acirramento da modernização das sociedades e mais especificamente da realidade brasileira, especialmente na fase do sistema ditatorial dos governos militares que marca o momento do ultimato da modernização no país. A televisão oferece essa possibilidade de estabelecimento capitalista no Brasil e também subsidia, inclusive na contemporaneidade, a permanência da população

[58] Somente com essa gradação da privatização da família é possível a existência de uma subdivisão dos espaços de cada pessoa em uma casa. E somente a partir daí é possível existir uma televisão para cada membro da família.

mais numerosa (a massa) no quase total alheiamente das questões propriamente políticas. Isso implica na continuidade de exclusão dessa classe dos processos que decidem direcionamentos importantes da realidade brasileira. Assim, a televisão no Brasil pode ser considerada como ávida mantenedora da privatização do aspecto público. Um aspecto fundante para a permanência da hegemonia do capitalismo.

O espaço da família, concebido pela ideologia burguesa como espaço de resguardo do indivíduo, por se tratar de um lugar de cuidado e afeto, que se distancia da esfera pública constituída como um antagonismo. Os movimentos lógicos e históricos demonstraram que essa compreensão se formaliza sem, entretanto, se realizar plenamente para todos, em todas as fases do desenvolvimento do capitalismo. A vida familiar sofre um gradativo processo de privatização que necessariamente não a converte em esfera oposta à esfera pública, mas ao contrário, acompanha-se uma acentuação da inserção do público pelo privado, bem como um alargamento privatização do aspecto público. Contraditória, a família consegue manter certa tensão com esse alargamento da administração das relações, por mais que se privatize e opere com proximidade da lógica mercantil os laços familiares ainda oferecem alguma resistência.

A televisão somente se estabelece em um contexto em que o processo de privatização, especialmente da família, já havia alcançado um grande desenvolvimento. Por mais que o meio de comunicação atue no sentido da formação adaptativa dos indivíduos e sua inserção no núcleo privado contribua decisivamente para consolidação da lógica capitalista, estendendo-a de maneira irrestrita também no espaço da família, é preciso incluí-lo no processo mais amplo da tendência de privatização, que se estende para todos os espaços dos relacionamentos. Uma característica que refere-se antes de mais nada aos encaminhamentos históricos do desenvolvimento da sociedade capitalista em seu estágio monopolista.

A televisão assume grande relevância nesse processo de invasão pública do privado e privatização do público. Ela se torna ávida divulgadora do “mundo” dentro do espaço doméstico o que acaba por constituir uma consciência de não distanciamento da vida que acontece fora da família. Ao mesmo tempo a família torna-se objeto da programação televisiva, submetida à estandardização de seus princípios e costumes. Na produção e no consumo da televisão ocorre um processo cada vez maior de privatização, que corrobora para a não realização de um espaço público que o contraponha, pois os limites existentes entre esfera privada e esfera pública torna-se cada vez mais difuso, como uma supervalorização do espaço. Nesse sentido,

> [...] com freqüência, apresenta o mundo como um vasto vídeo-clipe, um caleidoscópio aparentemente sem nexo, transfigurando e refigurando os acontecimentos como um espetáculo, no qual todo e qualquer dramatismo fica subjetivado, no qual as dimensões épicas dos acontecimentos dissolvem-se na pirotécnica do audiovisual, tanto simulacro e virtual como desterritorializado e ahistórico. (IANNI, 1995, p. 96)

A televisão utiliza-se fortemente dessa perspectiva e contribui nesse processo ao despertar nos telespectadores a clara sensação de um acesso cada vez mais farto de fatos cotidianos do mundo inteiro, que em verdade são estilhaços desconexos e ahistóricos que pouco têm a ver com a real dinâmica desse mundo. Todavia, essa avalanche de dados permite ao indivíduo o alcance do almejado *status* do "bem informado" que, grosso modo, se realiza à partir da limitação racional do semiformado.

Esse movimento em direção a privatização potencializada leva a tantos outros questionamentos acerca dessa tendência do mundo capitalista que busca um desenvolvimento a todo custo sem incorrer restrições acerca da contínua deterioração da sociabilidade que agrega aspectos comunitários que coexistem em meio à barbárie instaurada nesse contexto. Desse modo, as formas de resistências tornam-se cada vez mais enfraquecidas e limitadas pela ação conciliatória da "razão calculadora" (HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

Esse procedimento racional que se apresenta na contemporaneidade como hegemônico e dominador refere-se à razão que se instrumentaliza e se serve da afirmatividade necessária desse mundo para se consolidar como o elemento comum que perpassa todas as esferas da vida moderna. Desse modo, a indústria cultural, sob o emblema da televisão, representa um dentre vários espaços em que a razão instrumental ocupa a função contraditória de conformação das mentes e no qual o objetivo fundamental torna-se a reiterada possibilidade de "manter e salvaguardar as condições gerais sob as quais a indústria pode florescer" (HORKHEIMER, 2000, p. 48). Uma vez que "ser racional significar não ser refratário, o que por sua vez conduz ao conformismo com a realidade tal como ela é." (HORKHEIMER, 2003, p. 19).

Contraditoriamente, a família já privatizada é espaço para a racionalidade que impõe a publicização do mundo privado e a privatização do mundo público, mas é também contra-força e defesa contra o irracionalismo e possibilidade de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A Ideologia fica cindida entre a fotografia de uma vida estupidamente monótona e a mentira nua e crua sobre o seu sentido, que não chega a ser proferida, é verdade, mas, apenas sugerida, e inculcada nas pessoas"

(Adorno e Horkheimer, 1985, p. 138)

Toda a análise feita permite postular a sociabilidade na sua relação com os processos lógicos e históricos de constituição tanto da sociedade como do indivíduo. Nesse sentido, a referência à família demonstra um nexo determinante (provavelmente um dos mais relevantes) para o estabelecimento dessa realidade, uma vez que o espaço familiar é um *lócus* privilegiado de socialização, portanto, de educação. A família é uma instância formativa da maior relevância, um espaço que propicia a formação do indivíduo que pode se submeter cegamente à barbárie do mundo contemporâneo ou impor alguma resistência para a continuidade deste (HORKHEIMER; ADORNO, 1978).

Se o processo de privatização e individualização é necessário à continuidade e manutenção da lógica mercantil e encontra eco na família é necessário descortinar as condições de possibilidade desse acontecimento e apontar as possibilidades de emancipação mediante a criação ou mesmo retomada de processos que operem na contramão da administração expandida desse mundo. Nesse sentido, é preciso promover um tipo de educação que aponte a crítica e desvelamento da ideologia que apresenta-se na atualidade como substituto de realidade. Para tanto é terminantemente necessário "romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental tecno e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado" (MAAR, 2000, p. 27). Todavia, não é nesse sentido que a educação promovida pela televisão, no interior da família tem se encaminhado. Esses desenvolvimentos se inserem nos processos lógicos e históricos de construção dessa realidade, num movimento que mantêm suas contradições às escondidas, todavia, não as eliminam. O mero mascaramento dessa realidade não impede que ela seja invisível nem tampouco a sua superação. Conforme afirma Adorno (1986) "Por mais insuportável que seja o feitiço, é apenas feitiço".

A televisão surpreende ainda mais no entendimento acerca dos desenvolvimentos da forma mercantil historicamente constituída. A televisão como expressão privilegiada da indústria cultural e de seus procedimentos, se aloja justamente no espaço que é a base da formação humana. O que se põe em causa com essa extensão da forma mercantil ao espaço primeiro da sociabilidade, mediante o acirramento manifesto da indústria cultural, é a minimização da possibilidade de formação de um indivíduo capaz de resistir à ampla adaptação.

Isso ocorre porque a televisão também se constitui como instância formativa, portanto, educativa dos indivíduos modernos. Todavia, o tipo de educação constituída a partir dos objetivos da indústria cultural refere-se a uma semiformação do sujeito submetido a esse processo. A televisão opera, já na sua produção, como um procedimento que garante a continuidade e confirmação da lógica mercantil dessa sociedade. Com base nesses aspectos Horkheimer e Adorno (1986) afirmam que:

> Pero en la sociedad existente sin más y que persiste ciegamente, la acomodación no va más Allá: la configuración de las relaciones choca con los linderos del poder; todavía en la voluntad de disponer aquéllas de una manera digna de los seres humanos sobrevive el poder en cuanto principio que impide que la conciliación, y de este modo se representa el ajuste, que, no menos que el espíritu, se convierte en un fetiche – en la preminencia del medio organizado universal sobre todo fin razonable y en el bruñido de la seudorracionalidad sin contenido – y erige un edificio de cristal que se desconoce hasta tormarse por la liberdad. Y esta conciencia falsa se almagama por sí misma a la igualdade falsa y finchada del espíritu. (p. 178)[59]

É possível afirmar que televisão interfere diretamente no tipo de educação oferecida pela família. Não se trata de afirmar, todavia, que família oferecia antes da chegada da televisão uma educação completamente diferenciada dos propósitos fundamentais da sociedade como um todo. Ao contrário, a família é mediada pela sociedade e por outras instância de socialização e o mesmo pode ser dito acerca das sociedades em sua relação ao indivíduo, a família e todas as esferas de socialização.

Além disso, é preciso considerar que a família também opera com uma lógica diferenciada das demais instâncias de formação, uma contradição inerente à família que abre

[59] Tradução Newton Ramos-de-Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu, "Educação e Sociedade", n. 56, ano XVII, dezembro de 1996: "A adaptação não ultrapassa a sociedade, que se mantém cegamente restrita. A conformação às relações se debate com as fronteiras do poder. Todavia, na vontade de se organizar essas relações de uma maneira digna de seres humanos, sobrevive o poder como princípio que se utiliza da conciliação. Desse modo, a adaptação se reinstala e o próprio espírito de se converte em fetiche, em superioridade do meio organizado universal sobre todo fim racional e no brilho da falsa racionalidade vazia. Ergue-se uma redoma de cristal que, por se desconhecer, julga-se liberdade. E essa consciência falsa se amalgama por si mesma à igualmente falsa e soberba atividade do espírito".

possibilidades para o enfrentamento da mera adaptação ao mundo capitalista. O estabelecimento da televisão no espaço privado da sociabilidade indica a diminuição dessa possibilidade de confronto, por minar justamente a contradição que se estabelece na família.

Todavia, a televisão (como todo o aparato da indústria cultural) se realiza predominantemente a partir da divulgação da ideologia, que falseia a realidade e até simula ser a única possibilidade de realização objetiva e subjetiva, mas permanece no espaço falso. Pois,

> [...] a ideologia é ideologia, ou seja, aparência socialmente necessária, precisamente porque a consciência que produz nos integrantes da sociedade se atém à sua forma já acabada - a única que aparece. Essa forma acabada é produto de um processo complexo, mas não aparece como produto e sim como dado original e, no limite, natural. A eficácia da ideologia reside na sua capacidade para vedar o acesso aos resultados da atividade social como produtos, mediante o bloqueio da reflexão sobre o modo como foram produzidos. (CONH, 1986, p. 11)

A contradição inerente à família permanece atuante e constituinte da forma de sua sociabilidade, especialmente na questão dos laços afetivos que são incorporados pela propaganda da indústria cultural, mas não são superados por esta. Se for possível falar em esperança, talvez esteja plantada nessa contradição da família e, portanto merece um respaldo que será concretizado pelo movimento da história e nesse sentido no descortinamento da ideologia que se passa por realidade e oferece uma boa possibilidade para resgate dessa esperança.

O desenvolvimento do mundo moderno põe em causa a extensão da privatização e da individualização, que pode ser tomado na família e seu desenvolvimento. Dentro dessa particularidade histórica o alargamento da mercantilização e da privatização das esferas sociais são aspectos necessários à continuidade do mundo e das relações tais quais se apresentam na contemporaneidade. Enquanto tal, a sua durabilidade será elaborada pelos limites impostos pelos próprios movimentos de rupturas e continuidades em que indivíduos concretos sejam capazes de operar e fazer história.

ADORNO, Teodor W. A indústria cultural**.** In: COHN, Gabriel (Org). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação...* São Paulo: Nacional, 1977a.

_____. *Capitalismo tardio ou sociedade industrial?* In: CONH, Gabriel (Org.). Coordenador Florestan Fernandes. Sociologia. – São Paulo: Ática, 1986 (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

_____. TV, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação...* São Paulo: Nacional, 1977b.

_____. *Educação e Emancipação.* Tradução de Wolfgang Leo Maar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. Tempo livre. In: *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. A vida privada e ordem privada no Império. ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, 2: Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ALGRANTI, Leila Mezan. Família e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Carlos Drummond. A máquina do mundo. In: *Nova Reunião.* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família.* Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

_____. Por uma história da vida privada. In: ÁRIES, Philippe (†); CHARTIER, Roger(Org.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes.* Tradução de Hildegard Feist. 9º Reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.* Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Foriatti. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. SCHWARCZ, Lilia Mortiz. (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea.* 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BILAC, Olavo. Chronica. In: *Revista Kosmos*, n. 1, jan, 1904. Consulta junto ao sítio http://www.escritoriodolivro.org.br/leitura/bilac.html em 28/05/2007.

CANEVACCI, Massimo (introdução e organização). *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CASTAN, Yves; LEBRUN, François; CHARTIER, Roger. Figuras da Modernidade. In: ÁRIES, Philippe (†); CHARTIER, Roger(Org.). *Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes.* Tradução de Hildegard Feist. 9ª reimpressão.São Paulo: Cia das Letras, 2002.

COHN, Gabriel. Introdução: Adorno e a teoria crítica da sociedade. In: *Theodor W. Adorno*. Organização e seleção de textos de Gabriel Conh. São Paulo: Editora Ática, 1986. (p. 7-30).

FABRE, Daniel. Famílias. O privado contra o costume. In: ÁRIES, Philippe (†); CHARTIER, Roger(Org.). *História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes.* Tradução Hildegard Feist. 9º Reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FARGE, Arlette. A honra e o sigilo. In: ÁRIES, Philippe (†); CHARTIER, Roger(Org.). *História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes.* Tradução Hildegard Feist. 9º Reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz. (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea.* 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz. (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea.* 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopez e Marcos Penchel. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *A era do Capital: 1848-1875***.** Tradução de Luciano Costa Neto. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrina. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997a.

_____. *Era dos Impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições.* Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2003.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos.* Rio de Janeiro: Zahar, 1985

_____. *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. Teoria da Semicultura. In: *Educação & Sociedade.* Nr. 56, Ano XVII, Dezembro. Campinas, SP: Cedes, 1996. (pág. 388-411)

_____. Teoria da la seudocultura. In: *Sociológica.* Versión española de Victor Sánchez de Zavala, revisada por Jesús Aguirre. Madri, Espanha: Taurus, 1986.

IANNI, Octavio. A aldeia global. In: *Teorias da Globalização.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *A era do globalismo.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *A idéia de Brasil moderno*. 2ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *A Sociologia e o Mundo Moderno***.** São Paulo: EDUC, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *O padrão da família*. Consulta junto ao sítio: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/familia.html#anc2 em 14/05/2007.

JANCSÓ, Istvan. A sedução da liberdade. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOSHIBA, Luiz. *História: origens, estruturas e processos*. São Paulo: Atual, 2000.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEBRUN, François. As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal. In: ÁRIES, Philippe (†); CHARTIER, Roger(Org.). *História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes.* Tradução Hildegard Feist. 9º Reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MAAR, Wolfgang Leo. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação.* Tradução de Wolfgang Leo Maar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MACEDO, José Rivair. Charivari e ritual judiciário: a cavalgada infamante na Europa Medieval. In: Célia Marques TELLES e Risonete Batista de SOUZA (orgs). *Anais do V Encontro Internacional de Estudos Medievais* . Salvador: Quarteto Editora, 2005. p. 392-399.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, 3: da Belle Èpoque à Era do Rádio.* 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: ÁRIES, Philippe (†); DEBY, Georges (Org.). *História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. 9º Reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. Tradução de Mário Leônidas Casanova. 4ª Reimpressão. – São Paulo: E.P.U., 1975.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política.* 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de. *Hino da Proclamação da República*, 1890. (Consulta em 25/02/2007 no sítio: http://www.suapesquisa.com/pesquisa/hino_proclamacao_da_republica.htm).

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. SCHWARCZ, Lilia Mortiz. (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea.* 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando A. As condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural.* 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: ÁRIES, Philippe (†); DEBY, Georges (Org.). *História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. 9º Reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2003a.

_____. Outrora, em outro lugar. In: ÁRIES, Philippe (†); DEBY, Georges (Org.). *História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. 9º Reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2003b.

PESSOA, Fernando. *Ode triunfal*. 1914. Consulta junto ao sítio http://www.secrel.com.br/Jpoesia/facam02.html, em 03/09/2007.

POSTER, Mark. *Teoria crítica da família.* Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VICENT, Gerard. *História da Vida Privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias.* Tradução de Denise Bottmann. 4ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1995a.

_____. A família e o indivíduo. In: PROST, Antoine; VICENT, Gerard. (org.). *História da vida privada, 5: Da Primeira Guerra aos nossos dias.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995b.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, 3: da Belle Èpoque à Era do Rádio.* 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Tradução de Ísis Borges B. Fonseca. 15ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2005.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil, 3: da Belle Èpoque à Era do Rádio.* 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo